

**UNIVERSIDADE ESTATUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

MONIQUE CERRI

**O *MOS MAIORUM* NA OBRA *HISTÓRIAS* DE POLÍBIO: A CONSTRUÇÃO DA
IMAGEM DE UM GENERAL ROMANO (SÉCULO II a.C.)**

Franca
2020

MONIQUE CERRI

**O MOS MAIORUM NA OBRA *HISTÓRIAS* DE POLÍBIO: A CONSTRUÇÃO DA
IMAGEM DE UM GENERAL ROMANO (SÉCULO II a.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Histórias

Área de concentração: História política

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho

Franca
2020

C417" CERRI, MONIQUE
O "MOS MAIORUM" NA OBRA "HISTÓRIAS" DE POLÍBIO: A
CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE UM GENERAL ROMANO
(SÉCULO II a.C.) / MONIQUE CERRI. -- Franca, 2020
130 p. : il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Margarida Maria de Carvalho

1. República Romana. 2. Políbio. 3. Histórias. 4. Mos Maiorum. 5.
Guerras Púnicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MONIQUE CERRI

**O MOS MAIORUM NA OBRA *HISTÓRIAS DE POLÍBIO*: A CONSTRUÇÃO DA
IMAGEM DE UM GENERAL ROMANO (SÉCULO II a.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura Política

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE: _____

Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho

1º EXAMINADOR: _____

Profa. Dra. Natália Frazão José

2º EXAMINADOR: _____

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto

Franca, ___ de _____ de 2020

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos tendo em mente que, sem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), essa pesquisa não teria êxito. Meu muito obrigada a essa agência de fomento por financiar este trabalho e possibilitar que ele acontecesse mesmo durante a pandemia de Covid-19, com a prorrogação em caráter excepcional. Agradeço igualmente à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” por ser minha segunda casa durante os anos de graduação e mestrado. Sempre será minha *Hogwarts*!

Um imenso obrigada à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Margarida Maria de Carvalho, por me acompanhar desde a graduação no sonho de realizar o mestrado, por tê-lo feito possível e pelas inúmeras oportunidades de aprendizado que me deu. Agradeço do fundo do meu coração pelo prazer de conhecer o Mundo Antigo sob sua orientação. Muitíssimo obrigada pelo carinho e pela paciência com que trata a todos.

Agradeço às minhas companheiras de orientação, do GLEIR (Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano), da UNESP/Franca, pela sororidade presente em nossa relação como mulheres pesquisadoras. Foi ótimo participar dos eventos acadêmicos ao lado de vocês, assim como viajar e organizar *coffee breaks*. Um obrigada especial para a Bárbara A. Aniceto, pela didática nas aulas de Grego Antigo e assistência com a dissertação.

Gostaria de ressaltar o papel dos meus professores da pós-graduação na UNESP-Franca no aprimoramento da dissertação e na motivação do meu trabalho como pesquisadora. Agradeço principalmente à Prof^a. Dr^a. Natália Frazão José e, novamente, à Prof^a. Dr^a Margarida Maria por compartilharem a sala de aula comigo, durante meu estágio no Programa de Aperfeiçoamento e Apoio à Docência no Ensino Superior. Obrigada pelas aulas enriquecedoras, pelo carinho de sempre e pelo auxílio na dissertação. Agradeço, ainda, à Prof^a Natália por ter aceitado tão gentilmente participar da minha banca de qualificação do Mestrado ao lado da Prof^a. Dr^a Janira F. Pohlmann. As leituras cuidadosas feitas por ambas contribuíram muito para a estruturação desta dissertação.

Igualmente, deixo um muito obrigada ao revisor do meu trabalho, o Cristian Imbruniz, cujo trabalho é essencial e imprescindível. À minha professora de espanhol, Elaine Delmonde por me ensinar mais do que somente o idioma. E a todos e todas que com o seu trabalho contribuíram direta e indiretamente com esta dissertação.

Agradeço eternamente ao meu amor, Carlos H. N. Santos, por acompanhar em cada passo da elaboração deste trabalho, por me ajudar a fazê-la do começo ao fim, principalmente por me motivar a seguir em frente. Muitíssimo obrigada por compartilhar comigo esse sonho e por fazer parte dele. Temos em comum o amor pela História, a vida e agora, o título de mestre!

Muitíssimo obrigada aos meus pais. Minha mãe, Darci, por me ensinar a ler e compartilhar o seu amor pelos livros comigo e com minha irmã, por incentivar meus estudos e por me apoiar na jornada acadêmica, mesmo que longe de suas asas. Ao meu pai, Daniel, por ser o maior historiador formado pelo *Discovey Channel* e *History Channel*, por possibilitar que eu estudasse fora e por sempre nos lembrar o que a faculdade não ensina.

Agradeço à minha irmã gêmea Mariane por estar comigo na vida inteira e por assim termos continuado na graduação e no mestrado. Dividimos o útero, a História, a orientadora e alçamos juntas ao título de mestre. Agradeço por ser minha companheira de vida e por ter escolhido o Paulinho para ser meu cunhado. Ele é muito gente boa.

Agradeço a meus amados primos, por serem seres iluminados. Em especial, às três Marias do meu céu e ao meu primo Benedito pelas aventuras desde nossa infância e as conversas antropológicas na praia. Do mesmo modo, sou grata a toda minha família de Araras, Caraguá, Guarulhos, Tiradentes e Vinhedo, que torceram por mim. A meus tios e tias, que rezaram e acenderam velas para que eu passasse no vestibular e na prova do mestrado.

Obrigada aos amigos que fiz durante essa trajetória, especialmente aos amigos do Clã, que me ajudaram nos estudos para passar na prova do mestrado e a enfrentar as dificuldades pelo caminho. Agradeço imensamente à Natasha, minha companheira de casa, de estudos na biblioteca, de alegrias e tristezas. Obrigada pelos anos loucos e maravilhosos que compartilhamos.

Meus últimos agradecimentos vão aos meus avós, tanto paternos quanto maternos, em especial, para minha vó Josefa, por ser o meu maior exemplo de força, coragem e superação. Iniciei os caminhos do mestrado enquanto ela vencida um câncer e terminei as últimas páginas deste trabalho com ela vencendo a Covid-19, mesmo com seu histórico de asma e bronquite. Ela, que já havia superado a seca do nordeste e a falta de estudos, segue sendo o meu maior exemplo. Seguiremos vencendo os desafios, vó, rumo ao doutorado.

RESUMO

CERRI, M. *O Mos Maiorum na obra Histórias de Políbio: a construção da imagem de um general romano (século II a.C.)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

O presente trabalho tem como intuito observar a construção do conceito de *Mos Maiorum*, um conjunto de virtudes pertencentes à moral ancestral romana que deveria ser seguido por aqueles que quisessem ser virtuosos, obter glória e ser dignos de permanecer na memória coletiva romana. Trabalharemos com a hipótese de que tal conceito foi aprimorado na obra *Histórias*, do autor grego Políbio de Megalópolis (200 a.C.-118 a.C.) para a descrição da imagem do general romano Cipião Emiliano (185 a.C.-129 a.C.), a fim de que este servisse como modelo de líder para o exército romano e para as futuras gerações, em detrimento de Aníbal Barca, general cartaginês que, apesar de ser exímio estrategista, não deveria ser utilizado como exemplo por não se adequar ao *Mos Maiorum*. A obra *Histórias* de Políbio também se faz fundamental para compreender as Guerras Púnicas (264 a.C.-146 a.C.), inseridas no contexto da República Romana (509 a.C.-31 a.C.), pois sua escrita foi realizada durante o conflito e tinha como um dos seus objetivos registrá-lo. Coadunamos à nossa hipótese também a ideia de que, ao redigir sua obra, Políbio buscava sua afirmação dentro da sociedade romana, já que estava na condição de prisioneiro de guerra (167 a.C.-150 a.C.), ainda que sob a proteção da família Emílio-Cipião.

Palavras-chave: Guerras púnicas. *Histórias*. *Mos Maiorum*. Políbio. República romana.

ABSTRACT

CERRI, M. *The Mos Maiorum in the book The Histories by Polybius: the construction of the image of a roman general (2nd century BC)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

The present work aims to observe the construction of the concept of Mos Maiorum, a set of virtues that belonged to ancestral Roman morals and should be followed by those who wished to be virtuous, obtain glory and be worthy of belonging to Roman collective memory. We shall work with the hypothesis that such concept was improved in the book *The Histories*, by Greek author Polybius of Megalopolis (200 BC - 118 BC) for the description of Roman general Scipio Aemilianus' image, in order to serve as a role model for the Roman army and the future generations, as opposed to Hannibal Barca, Carthaginian general who, in spite of being an excellent strategist, should not be used as an example for not being in accordance to the Mos Maiorum. The work *The Histories* by Polybius is also fundamental to comprehend the Punic Wars (264 BC - 146 BC), inserted in the context of the Roman Republican period (509 BC - 31 BC), as well as the quest for self-affirmation by the author, because its writing was fulfilled during his captivity in Rome (167 BC - 150 BC) and had as one of its goals to register the conflict. We also agree with the hypothesis that, in writing his work, Polybius sought his affirmation within Roman society, since he was a prisoner of war (167 BC - 150 BC), although under the protection of the Emilio- Scipio.

Keywords: Punic War. Histories. *Mos Maiorum*. Polybius. Republic Rome.

Sumário

Introdução	11
1 Políbio e suas histórias: dados biográficos e detalhamento da obra	18
1.1 <i>Um legado longínquo.....</i>	<i>18</i>
1.2 <i>Um grego entre os romanos: a vida de Políbio.....</i>	<i>20</i>
1.3 <i>A tradição manuscrita das Histórias.....</i>	<i>30</i>
1.4 <i>Estrutura e conteúdo dos livros das Histórias</i>	<i>32</i>
1.5 <i>Notáveis Histórias e a retórica de Políbio</i>	<i>38</i>
1.6 <i>Políbio como mestre das virtudes.....</i>	<i>43</i>
2 As Guerras Púnicas e sua contextualização.....	53
2.1 <i>O Mos maiorum na República Romana</i>	<i>53</i>
2.2 <i>As Guerras Púnicas em três atos</i>	<i>59</i>
2.3 <i>A primeira Guerra Púnica: o “Mare nostrum” (264 a.C.-241 a.C.).....</i>	<i>67</i>
2.4 <i>A segunda Guerra Púnica: a marcha de Aníbal (219 a.C.-202 a.C.)</i>	<i>73</i>
2.5 <i>A terceira Guerra Púnica: Delenda est Carthago (149-146 a.C.).....</i>	<i>86</i>
3 Os generais de Políbio e o Mos maiorum: Aníbal e Cipião Emiliano	90
3.1 <i>Os romanos e cartagineses: os senhores do mundo.....</i>	<i>90</i>
3.2 <i>Aníbal Barca e suas representações.....</i>	<i>94</i>
3.3 <i>Cipião Emiliano e a imagem do general virtuoso.....</i>	<i>104</i>
Considerações finais	122
Análise da catalogação	127
REFERÊNCIAS	129

Introdução

Esta dissertação tem por intuito demonstrar como uma moral pode interferir nos resultados de guerras, na organização de uma sociedade, na memória e na identidade dos grupos pertencentes a um povo. Para isso, observamos a sociedade romana em um período de constantes guerras, no qual encontramos um rico exemplo da moral guiando e agindo sobre virtuosos guerreiros e também sobre seus cidadãos. Tal proposta se faz presente ao nos depararmos em nossas análises com um mundo onde os ensinamentos comuns, de acertos e equívocos, eram passados, em sua maioria, de uma geração para a outra pela oralmente. Esse aprendizado, obtido através da assimilação, acabava por estimular uma tradição de preceitos intrínsecos à sociedade romana por meio de memórias partilhadas entre os indivíduos do grupo. Desse modo, com o auxílio da tradição e da moral que agia sobre ela, lendas e mitos de seus heróis eram fortalecidas, assim como de seus generais valorosos e personagens de comportamentos tido como exemplares.

Faz-se necessário ter em mente que estamos diante de um povo envolvido em constantes guerras e moldado para tal fim desde suas instituições governamentais até sua organização social, especialmente no período abarcado pelos nossos estudos, a República Romana (509 a.C. - 31 a.C.)¹. É nessa fase da história de Roma, no período republicano, que assistimos à expansão vigorosa de seu território atrelada a grandes guerras que são fundamentais para compreendermos o crescimento dessa sociedade, até se tornar um império. As Guerras Púnicas (264 a 146 a.C.), que selaram o destino de Cartago, as guerras contra a Macedônia, a anexação dos territórios da Grécia e a absorção da cultura helenística são alguns fatores responsáveis por reconfigurar todo o sistema político do Mediterrâneo e por consolidar o poderio romano frente às demais forças da região.

Dessa forma, ao observarmos os generais romanos e sua participação nessas guerras, sobretudo nas guerras contra Cartago, sua maior inimiga, podemos perceber a busca da autoprovação e da aprovação por seus pares. Havia, nos comandantes dos conflitos entre romanos e cartagineses, uma avidez pela vitória, o desejo de conquistar a glória e de ser lembrado pela posteridade. Além disso, era dada grande importância à disciplina do corpo e da mente, à conquista da honra, da coragem e ao apreço pela lealdade. Essas características

1 Mendes (1988, p.26) adota a datação de 31 a.C. para o evento da Batalha do Áccio. Utilizamos a datação desse momento para demarcar o fim da República Romana, pois compreendemos que, após a Batalha do Áccio, na qual Otaviano derrotou Marco Antônio, ocorreu uma transição das formas governo de República para o Principado.

presentes nos generais romanos figuravam dentro de uma conduta moral ancestral, estabelecida pelos primeiros moradores de Roma e conceituada com o *Mos Maiorum*. Essa conduta, que permeava o imaginário romano desde seus primórdios, seguiu se desenvolvendo na época republicana. Desse modo, buscamos expressar como a moral ancestral do *Mos Maiorum*, existente nos generais que conduziam o povo romano em suas grandes guerras, era essencial para alcançar a êxito no campo de batalha e na sociedade.

Tal moral, tão basilar e, ao mesmo tempo, crucial ao poderio romano, foi captada e imortalizada nas *Histórias* de Políbio de Megalópolis (200-118 a.C.), um grego que se tornou um registrador do momento em que Roma surge como uma força implacável do mediterrâneo. Políbio viu de perto como a lealdade à moral do *Mos Maiorum* podia alterar a postura e o destino dos generais envolvidos nas guerras, trazendo uma excelência guerreira e ocasionando assim o sucesso desses combatentes.

A condição que levou Políbio a viver em Roma por dezesseis anos foi a de ter se tornado um prisioneiro de guerra após a derrota dos gregos para os romanos, na batalha de Pidna (168 a.C.). Apesar das circunstâncias que o levaram a Roma não terem sido tão amistosas, Políbio soube usar de suas vivências e conhecimentos no campo de batalha para decifrar essa sociedade, com a qual passou a conviver. Durante sua estada, teve a chance de explorar a organização social romana e de entender a complexidade de seu funcionamento econômico e político, já que, em uma sociedade fundada no sistema social aristocrático, voltada para a conquista de território, absorver a cultura dos povos subjugados era um modo de aproximar-se dos vencidos, mas também de aprender com eles. Assim, destacando-se pelo conhecimento prévio que tinha, cativou, em meio às elites romanas, o sustentáculo de uma das famílias mais tradicionais de Roma, a *gens* dos Emílio-Cipiões. Por essa razão, Políbio foi escolhido como tutor de Quinto Fábio Máximo Emiliano e de seu irmão mais novo, Públio Cornélio Cipião Emiliano (185 a.C. - 129 a.C.), conhecido também como Cipião Emiliano.

Ali, no seio de uma família aristocrática senatorial, Políbio começou a registrar as interações romanas com os outros povos do mundo antigo, o que resultou em sua obra *Histórias*. Devido ao cargo que ocupava e a sua interação com o seu pupilo, Cipião Emiliano, conviveu com personalidades importantes da época, desfrutou de lugares e obteve cargos nunca imaginados até por quem era considerado cidadão entre os romanos do período. Políbio pôde, portanto, compreender e observar as estruturas da cidade de Roma, política e moralmente,

sendo esta última, a moral, apontada pelo autor como a motivadora de uma República vitoriosa.

Podemos observar que, para Políbio, seu pupilo Cipião Emiliano era o maior receptáculo do modelo de virtudes romanas que o autor tanto admirava e desejava perpetuar. Desse modo, o autor construiu a imagem do bom general, encarnado por Cipião Emiliano, e do general não virtuoso, o cartaginês Aníbal (247-183 a. C.). Este último foi tido como o principal inimigo dos romanos na guerra que envolveu esses dois povos, as chamadas Guerras Púnicas.

Assim, levantamos como hipótese que, em sua narrativa *Histórias*, Políbio não deixa de admirar as ações de Aníbal, porém preferiu o romano Cipião Emiliano em detrimento do cartaginês, pois Aníbal não se encaixaria nas características do *Mos Maiorum*. Para compreender esse pensamento do autor grego, faremos uma comparação entre as condutas e ações de guerras dos generais, a fim de identificar os meios empregados por Políbio para construir as bases do *Mos Maiorum*, personificadas na figura do general ideal, general esse que deveria possuir as características que julgava fundamentais para a ascensão da República de Roma. Coadunamos à nossa hipótese também a ideia de que, ao escrever sua obra, Políbio buscava se afirmar na sociedade romana, já que era um prisioneiro de guerra, ainda que estivesse sob a proteção da família Emílio-Cipião.

Com o propósito de investigar a elaboração do *Mos Maiorum* nas *Histórias*, montaremos um catálogo de passagens em que Políbio faz referência a Cipião Emiliano e a Aníbal Barca. O catálogo servirá como base para realizarmos uma análise temática qualitativa sobre as virtudes e as insuficiências dos dois generais: o romano Cipião Emiliano e o cartaginês Aníbal. Para a elaboração desse instrumento de análise, acreditamos ser necessária uma metodologia que abarque as características linguísticas presentes no discurso de Políbio. Pensando nisso, recorreremos às análises presentes no livro *Análise de conteúdo*, de Laurence Bardin (2009).

A obra de Bardin pode ser considerada como um manual metodológico de investigação, classificação e condensação de informações retiradas da documentação. Por meio da técnica de análise de conteúdo, poderemos fazer consultas e armazenar os dados contidos na documentação por meio da manipulação das mensagens das *Histórias*, com intuito de demonstrar os indicadores que permitem inferir o seu teor (BARDIN, 2009, p. 45 - 46). Utilizando esse método, será possível conhecer o que estava por trás das intenções das

palavras utilizadas por Políbio. Com esse intuito, empregaremos a investigação de *análise temática qualitativa*, na qual se executará um levantamento sobre os atributos que são aconselhados ou desaconselhados por Políbio nas *Histórias*. Assim, conseguiremos evidenciar os conceitos-base presentes no *Mos Maiorum*, que estão presentes nos excertos sobre Cipião Emiliano e Aníbal Barca.

A partir da leitura da obra de Políbio e da historiografia atual sobre a República Romana, também buscaremos, o contexto das Guerras Púnicas, a partir as quais Políbio erigiu a memória de um general romano que deveria ser perpetuada nas próximas gerações. Dessa forma, será possível explicar os motivos da procura do autor por reconhecimento nesse contexto.

Isto posto, passamos a apresentar o tema de nossa pesquisa, elucidando nossos objetivos e hipótese de trabalho. Ao esclarecer o tema, faremos uma revisão historiográfica tomando por base os autores que trataram a obra de Políbio e a questão do *Mos Maiorum*. Em nosso primeiro capítulo, dissertaremos sobre o autor Políbio, sobre sua vida, seu legado, suas obras, a que público ele se dirigiu, quando redigiu as *Histórias*, o contexto em que a obra estava inserida, sua repercussão, as traduções disponíveis e, também, onde se encontram os manuscritos existentes. Apresentaremos, ainda, nesse capítulo a tradição escrita dessa obra. No capítulo dois, contextualizaremos as Guerras Púnicas, no período da República Romana, e o conceito do *Mos Maiorum*. Nele, a partir do contraste com o modo como a historiografia atual apresenta as questões e as características fundamentais expostas por Políbio em suas *Histórias*, discutiremos as questões pertinentes à moral ancestral romana. Procuraremos destacar, também, se tais características definidas pelo autor aprimoram o *Mos Maiorum* em específico, não sendo apenas um conjunto de virtudes sem propósito.

No terceiro capítulo, faremos uma comparação dos perfis dos generais Cipião Emiliano e Aníbal Barca, além de analisar a correspondência de Cipião Emiliano à moral romana ancestral conforme aprimorada por Políbio. Pretendemos, ainda, esclarecer a hipótese da autoafirmação de Políbio dentro da sociedade romana ao escrever as *Histórias*. Para finalizar, a dissertação faremos com nossas considerações finais sobre os estudos realizados.

Diversos pesquisadores se debruçaram sobre a obra de Políbio com o objetivo de desvendá-la. A seguir, serão apresentados autores de grande relevância – e obrigatórios – sobre o tema, por oferecerem leituras que contam com consideráveis volumes de informações a respeito de Políbio e as *Histórias* e que, portanto, permitem compreender melhor a escrita e o

contexto em que autor e obra inseridos. Isto posto, dentre esses historiadores, temos Frank William Walbank, autor que dedicou sua trajetória acadêmica tanto à compreensão das questões políticas quanto ao entendimento dos diferentes sistemas e costumes sociais suscitados pelas *Histórias*, produzindo três volumes sobre Políbio intitulados: *A historical commentary on Polybius*, entre os anos de 1956 e 1978. Nesses volumes, Walbank elucida questões históricas fundamentais na obra de Políbio, como, por exemplo, o funcionamento do sistema helenístico e o que ocasionou sua extinção; a origem e o desenrolar das Guerras Púnicas e o ponto de vista desse autor sobre as instituições romanas e sua constituição, agregando em seu relato mapas e estratégias de guerra detalhadas.

O historiador Arthur M. Eckstein, com a obra *Moral Vision in the Histories of Polybius*, publicada em 1995, nos apresenta uma perspectiva de análise sobre a visão moral presente nos escritos de Políbio, que se difere e contrasta com a interpretação moral detectada por Walbank (1990) e Paul Pédech (1964), tida como um manual. Com o objetivo de contrapor-se a essa interpretação, Eckstein nos apresenta Políbio como mestre de lições virtuosas ao tratar de questões como o suicídio heroico, a guerra justa por motivos honrosos, as atitudes heroicas perante a derrota no campo de batalha e os sentimentos humanos, como o otimismo e o pessimismo.

Nesse sentido, acreditamos que nosso trabalho pode contribuir para o debate ao defender a elaboração do *Mos Maiorum* como uma moral ancestral percebida e inclusa na obra por Políbio ao narrar esses eventos e personificada em alguns generais. Dentre outras possibilidades, pretendemos verificar essa hipótese por meio da análise da comparação entre as descrições do romano Cipião Emiliano e a de seu inimigo cartaginês, Aníbal Barca. Destacaremos as atitudes de Aníbal que foram condenadas pelo autor que buscou construir sua imagem de antagonista dos romanos. Dessa maneira, nossa pesquisa aprofundará e conceituará a moral presente nas *Histórias*, além de desvendar as questões acerca da construção e desenvolvimento da obra pelo historiador³ grego radicado em Roma.

Walbank (2002) produziu uma compilação de dezenove artigos de sua autoria,

2 Quando nos referimos ao ofício de historiador em Políbio, temos em mente que os historiadores da Antiguidade não possuíam o rigor científico-metodológico dos historiadores atuais. Em suma, os historiadores do passado produziam seus textos observando apenas as regras previstas para o tipo de discurso escolhido (MENDES, 1988, p. 07). Como referido por Bloch (2001, p. 82-87), em sua obra *Apologia da História ou o ofício de historiador*, as análises críticas realizadas na documentação histórica tiveram seu início no século XVII, com os trabalhos de Spinoza e com a obra *Discurso do método*, de Descartes. Políbio, por sua vez, tentou construir um próprio método de análise histórica para compor seu livro. Falaremos sobre seu método nos próximos tópicos. A título de organização, para designar o trabalho de Políbio, escolhemos utilizar a palavra: historiador.

considerados por ele os de maior relevância, e publicou sob o título de *Polybius, Rome and the Hellenistic World: Essays and Reflections*, volume no qual faz uma revisão dos assuntos tratados ao longo de sua carreira. Suas obras são de grande relevância para nossos estudos por tratarem do olhar de Políbio sobre os acontecimentos históricos suscitados em sua escrita.

Outro estudo de grande valor para nossa pesquisa e que corrobora as ideias postuladas por Walbank (2002), são as obras de Pédech, autor de dois livros significativos sobre o estudo e a tradução de Políbio, intitulados: *Polybe. Livre XII. Texte établi, traduit et commenté*, de 1961, e *Méthode historique de Polybe*, publicado em 1964, no qual se encontra um estudo detalhado sobre a forma utilizada pelo historiador grego para redigir sua obra, que tinha como propósito ser uma história universal. Desse modo, em seus livros, Pédech (1961 e 1964) faz uma análise estrutural das *Histórias* enquanto mostra historiadores, filósofos e geógrafos que foram introduzidos na narrativa e os eventos em que estão inseridos.

Com o intuito de compreender o contexto histórico de Políbio, faz-se necessária a leitura do livro *Lo storico, il grammatico, il bandito. Momenti della resistenza Greca all'Imperium Romanum*, de John Thornton (2001), que apresenta uma reflexão sobre as tensões sociais do mundo grego entre os séculos III a.C. e I a.C., em meio à expansão romana. Seu objetivo é mostrar as motivações políticas e ideais que inspiraram fases da resistência da cultura helenística em Roma. Pela ótica polibiana, o autor também investiga as relações de poder e interesses intrínsecos no contexto da expansão.

Em 2013, tivemos a obra *Polybius and his world: Essays in memory of F. W. Walbank*, organizada por Bruce Gibson e Thomas Harrison (2013) a partir das discussões sobre a produção acadêmica de Walbank, ocorridas em Liverpool, durante um congresso internacional em 2007. O objetivo dos autores foi retomar as questões que haviam sido trabalhadas por esse tão memorável pesquisador de Políbio, então falecido há um ano. Para tal fim, os temas trabalhados foram, com especial destaque, a abordagem de Políbio sobre ligação entre as sociedades romana e grega e o seu ponto de vista sobre a constituição de Roma. Foi pontuado também o modo como Políbio entendia o seu papel de registrar o que estava a sua volta e qual era sua interação com outros autores da época, tais como Xenofonte (430 a.C.–355 a.C.), Filmarco, Arato de Sicião (271 a.C.–213 a.C.), Tito Lívio (59 a.C.–17 d.C.) e Josefo (38 d.C.–100 d.C.). O livro produzido por Gibson e Harrison (2013) é significativo ao trazer novas análises do texto de Políbio quanto às perspectivas narrativas, quanto à disposição do tempo e do espaço e quanto a outras questões de grande relevância aos historiadores da

contemporaneidade. A obra também homenageia os aspectos da vida e da carreira de Walbank, bem como suas inúmeras contribuições nas pesquisas sobre Políbio.

Levaremos igualmente em consideração a vasta produção acadêmica de Breno B. Sebastiani, autor brasileiro de importância sobre o tema e tradutor dos cinco primeiros volumes das *Histórias* de Políbio do grego para o português, da qual faremos uso em nossa pesquisa. Sebastiani (2013) destaca a visão polibiana empregada nas *Histórias* sobre outros historiadores antigos, tais como Timeu de Tauromênio (356 a.C.–260 a.C.), Tucídides (460 a.C.–400 a.C.), Filarco (III a.C.) e Homero (928 a.C.–898 a.C.), entre os quais faz comparações, mostrando divergências e semelhanças. Em 2017, Sebastiani publicou sua tese de livre-docência: *Fracasso e verdade na percepção de Políbio e Tucídides*, na qual discute pelos vieses narrativo, historiográfico, literário e cultural o que Políbio e Tucídides consideram verdade ou fracasso político.

Nesse mesmo ano, foi publicada a obra *Entre Roma y el Mundo Griego: Memória, autorrepresentación y didáctica del poder en las Historias de Polibio*, de autoria do argentino Álvaro M. Moreno Leoni (2017). O objetivo desse historiador foi revisitar a expansão romana sob uma nova perspectiva, saindo da interpretação que, segundo ele, a tradição historiográfica contemporânea, romaniza Políbio. Com o intuito de quebrar com esse padrão, o autor apresenta elementos da memória, da identidade e da didática do poder, dentre outros elementos culturais e políticos que estão presentes em Políbio e que são oriundas de líderes gregos, como Aratos, Filopemén e seu pai, Licortas. Em vista disso, o autor defende uma postura político-cultural helenística em Políbio, ao apresentar o fenômeno das resistências autonomistas gregas frente à dominação romana.

Na análise de Moreno Leoni (2017), Políbio se utilizou de sua narrativa como um instrumento didático para transmitir suas ideias a respeito de como os gregos deveriam portar-se frente aos romanos e de como os romanos poderiam ser moderados. Desse modo, Políbio seria uma espécie de mediador entre os dois povos. Nosso trabalho, por outro lado, pretende focar no entendimento romano de memória e identidades, uma vez que esses conceitos são peças-chave para a elaboração e para a consolidação de uma moral ancestral romana. Não negaremos, porém, as influências gregas que Políbio recebeu em sua formação, assim como as influências a que estava exposto, tendo morado e convivido com os romanos durante quase duas décadas.

1 Políbio e suas histórias: dados biográficos e detalhamento da obra

1.1 Um legado longínquo

Eleito pela historiografia contemporânea como um dos grandes historiadores gregos, ao lado de Heródoto (485 a.C.–425 a.C.) e Tucídides (460 a.C.–400 a.C.), Políbio de Megalópolis (200–118 a.C.) e seu contexto histórico vivem em constante revisitação. Suas funções de historiador, geógrafo, diplomata e comandante geral da cavalaria fizeram de Políbio peça fundamental para a compreensão da Antiguidade Clássica, dos séculos III ao I a.C., especialmente do universo grego e romano, no âmbito político, militar, moral e geográfico (WALBANK, 1990, p. 2-6; GRIMAL, 1970, p. 11). Ele próprio considerava ter nascido em um momento chave de sua época, na ascensão do grande império que Roma se tornaria ao subjugar exércitos poderosos, de tal forma que achou necessário registrá-lo e imortalizá-lo. Para tanto, compôs várias obras, mas apenas as *Histórias* chegaram até nós. Seus feitos, reflexões políticas e filosóficas ecoaram por toda a História, sendo utilizados como referência e fonte de inspiração para Cícero (106–43 a.C.), Estrabão (64–63 a.C.–24 d.C.), Tito Lívio (59 a.C.–17 d.C.), dentre outros historiadores notáveis para o estudo da Antiguidade (SEBASTIANI, 2016, p. 30-35; MARQUES, 2007, p. 45).

A influência de Políbio não se restringiu apenas aos autores antigos, mas sobreviveu ao tempo. Ainda que pouco citado entre os autores do Ocidente latino, o autor volta a permear as reflexões no período bizantino, incorporado nos *Excertos Constantinianos*, do Imperador Constantino VII Porfirogênio, no século X, e, assim, reaparece frequentemente. Políbio avançou nos séculos e esteve presente na Florença do século XV por meio do humanista Leonardo Bruni (1370–1444), dessa vez, traduzido do grego – a língua em que Políbio havia escrito sua obra – para o latim. Bruni fez uma monografia (1422) sobre a Primeira Guerra Púnica, conflito tratado nas *Histórias* (PÉDECH, 2003, p. 56-57).

Além desses autores, Políbio aparece entre os pensadores políticos, como Maquiavel (1469–1527), tendo sido usado como inspiração na escrita de sua principal obra, *O príncipe* (1532). Ainda foi lembrado pelo jurista francês Bodin (1530–1596), autor dos volumes *Les six livres de la republique* (1576). O também francês e ilustre pensador Montesquieu fez uso do Livro VI para escrever sobre a importância da música e do Livro XI das *Histórias* para escrever *De l'Esprit des lois* (1748). Até os federalistas da nação norte-americana, John Adams (1767–1848), Alexander Hamilton (1755–1804), James Madison (1751–1836) e John

Jay (1745–1829) se valeram das ideias do autor grego para elaborarem a Constituição norte-americana (1788) (SEBASTIANI, 2016, p. 42-43).

Adentrando o século XIX, Políbio e sua concepção de como pensar a escrita da História foram citados por Johann Gustav Droysen (1808–1884), um dos mais importantes historiadores alemães de sua época. Em sua obra *Historik*, traduzida para o português sob o título de *Manual de teoria da história*, o autor analisa a teoria e a metodologia da ciência histórica. Droysen (2009) volta ao início da história da historiografia para apresentar as primeiras formas que levaram o ser humano a pensar historicamente e, nesse movimento, apresenta a reflexão que Políbio fez sobre o método historiográfico (DROYSEN, 2009, p.17).

Em nossos dias, Políbio nos mostra a maestria e a vivacidade das *Histórias* ao motivar tanto ponderações inéditas em diversos campos de estudos quanto reinterpretações sob novos olhares. A título de exemplo, no campo político, os autores de *Empire*, Antonio Negri e Michael Hard (2000, p. 314-315), resgataram os componentes políticos do Livro VI das *Histórias* para explicar as funções econômicas da contemporaneidade que denominaram como a *pirâmide da constituição mista* (SEBASTIANI, 2016, p. 42).

Corroborando a ideia de perspicácia das *Histórias*, temos uma nova discussão sobre a compreensão da obra como um produto político-cultural do contato entre o mundo helenístico e a expansão imperialista da República romana entre os séculos III e II a.C. Essa interpretação foi trazida à tona pelo argentino Leoni (2017), em *Entre Roma y el Mundo Griego: memoria, autorrepresentación y didáctica del poder em las Historias de Polibio*, e não deixa de entrar na questão sobre a quem pertencia a lealdade de Políbio, se era aos romanos ou aos gregos. Em 2016, o brasileiro Sebastiani nos presenteou com uma nova tradução das *Histórias*, na qual temos a possibilidade de conhecer a obra em uma versão revisada em língua portuguesa.

Portanto, Políbio não deixou de ser lido, relido, interpretado e reinterpretado. Essa constatação põe à luz as múltiplas faces desse personagem histórico tão admirado e versátil nos campos do conhecimento, que atravessou séculos e eras, permeando o pensamento e as ações de variados indivíduos. Indivíduos esses que foram fundamentais na construção do contexto histórico em que viviam e que, portanto, com suas contribuições, alteraram a História como um todo. Desse modo, acreditamos que Políbio se imortalizou ao longo dos milênios por meio de sua obra *Histórias*, seu maior legado e a obra mais completa sobre o mundo antigo.

1.2 Um grego entre os romanos: a vida de Políbio

O que fez Políbio se tornar digno de figurar entre épocas e no imaginário de homens tão diversos? E por que esse autor grego é a chave para entendermos uma moral ancestral romana? Para responder a essas questões, é necessário compreender as origens desse ilustre historiador.

Políbio nasceu por volta de 200 a.C.⁴, em Megalópolis, cidade grega situada junto a quarenta povoados menores, integrados à região da Aqueia, no centro da Península do Peloponeso. O contexto político dos territórios vizinhos à Grécia na época de seu nascimento era composto pela dinastia Antigônia na Macedônia, na Síria, havia os Selêucidas, no Egito, a descendência de Ptolomeu subia ao poder, sucedendo os faraós (MARQUES, 2007, p.46). Políbio pertencia a uma família aristocrática, era filho de Licortas, um exímio *estratego*⁵ do exército grego. Condizente com a notável posição social de sua família, Políbio havia recebido uma educação primorosa para atuação política e militar. Era versado em retórica, oratória, latim e, provavelmente, foi discípulo do grande filósofo grego Filopêmen (253 a.C. – 184 a.C.)⁶, amigo pessoal de sua família. Conhecia obras de historiadores gregos anteriores, como Heródoto (485 a.C.-425 a.C.) e Tucídides (460 a.C.-400 a.C.) (McGING, 2010, p. 54).

Todos esses atributos fizeram com que, ainda jovem, Políbio participasse de missões diplomáticas na Confederação Aqueia, da qual sua cidade fazia parte, e se tornasse *hiparca federal*⁷. Essa era a segunda magistratura em grau de importância dentro do exército grego, no período de 170/169 a.C. (MORENO LEONI, 2017, p. 18). Políbio possuía um futuro político promissor como um dos homens mais poderosos da Grécia. Contudo, viveu em um mundo conturbado, em meio à ascensão voraz romana, estando presente no momento em que a história da Grécia e do Império Romano se uniram e transformaram todo o sistema político vigente. Mediante esse encontro conflituoso, viu-se conduzir, junto de mais mil jovens gregos, à Roma, como prisioneiro de guerra.

A fim de entendermos melhor a forma com que o destino de Políbio mudou, faz-se

4 Não há consenso entre os historiadores sobre a data exata de nascimento de Políbio. Para Walbank (1990, p. 6-7) e Sant'anna (2010, p. 138), o historiador grego teria nascido por volta de 200 a.C. ou dois anos antes. Para Pédech (2003, p. 9), Políbio nasceu em 208 a.C. Ainda, segundo Eckstein (1995, p.4), Sebastiani (2016, p.14) e Moreno Leoni (2017, p.18), Políbio teria nascido em algum dia de 200 a.C.

5 *Estratego* ou *Stratego* (*στρατηγοί*) é a palavra de origem grega utilizada para designar o comandante geral do exército grego (OXFORD, 2007, p. 210).

6 Filopêmen está presente nas *Vidas Paralelas (volume IV)*, de Plutarco, e nas *Histórias (volumes X – XXXIII)*, de Políbio, como um importante *stratego* da Liga grega da Acaia e, também, um prestigiado filósofo e político do período.

7 *Hipparkhos* (*Ἱππαρχος*), em grego clássico, era a palavra utilizada para nomear o general da cavalaria grega (OXFORD, 2007, p. 106).

necessário remontar ao contexto em que esse historiador viveu. A Liga Aqueia, da qual Políbio era partícipe, foi fundada no século V a.C., composta inicialmente por doze cidades-estados autônomas, confederadas do Peloponeso, com a finalidade de preservar a liberdade dos gregos ante as ameaças externas, tais como a expansão macedônica, liderada por Alexandre Magno (323-301 a.C.), também conhecido como Alexandre, o Grande. Entretanto, a Liga não conseguiu vencer as investidas macedônicas e acabou por ser derrotada no século IV a.C. Sobre o momento de criação das ligas, Políbio descreve:

Essa questão, porém, experimentou tal e tamanho progresso e consumação em nossa época que não só surgiu entre eles uma comunidade de interesses como que entre aliados e amigos, mas a ponto de servirem-se das mesmas leis, pesos, medidas e moedas, além dos mesmos magistrados, representantes e juizes. De um modo geral, por uma única razão quase todo o Peloponeso não era uma cidade de uma única muralha (POLÍBIO, II. 37. 10–11).

Após a morte de Alexandre, o Grande, o então rei macedônico, inicia-se uma disputa interna pela sucessão, uma vez que não havia, ao menos claramente, indicação de Alexandre para um sucessor ao trono. Mediante esse conflito e outras questões com a Macedônia, a Liga Aqueia ressurge em meados de 280 a.C., fortalecida pela adesão de novas cidades-estados, entre elas, Sicião, Corinto, Argos e a Megalópolis. Essas cidades forneceram importantes *estrategos*. Além de Licortas, pai de Políbio, havia também Filopêmen, seu possível tutor, Arato de Sicião e Diófanos.

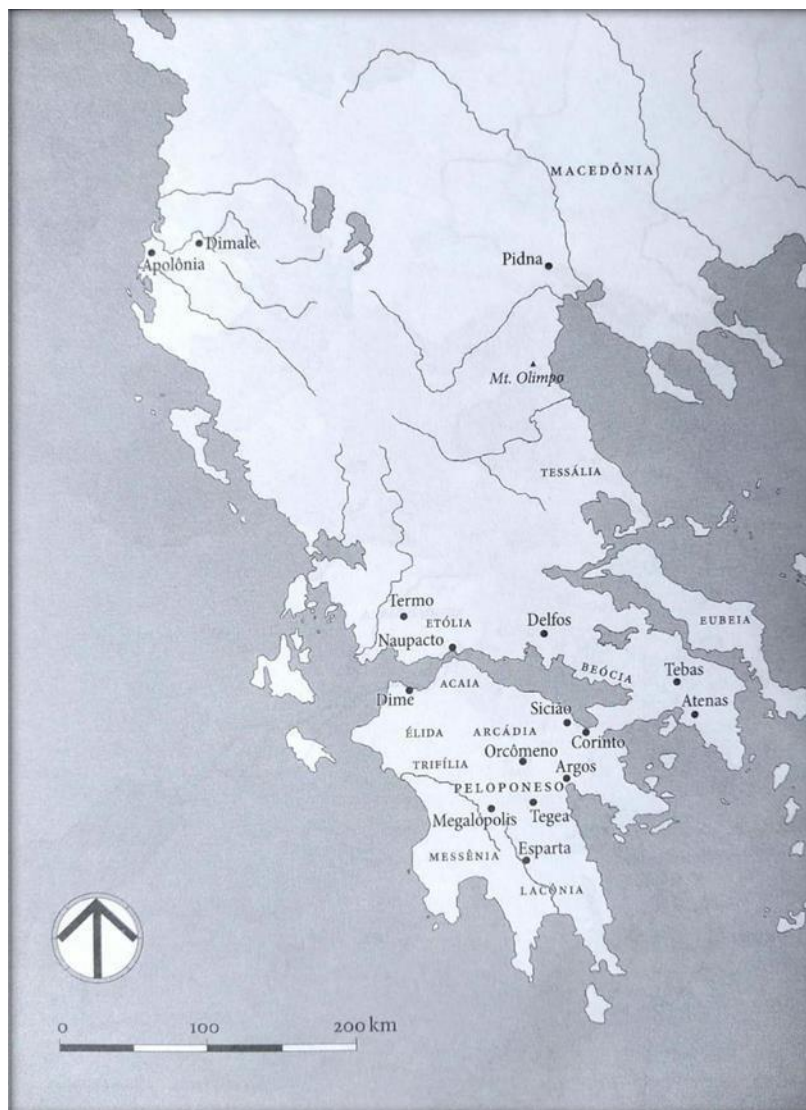
A paz, porém, não perdurou e a Liga se viu novamente em guerra, dessa vez, com o rei espartano, Cleómenes III (254 a.C.-219 a.C.), que buscava submeter a Liga do Peloponeso a Esparta. Cleómenes III havia sido recentemente elevado à condição de rei e via, na guerra contra a Liga Aqueia, a chance para se autoafirmar como um exímio guerreiro e, assim, legitimar-se. Tendo isso em mente, o rei espartano tomou medidas estratégicas que garantiram sua vitória em duas batalhas consecutivas. Em busca de se defender, a solução para a Liga foi recorrer à Macedônia, sua antiga inimiga, que agora vivia sob a dinastia Antigônia. Com a ajuda da Macedônia, na batalha de Selásia, o rei espartano, Cleómenes, em 223 a.C., foi derrotado, porém, a Liga estava novamente sob o jugo macedônico (MARQUES, 2007, p.46).

Era comum dentro das três maiores confederações gregas, de Aqueia, Etólia e Beócia, a inclinação política ora para a Macedônia, ora para Roma, até mesmo porque ambas forças militares faziam frente uma à outra. Quase constantemente, essa predileção oscilante dentro

da Liga Aqueia e das demais ligas gerava pretexto para conflitos entre elas e entre suas próprias facções internas. Esse foi um ponto-chave para o desmantelamento das Ligas na Terceira Guerra Macedônica (171 a.C.), na qual romanos e macedônicos batalharam entre si (SEBASTIANI, 2016, p. 20). O último episódio desse conflito foi a Batalha de Pidna, palco fundamental para as mudanças no enredo da vida de Políbio e, por extensão, poderíamos dizer, para nossa pesquisa. Mais adiante falaremos sobre o que foi a Terceira Guerra Macedônica. Para elucidar os desentendimentos entre as ligas gregas em relação à Macedônia, Políbio descreveu nas *Histórias* como a busca por satisfazer os interesses individuais de cada liga já havia retardado a união de toda a região e que esse fato, mais tarde, acabou por culminar no fim das Ligas.

Sobre a comunidade aqueia e sobre a casa real da macedônia, é cabível recuar um pouco no tempo, uma vez que a esta sobreveio a extinção absoluta, e aos aqueus, conforme mencionei anteriormente, havia um crescimento e união surpreendentes em nossa época. No passado, muitos desejaram reunir os peloponésios em uma mesma comunidade, mas ninguém conseguiu fazê-lo, porque cada um ansiava pelo próprio poderio, não pela liberdade comum (POLÍBIO, II. 37. 7-9).

A seguir, mostramos um mapa do mundo à época de Políbio, com o propósito de facilitar a compreensão de como estava configurado o território grego em meio aos conflitos que ocorriam. Na imagem, é possível observar as cidades gregas mencionadas e como estavam interligadas. Além disso, o mapa nos ajuda a entender quais as principais regiões que propiciavam conflitos entre as forças do período devido a sua localização. O mapa (MAPA 1) foi elaborado por Breno Battistin Sebastiani e está presente em seu livro: *História Pragmática* (2016, p.478).



MAPA 1- A Grécia à época de Políbio.
 Fonte: SEBASTIANI, *História Pragmática*, 2016, p.478.

A Terceira Guerra Macedônica é muito importante para nossos estudos, pois o fim desse embate entre o Império Romano e Macedônia se deu com a vitória do então cônsul romano Lúcio Emílio Paulo (229 a.C.-160 a.C.), sob as falanges do rei Perseu (212-165 a.C.), em Pidna. Consequentemente, as Ligas gregas de Aqueia, Etólia e Beócia, que estavam lutando ao lado da Macedônia, foram desmanteladas e o território macedônico foi dividido em quatro províncias romanas. Por mais que a facção de Políbio se mantivesse neutra durante o conflito, viu seus principais membros serem acusados de prestar auxílio ao rei macedônico. Desse modo, foram entregues aos romanos como prisioneiros e foram levados a Roma, dentre eles, Políbio (SEBASTIANI, 2012, p. 51).

A princípio, os jovens detidos pelo exército romano passariam por um julgamento para

provar sua inocência, mas tal julgamento nunca ocorreu. Devido à alta patente no exército grego, a sua vasta experiência militar e às missões diplomáticas de que havia participado no passado, Políbio conseguiu permanecer na *urb* de Roma, enquanto os demais companheiros foram conduzidos para pequenas cidades da Península Itálica. Na *urb*, durante o regime da República Romana (509 a.C.-31 a.C.), Políbio permaneceu dezessete anos (167–150 a.C.) sob a proteção e estada da família dos Emílio-Cipiões, uma das *gens*⁸ mais antigas e afamadas entre as lideranças políticas de Roma. A célebre família fazia parte de uma elite aristocrática helenizada, que se propagava por Roma devido à ocupação de território greco-macedônico, e era apreciadora da cultura grega. Em razão disso, a família ocupou Políbio na função de *praeceptor*⁹ de Quinto Fábio Máximo Emiliano e de seu irmão mais novo, Públio Cornélio Cipião Emiliano, o Africano Menor (185 a.C.-129 a.C.), conhecido também como Cipião Emiliano.

Cipião Emiliano era filho biológico do general Lúcio Emílio Paulo – o vencedor de Perseu na batalha de Pidna, que comentamos anteriormente. Pela linha de adoção, Cipião Emiliano era neto adotivo de Cipião, o Africano (236-183 a.C.) – o general que encerrou a Segunda Guerra Púnica, ao vencer o memorável cartaginês, Aníbal, na Batalha de Zama. Conjuntamente, esses dois conflitos, a Batalha de Pidna e a Segunda Guerra Púnica, unidos à derrocada do rei selêucida Antíoco III (241 a.C.–187 a.C.) e Ptolomeu IV Filopator (244 a.C. – 205 a.C.), já havia movimentado bastante o sistema político e econômico da região. Além disso, o colapso provocado pelos romanos nas Ligas gregas de Etólia e Aqueia, foram responsáveis por reconfigurar o Mediterrâneo. Assim, detido em Roma, Políbio estava no centro do Império Romano em formação e dentro de uma das famílias senatoriais mais ricas do século II a.C., agente das mudanças que o transformaram de partícipe a espectador de seu mundo, acompanhando Cipião Emiliano em suas expedições. Desse modo, tratava-se de uma mesma família comandando as guerras do período, sendo esse grupo o responsável por conquistar os territórios da Península Itálica, Península Ibérica e de pôr sob a jurisdição de Roma as áreas correspondentes ao reino da Macedônia.

Na época de Políbio, a principal atividade de um escravo de guerra era trabalhar na extração de minérios que, mais tarde, seriam utilizados na confecção de equipamentos para o exército. Em seu relato, Políbio (34, 9-8) descreve que, só na extração de prata das minas de

8 *Gens*, palavra de origem grega que significa família/clã.

9 *Praeceptor*, em latim, era a denominação do indivíduo designado para acompanhar e orientar a educação de uma criança ou adolescente (ENCYCLOPEDIA, 2008, p. 641).

Cartago Nova, trabalhavam cerca de quatro mil homens. Contudo, a massa de escravos de guerra não era em nada homogênea. Nas cidades, também havia esse tipo de escravo, porém, seu trabalho era voltado para mão de obra especializada em atividades artesanais como, por exemplo, o ofício em cerâmica e, muitas vezes, realizada em conjunto com homens livres e libertos. Dentro desse grupo, existiam os escravos tidos como especialistas, dentre os quais o próprio Políbio se encaixava. Esses escravos se dedicavam às profissões intelectuais, tais como as de pedagogo e bibliotecário, e desfrutavam de uma posição social mais favorável (ALFÖDY, 1989, p. 72-73).

No entanto, fosse nas minas, nas plantações, em trabalhos rudimentares, ou nas cidades, em trabalhos intelectuais, o escravo não possuía quaisquer direitos como cidadãos. Eles estavam sujeitos à exploração, a serem tratados de forma desumana e eram considerados como meras propriedades. Os escravos, de modo algum, encontravam-se inseridos nas famílias que lhes possuíam e, como não havia esse vínculo, a relação era apenas de proprietário e propriedade. Devido a tais condições, esses homens que antes eram livres em seu território, muitas vezes, se opunham aos seus senhores, gerando revoltas. Porém, os conflitos eram facilmente reprimidos em função da dificuldade de se organizarem, uma vez que os escravos eram um grupo de etnias, culturas e línguas diferentes.

Apesar disso, como tutor de Cipião Emiliano, Políbio pôde estar em lugares e ter acesso a documentos inacessíveis a um escravo de guerra comum, mesmo aqueles que continuaram na *urb*. Desse modo, pôde frequentar a biblioteca que havia pertencido ao Rei Perseu¹⁰ – Políbio em sua obra, afirma que a biblioteca do Perseu não era tão rica quanto as bibliotecas de Alexandria ou de Pérgamo, onde encontrou documentos e descrições importantes não só da parte vencedora. A partir daí, pôde conhecer melhor a constituição romana e o funcionamento de suas instituições, bem como as táticas, condutas e o poder político por trás das guerras.

Políbio Teve acesso a relevantes políticos do período, como Catão, o Velho (234 a.C.-149 a.C.) e Caio Lúlio¹¹ (235 a.C.), o que lhe possibilitou um olhar mais amplo da política e do entendimento do que era ser um romano. Além de políticos, pôde tratar com os outros tutores de Cipião Emiliano, tais como o comediógrafo Terêncio (185-159 a.C.), o filósofo

10 Políbio teria doado à biblioteca do Rei Perseu obras de Aristóteles, Xonefonte e de muitos outros autores estoicos. Obras essas cobiçadas por Lúcio Paulo Emiliano (SEBASTIANI, 2012, p. 52).

11 A data de sua morte não foi registrada em Políbio nem em Tito Lívio.

Panécio (185 a.C.-110 a.C.), os autores da Antiguidade, Caio Fânio¹² (cônsul em 122 a.C.) e Quinto Élio Tuberão, genro de Lúcio Emílio Paulo, o áugere Q. Cévola (cônsul em 117 a.C.) e outros intelectuais que faziam parte do “Círculo dos Cipiões”, retratados na obra *De Republica* (51 a.C., X – XII), de Cícero (106-43 a.C.). Também podia contar com o pupilo, Cipião Emiliano, para se informar sobre os assuntos da Península Itálica e questões a respeito dos cartagineses, inclusive chegando a fazer viagens pelos territórios conquistados, em expedições militares ao seu lado, o que lhe possibilitou um grande conhecimento geográfico da área. Ainda esteve no sul da Itália, por onde passou Aníbal em sua travessia com os elefantes para acatar Roma na Segunda Guerra Púnica, bem como viajou pelo sul da Gália e partes da Península Ibérica (McGING, 2010, p. 52-66).

Foi em meio a esse contexto de guerras e contemplação de Roma que Políbio deu início aos primeiros volumes de sua obra de maior expressão, as *Histórias*¹³. Com base em tudo o que havia absorvido daquela sociedade, sentiu-se no dever de documentar o avanço do mundo romano sobre os demais mundos, como atesta em seu primeiro livro: “Quem é tão simplório ou leviano que não desejaria conhecer como, e devido a que gênero de Estado, quase todo o mundo habitado foi submetido, em menos de 53 anos, por um único poderio, o dos romanos, algo nunca antes ocorrido?” (POLÍBIO, I. 1-5).

Ao lançar-se à tarefa de registrar o seu tempo, seu desejo era relatar da Segunda Guerra Púnica (220 a.C.) à Guerra da Macedônia (168 a.C.), ou seja, as guerras que haviam debilitado as forças mediterrâneas mutuamente, acarretando a derrota dos gregos para romanos, assim como descrever a constituição político-militar dos vencedores e as guerras e intenções das quais Roma saiu vitoriosa. Porém, seus planos mudam devido às ações romanas e após vivenciar a derrocada de Cartago (146 a.C.), na Terceira Guerra Púnica (149-146 a.C.).

Em consequência do convívio com Cipião Emiliano, Políbio pôde ser testemunha ocular e talvez agente da Terceira Guerra Púnica, na destruição final de Cartago, por meio de um cerco. Como ex-hiparca e estudante de táticas bélicas, Políbio possuía conhecimento das táticas de poliorcética, ou seja, de executar cercos militares, assim, possivelmente, sua presença ao lado de Cipião Emiliano em Cartago não foi meramente decorativa. O autor poderia, portanto, ter auxiliado militarmente os romanos no esfacelamento da cidade púnica. No mesmo ano, 146 a.C., voltando à Grécia, também presenciou a extinção da cidade grega

12 Em nossas pesquisas, não encontramos as datas de nascimento e morte de Caio Fânio e Quinto Élio Tuberão.

13 A obra *Histórias* era ao todo composta por 40 volumes (WALBANK, 1990, p.16; PÉDECH, 2003, p.15; SEBASTIANI, 2017, p.19). Falaremos sobre sua estrutura e conteúdo no próximo tópico.

de Corinto, que foi saqueada e arrasada após o fim da Guerra da Acaia (149-146 a.C.) e da Liga Aqueia. Ainda veria a derrocada do território da Numância (133 a.C.), na Hispânia. Nesse contexto, Políbio foi incumbido de pôr em prática o novo estatuto designado à região do Peloponeso pelos romanos. Depois da missão, seu retorno a Roma se dá em 145 ou 144 a.C., onde foi homenageado pelos romanos com estátuas, retratos e baixos-relevos, dos quais temos dois exemplares que resistiram ao tempo e se encontram um no Museu da Civilização Romana, na cidade de Roma, e outro do lado de fora do Parlamento austríaco, em Viena (SILVA, 2010, p. 22).



FIGURA 1 - Políbio de Megalópolis em baixo relevo. Museu da Civilização Romana.

Fonte: MA'S, J. *Statues and Cities: Honorific Portraits and Civic Identity in the Hellenistic World*, 2013, p. 281

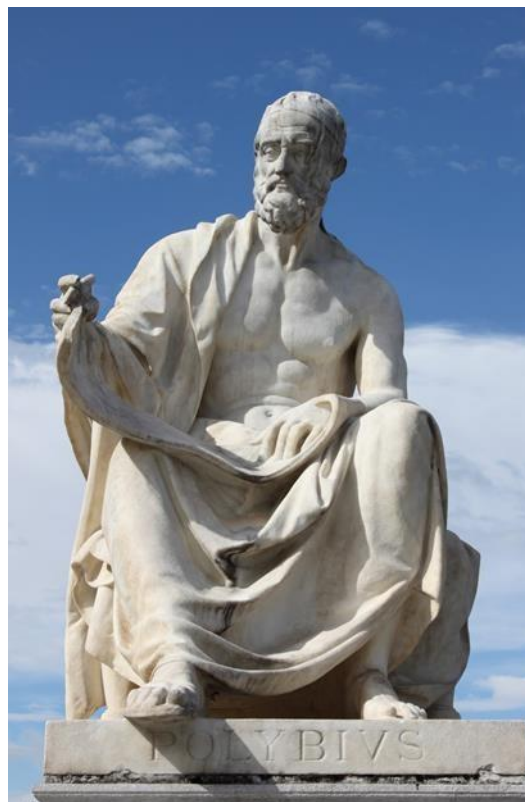


FIGURA 2 – Políbio de Megalópolis esculpido em mármore. Frente do Parlamento austríaco em Viena.

Fonte: MA'S, J. *Statues and Cities: Honorific Portraits and Civic Identity in the Hellenistic World*, 2013, p. 282

Sabe-se que, após esse período, Políbio retornou à Grécia já liberto e atuou como mediador político junto aos romanos. Pédech (2003, p. 04) sugere que ele tenha trabalhado para o proeminente Tibério Semprônio Graco, que havia sido cônsul em 177 a.C. e 163 a.C.. A partir desse momento, dedicou-se a terminar os dez últimos volumes das *Histórias*, deixando, possivelmente, póstumos um sumário e uma introdução. Depois disso, pouco chegou até nós de sua vida. Sabemos apenas que sua morte se deu em decorrência de uma queda de cavalo, em 120 a.C., dado esse que nos foi transmitido por meio de Pseudo-Luciano, um autor pouco confiável, conforme afirma Frank Walbank (1990, p. 13, nota 63). Em suas palavras, o autor grego descreve suas experiências:

Tem sido a dimensão das obras que com tal motivo tiveram lugar, a singularidade de seus episódios e, acima de tudo, a circunstância de ter assistido à maioria dos acontecimentos não apenas como testemunha presencial, senão como um colaborador em algumas ocasiões e participante outras, o que me induziu a escrever sobre essa matéria procedendo, por assim dizer, para um novo começo (POLÍBIO, III. 4).

Concluimos que havia chegado a Roma um Políbio jovem, forjado para a sociedade

ligada às guerras expansionistas, com experiência em diversos assuntos bélicos, com habilidades em retórica, filosofia, diplomacia e tantos outros atributos de um homem de seu tempo e ascendência. Ele era receptáculo da cultura helenística, mas não cego ao mundo que o cercava e, por isso, sabia das fragilidades desse sistema. Nesses dezessete anos que esteve no convívio romano, soube observar a nova sociedade na qual foi inserido e dela extrair o que considerava a resposta para um povo virtuoso e vitorioso. A partir do que conhecia no universo grego como um conjunto de normas e condutas que formavam o caráter e as identidades desse povo, encontrou nos romanos algo semelhante e identificou uma moral ancestral romana, o *Mos Maiorum*¹⁴. Seria essa moral a responsável pelo esplendor romano.

Muito foi questionado sobre a posição de Políbio em relação aos romanos. Alguns autores como Moreno Leoni (2017), Walbank (1990) e Momigliano (1991), em suas obras, apontam que ele nunca havia se conformado com a sua condição de prisioneiro, já que sua posição social tinha sido reduzida drasticamente. Embora tivesse tirado uma sorte maior do que aqueles prisioneiros de guerra que eram destinados a trabalhar em posições penosas, como nas minas ou na agricultura, Políbio de modo algum teria sido submisso à nova sociedade em que habitava. Roma nunca foi sua casa.

Contudo, outros autores nos falam de um Políbio mais romanizado, quase um romano de fato. De acordo com Sebastiani (2016, p.24-25), saber exatamente qual era o papel do autor nesse xadrez diplomático e geopolítico se torna uma tarefa complexa em meio à conjuntura que se apresentava e, associado a isso, não há informações suficientes para supor mais do que um vínculo entre Políbio e a aristocracia senatorial romana, devido a tudo o que lhe foi atribuído no período das conquistas. No entanto, nem por isso ele deixou de ser grego.

Fica claro que Políbio tinha muito a perder caso entrasse em conflito com seus senhores, por isso, descartamos a imagem de um Políbio revolucionário ou rebelde, porém, ele estava longe do colaboracionismo tácito e passivo, principalmente quando observamos suas ações diante de questões que envolviam a Grécia. A título de exemplo, temos o episódio de quando interpelou os decênviros¹⁵ sobre a permanência das estátuas gregas que seriam levadas à Península Itálica. Usando de uma negociação habilidosa, obteve sucesso diante da comissão ao ter seu pedido acolhido, mas nem sempre podemos antever um posicionamento definido no autor, principalmente nos casos que abrem margem para interpretações contrastantes.

14 No capítulo seguinte, trataremos sobre o *Mos Maiorum* e sua inserção na *História* de Políbio.

15 Decênviros era o nome dado aos dez membros que compunham uma comissão romana para a tomada de decisões mais urgentes imediatamente ao final de uma guerra (SEBASTIANI, 2016, p. 23).

1.3 A tradição manuscrita das *Histórias*

Para nossa análise, utilizaremos como documento os manuscritos das *Histórias* traduzidos por W. R. Paton, da Universidade de Chicago, revisados por F. Walbank, no ano de 2012, e publicados na coleção *The Loeb Classical Library*. Nessa edição, a narrativa de Políbio redigida em grego — caso da maioria dos textos escritos pelos autores antigos que chegaram até nós — foi traduzida para o inglês. Assim, apresenta seu texto na língua moderna inglesa ao lado do original em grego, sendo então, um volume bilíngue¹⁶. Também utilizaremos a tradução do grego para o português dos cinco primeiros volumes da obra de Políbio, realizada por Sebastiani e publicada em 2016, pela editora *Perspectiva*. A tradução brasileira da obra de Políbio se encontra disponível sob o título de *Histórias*.

Ambas as edições foram lidas por completo nos dois idiomas que optamos, português e inglês, e checamos os termos em grego em busca de uma interpretação mais ampla do significado do original e do contexto apresentado. Desse modo, transliterações do alfabeto grego para o latino foram inseridas nesta dissertação e estão presentes em itálico, sempre visando a não tradução de conceitos gregos, para que se possa preservar a semântica das palavras.

Segundo a historiadora Cláudia Beltrão da Rosa (2007), a aristocracia conhecia e fez uso da língua e da cultura gregas durante toda história de Roma: “o bilinguismo da elite romana é uma característica cultural importante do Mediterrâneo Clássico” (BELTRÃO, 2007, p. 2). Grego e latim se entrelaçavam nos círculos de poder, onde a primeira era a língua da cultura e a segunda, da política e administração. Em vista disso, ao observar o tipo de grego utilizado por Políbio em sua obra, o *koiné* (ἡ κοινὴ διάλεκτος)¹⁷, passamos a ter um conhecimento maior sobre qual era seu o estilo de escrita e a intenção por trás do vocabulário que empregava.

Contudo, a autora nos alerta que a língua grega não dispunha de um vocabulário específico, com equivalência imediata no latim. Por essa razão, adaptações e aproximações eram inevitáveis. Nós nos ativemos à compreensão de Políbio era um estrangeiro falando de

16 Também temos a tradução bilíngue para o francês realizada por Paul Pédech a partir da coleção de manuscritos e fragmentos da *Université de France-Paris*, publicada pela *Les Belles Lettres*, com uma nova edição em 2003.

17 *koiné* (ἡ κοινὴ διάλεκτος – o dialeto comum) foi uma forma da língua grega de grande alcance no período de 300 a.C. a 330 a.C. O *koiné* possuía características do dialeto ático da região de Atenas e elementos do dialeto jônico, por isso, é chamado pelos pesquisadores da língua grega de “*koiné* helenístico”.

Roma, e não propriamente de um romano. Concordamos com a autora que acredita que a percepção de um estrangeiro pode enriquecer a coleta de detalhes que passariam despercebidos àqueles tão habituados aos seus e inseridos cotidianamente no contexto local (BELTRÃO, 2015, p. 10).

Antes de seu traslado para Roma, Políbio teria escrito uma biografia encomiástica de Filopêmen, composta de três volumes (X, 21,8), e um tratado sobre tática militar, em que apontava os conhecimentos matemáticos e estratégicos fundamentais para um exímio comandante (IX, 20, 4). Contudo, ambos os textos se perderam no tempo. Depois da escrita das *Histórias*, ele teria produzido uma obra intitulada *Sobre a habitabilidade da região equatorial*, que, se realmente existiu, não se sabe se foi elaborada na velhice ou na juventude e, caso tenha sido composta ao fim de sua vida, não seria possível afirmar se tinha alguma ligação com as *Histórias*, do ponto de vista geográfico. A mesma dúvida paira sobre uma possível monografia sobre a Guerra romana contra a Numância. Sobre ela, apenas Cícero fez menção. Somente as *Histórias* chegaram até nós, mas até mesmo ela sofreu a ação dos séculos.

Dos quarenta volumes pertencentes à obra, apenas os cinco primeiros estão praticamente completos, contendo somente pequenas lacunas. Os remanescentes se encontram fragmentados ou completamente desaparecidos, como é o caso dos livros XVII, XIX, XXXVII e XL (McGING, 2010, p. 210). O que sabemos desses textos veio até nós por meio de citações de autores como de Cornélio Nepos (um autor que escreveu uma breve biografia sobre Amílcar Barca e seu filho, Aníbal, nos anos finais do século I a.C.), Diodoro Sículo (90-93 a.C.), Tito Lívio (59 a. C.-17 d.C.), Estrabão (64-63 a.C.-24 d.C.), Plutarco (. 46-120 d.C.), Apiano (95-165 d.C.), Dión Cássio (163-235 d.C.) e Ateneu (II-III d.C.), que usufruíram das *Histórias* como documento. É através desses autores que compreendemos um pouco mais do conteúdo perdido da obra, preenchendo, dessa forma, alguma das lacunas que temos na história, ainda que não se tenha acesso ao texto integral e que não se possa analisar de modo mais consistente e preciso.

As centenas de manuscritos de datação mais antiga e preservados estavam na biblioteca do palácio imperial, em Constantinopla. Sua recompilação e reagrupamento só se deu no século X, por iniciativa do Imperador bizantino Constantino VII Porfirogênito (905 d.C.). Esse processo deu origem a três famílias manuscritas:

I. A primeira família conta com os cinco primeiros livros das *Histórias* conservados,

apresentando apenas alguns espaços por conta da ação do tempo. Foram unidos sob o título de *Codex Vaticanus gr.* 124 e deram origem a mais duas tradições de manuscritos, uma do XIV, com erros e omissões na recopilação, e outra, um século mais tarde, no XV, melhor revisada.

II. A segunda linhagem de manuscritos é intitulada *Excerpta antiqua* e é, na verdade, um conjunto de fragmentos dos livros VI ao XVIII, exceto o livro XVII, que foi perdido.

III. A última linhagem contém compilações de uma coleção de fragmentos de todos os volumes das *Histórias* (com exceção dos volumes desaparecidos) e outras cinquenta e três edições de diversos historiadores gregos, formando uma *chrestomátheia*¹⁸, unidas sob o nome de *Excertos de Constantino* (PÉDECH, 2003, p. 51-58). Cada autor possui prefácio e as passagens de Políbio estão ordenadas por temas, contendo tópicos.

Essas diversas coleções deram origem à obra de Políbio a que temos acesso hoje, sobretudo, o conjunto de manuscritos pertencente à primeira família, no qual está maior parte remanescente da obra.

1.4 Estrutura e conteúdo dos livros das *Histórias*

O objetivo de Políbio era narrar os 53 anos que Roma levou para conquistar o Mediterrâneo e se tornar uma grande força (da Segunda Guerra Púnica [220 a.C.] à guerra da Macedônia em 168 a.C.). O autor declara que esse foi um momento único, no qual uma série de eventos convergiram para o mesmo destino, a submissão perante o poderio romano.

Antes, os acontecimentos do mundo tinham sido, por assim dizer, dispersos, pois não eram interligados por nenhuma unidade de iniciativa, de resultados ou de localização. Desde essa época¹⁹, porém, a História passou a ser um corpo único: os assuntos da Itália e da Líbia interligaram-se com os da Grécia e da Ásia, todos convergindo para um único fim. E essa é a razão para eu começar a sua história sistemática²⁰ a partir dessa data (POLÍBIO, I. 3.3 – 5).

Para tanto, o autor grego retrocedeu seu relato a uma época anterior à Primeira Guerra Púnica (264 a.C. - 241 a.C.), seguindo com sua narração até 146 a.C., ano da destruição de Cartago, a fim de que seu leitor compreendesse as consequências das guerras (POLÍBIO, I. 1; WALBANK, 1990, p. 3-4). Considerada modelo de escrita pragmática pelo autor, a obra foi

18 *Chrestomátheia* quer dizer, na tradução literal “aprendizado de coisas úteis” ou “estudo de coisas úteis”.

19 Nessa citação, a época referida pelo autor é a da 140ª Olimpíada.

20 A palavra que Políbio usa esse trecho é *πραγμαίων* (pragmatéias), declinada no genitivo singular. Nessa passagem, Paton (indique o ano e a página da tradução) traduz o termo por “história sistemática” e Sebastiani (indique o ano e a página da tradução) por “obra”. Utilizamos a tradução que Paton dá ao termo, por interpretarmos que essa é a mais próxima do sentido original.

organizada por temas, com finalidade didática. Desse modo, os dois livros iniciais foram feitos por Políbio com o intuito de informar os motivos que o levaram a redigir a obra *Histórias*. Ali, encontra-se o início da Primeira Guerra Púnica na 129ª Olimpíada²¹. Baseado em sua vivência, o autor descreve a política de cada sociedade poderosa da época, incluindo a Grécia Antiga e o Egito. Relata, também, a Primeira Guerra Púnica com suas causas e consequências, que culminariam em um embate seguinte.

O relato da Segunda Guerra Púnica, também chamada por Políbio de Guerra Anibálica, é encontrado no Livro III, que julgamos de grande importância para nossa pesquisa, no qual se encontra a história de Aníbal Barca, com detalhes de sua origem, personalidade e sagacidade no campo de batalha, assim como estratégias e planejamentos meticulosos do comandante cartaginês ante as adversidades encontradas. O livro também descreve a memorável travessia de Aníbal nos Alpes, além de suas vitórias sobre os romanos durante os três primeiros anos de conflito. A narração se encerra com a batalha de Canas (216 a.C.), a maior derrota sofrida pelos romanos em seu território.

Uma vez que, tendo relatado as ações na Sicília, na África, e as subsequentes, dando continuidade à introdução, chegamos ao início da guerra dos aliados e da segunda entre romanos e cartagineses, por muitos chamada de Anibálica, e que, conforme o projeto original, afirmamos que nessa época colocaríamos o início de nossa obra (POLÍBIO, II. 37. 2-3).

Nos livros IV e V, Políbio esboça comentários sobre o que ocorria simultaneamente na Grécia, no caso, a Terceira Guerra Macedônica, em 167 a.C., e revê seus planos de finalizar a obra, estendendo-a até 146 a.C., por conta da destruição de Corinto e Cartago, ocorrida durante a produção dessa parte em específico. É no livro VI que Políbio descreve a forma de governo romana, comparando a constituição mista de Roma com a de outras cidades-estados, dentre elas, Cartago (POLÍBIO, VI. 43.1-56.15). Após verificar as semelhanças e diferenças, a balança pendeu para a constituição mista romana, que estava no auge de sua maturação. É sobre esse volume que muitos autores, de diferentes arcos cronológicos, se debruçaram e produziram, em seus universos, várias interpretações sobre o modelo de governo vigente de sua época, em busca de desvendá-lo. Dentre eles, está Maquiavel, que buscou interpretar o ciclo das constituições ou anaciclose, – no qual monarquia e tirania; aristocracia e oligarquia;

21 Políbio utilizava o sistema cronológico adotado por Timeu de Tauromênio (XII, 11.1). Essa contagem do tempo era feita de 4 em 4 anos, conforme a ocorrência das Olimpíadas. Esse tipo de cronologia era um meio unificado em toda comunidade helênica e, também, na sociedade romana. A 129ª Olimpíada correspondia aos anos de 264 a 260 a.C.

democracia e oclocracia; se revezam entre modelos de governos que se superavam – a fim de criar sua teoria sobre as formas constitucionais.

Para Políbio, essas seis formas de governar um povo se iniciavam com boas intenções, porém, com o tempo, seus governantes acabavam por se corromper e os sistemas de governo se degeneravam. Nessa crença do autor, podemos observar a percepção de Políbio sobre essa temática, sendo pensada ciclicamente, de maneira que um fato sempre voltava a acontecer. A história era, portanto, um eterno retorno do mesmo, como era próprio aos autores de sua época (MOMIGLIANO, 1993, p. 166). Em busca de elucidar a questão, o autor escreveu que a monarquia seria uma boa constituição de governo, mas, como “ferrugem no ferro e carunchos na madeira”, a tendência era que o rei se esquecesse de zelar pelo povo devido ao estilo de vida dos monarcas e passasse a pensar demais em si mesmo (POLÍBIO, VI. 50.1 – 6). Desse modo, o rei se tornava um tirano, instaurando, assim, um novo modelo de governo, a tirania, dessa vez, ruim. Os romanos possuíam grande receio em relação à monarquia, pois, em seu passado, já haviam experimentado essa constituição de governo e vivenciado como a degradação dela podia lhes acarretar problemas. Tal acontecimento se deu com Tarquínio, o soberbo — soberbo, aliás, é um termo latino que, em grego, corresponderia a tirano –, que foi deposto pelos patrícios em 509 a.C., devido ao seu desrespeito à função que exercia e a suas atitudes imorais (SANT’ANNA, 2015, p. 23).

Em seguida, na narrativa de Políbio e, portanto, também como ocorreu em Roma, narra-se a instauração da aristocracia. Essa forma de se governar era muito defendida pelo autor, pois ele pertencia à aristocracia grega e era nesse sistema em que vivia. Entretanto, a aristocracia também tinha suas fragilidades e podia culminar em uma oligarquia, na qual só algumas famílias desfrutariam dos benefícios da comunidade. Para que isso não ocorresse, era necessário passar para organização em que a participação de todos os considerados cidadãos fosse garantida, por meio de um órgão como o senado, que deveria ouvir a todos nas assembleias e nos plebiscitos. Essa era a democracia. Contudo, a democracia também possuía seu revés, a chamada “oclocracia”, do grego *χλοκρατία*. A palavra é constituída de *ὄχλος*, que significa “multidão, massa”, e *κρατία*, que significa governo. Na visão de Políbio, essa seria uma versão patológica da democracia. Essa forma de governo se concretizaria quando a população se deixasse levar pela retórica de líderes demagogos e passasse a agir de forma irracional, sendo nociva a ela mesma, como uma multidão que perde o senso crítico. Trata-se da manipulação das massas em benefício de si próprio (POLÍBIO, VI. 4. 8-57; BOBBIO,

2001, p. 65-76). Isto posto, podemos compreender o motivo de Políbio preferir a constituição mista de Roma, pois, para ele, os cônsules, em número de dois, se autorregulavam. Além disso, a presença do senado assegurava um equilíbrio. Desse modo, segundo Políbio, o poderio de Roma era devido à centralização das decisões tomadas pelo senado, que caminhava de mãos dadas com o consenso comum entre os romanos, por conta das assembleias e plebiscitos, que contavam com a participação popular censitária. Essas decisões estariam relacionadas à vitória nas guerras travadas, à obtenção de territórios e à obtenção de riquezas. A forma de governo mista não era garantia de que todas as vulnerabilidades seriam sanadas, mas ela se autorregulava e, por isso, se manteria estável por mais tempo. O filósofo e historiador Norberto Bobbio escreveu em sua obra *A teoria das formas de governo* que:

Parece não haver dúvida de que desde o princípio Políbio tem perfeita consciência de que até mesmo o Estado romano, não obstante sua excelência, está sujeito à "lei natural" do nascimento, crescimento e morte; que, portanto, o que constitui o título de mérito do governo misto é sua maior estabilidade – não sua perenidade (BOOBIO, 2001, p. 72).

A baixo, foi inserido um trecho em que temos as palavras de Políbio, que mostram qual era sua intenção ao colocar a temática das constituições em sua obra. No fragmento, é possível analisar os julgamentos morais do autor que se fazem presentes ao dissertar sobre os modelos de governo. Ele compara o caráter, as escolhas e as atitudes quando se tem adversidades ou sucessos de homens com as formas de constituição. Desse modo, as constituições são personificadas por Políbio, e são comparadas entre si com base em virtudes e defeitos humanos.

Não encontrei ocasião mais apropriada que a presente para direcionar minha atenção para a constituição e testar a veracidade do que estou prestes a afirmar sobre esse assunto. Pois, assim como aqueles que se pronunciam em privado sobre o caráter de homens bons ou maus, quando se dispõem realmente a testar sua opinião não escolhem para sua investigação os períodos de tranquilidade e indolência da vida daqueles homens, mas as épocas em que foram afligidos pela adversidade ou agraciados com o sucesso, estimando que o único teste de um homem perfeito é o poder de suportar com espírito altivo e bravura os reversos mais completos da fortuna, da mesma forma deveriam ser os nossos julgamentos dos Estados. Portanto, como não pude visualizar nenhuma mudança maior ou mais violenta nas fortunas dos romanos do que esta que aconteceu em nosso tempo, reservei meu comentário da constituição para esse momento. [...]. Ora, a causa principal do sucesso ou do reverso em todos os assuntos é a forma da constituição. Ela é como uma fonte de onde não apenas se originam todas as ideias e as iniciativas dos atos, mas de onde provém, igualmente, sua realização (POLÍBIO, VI, 2.1 – 10).

Não foi só a constituição mista romana que Políbio elogiou, mas também ressaltou as

qualidades e virtudes dos governantes romanos, de ímpeto e rigidez, associados à perspicácia e à moderação. Características essas presentes não só em seus governantes, mas também no exército de legiões, cuja disciplina e bravura foram observadas durante a análise de Políbio por toda a história da República Romana. O Livro VI também descreve leis, funerais e ritos religiosos (POLÍBIO, VI, 11.1-11; WALBANK, 1990, p. 57-130).

No sétimo livro de suas *Histórias*, Políbio define aquilo que entendia ser trabalho do historiador de sua época. Ele faz uma revisão das informações geográficas relevantes, fala sobre experiências políticas e sobre a importância do papel dos autores encarregados de escrever a história daquele período. No Livro I, Políbio já havia dissertado sobre a necessidade de que houvesse imparcialidade quando fosse necessário descrever ou narrar um fato em que houvesse a presença de um amigo ou inimigo. A respeito disso, uma vez mais, no Livro VII, Políbio ressalta a importância da imparcialidade:

Quando, porém, alguém assume a profissão de história, é preciso esquecer tudo isso, muitas vezes aprovando e adornando com os maiores elogios os inimigos, quando seus atos o demandarem, e outras tantas reprovando e censurando acintosamente os seus, quando os erros em seus empreendimentos demandarem. Assim como um vivente que privado da vista, é completamente inútil, também a história privada da verdade é narrativa completamente imprestável. Por isso não se deve hesitar em acusar os amigos ou em elogiar os inimigos, nem é preciso precaver-se contra censurar e elogiar os inimigos, pois não é possível que os agentes sejam sempre bem-sucedidos, nem plausível que errem continuamente. Nos relatos históricos, as declarações e opiniões cabíveis devem ser adequadas aos atos, a despeito dos agentes (POLÍBIO, I. 14. 5-8).

Ele voltou a descrever as Guerras Púnicas no trigésimo primeiro livro, que recebe uma atenção especial em nossos estudos, pois são, justamente, os manuscritos que contêm as reflexões do autor acerca da formação de conduta de guerra e pessoal dos generais envolvidos nas guerras, principalmente sobre Cipião Emiliano. Do mesmo modo, o autor também descreveu táticas, estratégias, feitos importantes e considerações do que ele próprio vivenciou. É nesse volume em que analisamos com maior atenção os escritos de Políbio e dele retiramos os fragmentos que utilizamos para exemplificar a narrativa do autor sobre o general romano.

Os comentários e descrições sobre o cartaginês Aníbal se encontram espalhados pela obra nos diversos livros, mas são encontrados em abundância nos Livros III, IX e XV. Isso se deve ao fato de que são esses volumes que trazem a maioria dos relatos sobre a Segunda Guerra Púnica, conflito no qual o general cartaginês atuou. Os demais livros, do VIII a XXXIV, são, igualmente, de grande valia para a pesquisa, pois se dedicam à conquista do Mediterrâneo pelo exército romano, e a sua leitura serve para captar os elementos que formam

o *Mos Maiorum*, uma moral ancestral intrínseca aos romanos e que foi captada por Políbio e que será explanada por nós no próximo capítulo. Vale destacar que os livros XII, XVI e XXXIV são digressões que abarcam temas pincelados em todos os demais.

As digressões, como foram chamadas pelo autor, são epifanias, momentos de reflexões e comentários do que esse pensava sobre determinados assuntos. Apesar das digressões não serem tão recorrentes em sua narrativa – pois Políbio (VI, 1.1-5.3) prezava pela objetividade em sua escrita –, elas eram necessárias, na opinião do autor, para garantir uma maior interação entre a obra e o leitor. Sabe-se que na historiografia antiga, principalmente com os escritores helenísticos, esse recurso foi muito utilizado para dar momentos de leveza aos textos e momentos de distrações durante as leituras (MARQUES, 2007, p. 49; WALBANK, 1990, p. 45-55). Para esta dissertação, as digressões são um ponto importante da obra a ser analisado, já que são nessas ocasiões que conseguimos captar com maior facilidade juízos de valor e as intenções do autor.

Nas digressões pertencentes ao Livro XII, encontramos um importante conteúdo metodológico sobre a história feita pelos escritores helenísticos anteriores a ele e os pré-requisitos que julgava necessários a um historiador de sua época: experiência político-militar, observação de cenários de acontecimentos e leituras diversas. Nesse livro, críticas são direcionadas a Timeu e a Calístenes, e são encontradas informações sobre a África, a Sardenha, a Sicília e a Córsega. Ele talvez fosse uma introdução à campanha de Cipião, o Africano, em 204-202 a.C.

No livro XXXIV, Políbio retorna ao recurso da digressão e descreve a geografia dos lugares por onde passou em suas viagens com Cipião Emiliano. Pelos seus relatos, é possível saber que o autor grego viajou pela costa norte da África, em uma pequena frota de embarcações de porte reduzido, patrocinada por Cipião Emiliano. Nos pequenos navios, eles atravessaram o local que denominamos hoje de Estreito de Gibraltar e chegaram até o atual Marrocos, (WALBANK, 1990, p. 11). Temos a narração da Terceira Guerra Púnica e suas consequências nos Livros do número XXXV ao XXXIX, nos quais Políbio se faz presente como personagem da obra, e não apenas como narrador observador, como na primeira parte (McGING, 2010, p.162). Finalmente, o livro XL, considerado póstumo, corresponde a uma espécie de sumário dos volumes feitos pelo autor.

Com o intuito de melhor sistematizar a estrutura das *Histórias* para visualização, apresentamos um quadro (Quadro 1) feita por Walbank e revisada por José Guilherme Rodrigues da Silva, que contém os livros seguidos da datação em Olimpíada e em anos, possíveis de ser aferidos segundo as indicações deixadas por Políbio. Em seu quadro,

Walbank coloca em destaque os livros que Políbio trata das Guerras Púnicas, que se encontram enumerados conforme a ordem dos conflitos.

Livros	Olimpiada	Ano da Olimpiada	a.C.	Comentários
I e II	---	----		Introdução (1)
III, IV e V	140	1 a 4	220/219-217/216	Início da unificação da <i>oikoyméne</i> (2)
VI				Constituição e sistema militar romanos
VII	141	1 a 2	216/215-215/214	(2)
VIII		3 a 4	214/213-213/212	
IX	142	1 a 2	212/211-211/210	(2)
X		3 a 4	210/209-209/208	
XI	143	1 a 2	208/207-207/206	(2)
XII				Críticas a Timeu e outros
XIII	143	3 a 4	206/205-205/204	(2)
XIV	144	1	204/203	(2)
XV		2	203/202	
XVI		3 a 4	202/201-201/200	
XVII	145	1 a 2	200/199-199/198	Perdido
XVIII		3 a 4	198/197-197/196	
XIX	146	1 a 4	196/195-193/192	Perdido
XX	147	1	192/191	
XXI		2 a 4	191/190-189/188	
XXII	148	1 a 4	199/187-185/184	
XXIII	149	1 a 2	184/183-183/182	
XXIV		3 a 4	182/181-181/180	
XXV	150	1 a 4	180/179-177/176	
XXVI	151	1 a 4	176/175-173/172	
XXVII	152	1 a 3	172/171-170/169	Incerteza se o 2º ano da Olimpiada 152 (171/170) está no Livro XXVIII; provavelmente, está no XXVII
XXVIII				
XXIX		4	169/168	
XXX	153	1 a 4	168/167-165/164	
XXXI	154	1 a 4	164/163-161/160	
XXXII	155	1 a 4	160/159-157/156	
XXXIII	156	1 a 4	156/155-153/152	
XXXIV				Digressões geográficas
XXXV	157	1 a 2	152/151-151/150	(3)
XXXVI		3 a 4	150/149-149/148	
XXXVII	158	1	148/147	Perdido (3)
XXXVIII		2	147/146	(3)
XXXIX		3	146/145	Terminava, provavelmente, no 3º ano da Olimpiada 158 (3)
XL				Perdido (índice)

TABELA 1: Estrutura dos Livros das Histórias. (1) Primeira Guerra Púnica; (2) Segunda Guerra Púnica; (3) Terceira Guerra Púnica. Modificado de Walbank (1990, p.129) por Silva (2010, p.34).

1.5 Notáveis Histórias e a retórica de Políbio

O discurso é intrínseco à longa história do povo grego. A arte do bem falar adentrou os tempos de Homero, com a eloquência dos épicos e chegou até os dias atuais. Gradualmente, a tradição oral foi tomando forma escrita e, assim, temos a ciência retórica se formando e se

fortalecendo (FONSECA, 1990, p. 67). Políbio, como o grego que era, pôde aprender a arte da retórica, da qual se valia muito bem. Nesse tópico, analisaremos como a retórica foi utilizada pelo autor em suas *Histórias*, além disso, apresentaremos a relevância que sua obra teve e ainda têm nos dias atuais.

A importância de *Histórias* se deve ao fato de seu autor ter buscado fazer uma história universal, ou seja, documentar a história de Roma e seus arredores, nesse contexto da República Romana. Porém, é necessário ter em mente qual era a perspectiva de mundo de Políbio. Walbank (1990, p.68-69) atenta para o fato de que Políbio, sendo natural da Acaia, posicionou sua narrativa a partir da dimensão geográfica do Peloponeso. Devemos considerar ainda que, para Políbio, as cidades da Península Ibérica e do sul da Gália, bem como, as cidades de Gades (atual Cádiz), Nova Cartago (hoje, Cartagena), Ampúrias (Empúries) e Massília (Marselha) não foram consideradas como parte do mundo habitado (SILVA, 2010, p. 49). Para resumi-la aqui, a obra apresenta a história política greco-romana, narra as Guerras Púnicas, desde seu início até a destruição de Cartago, descreve o cerco a Corinto e a derrota de Perseu, marcando o fim do Império Macedônico. Nela, executa-se também um mapeamento geográfico da região, conforme as viagens feitas ao lado de Cipião Emiliano, nas quais Políbio presenciou os eventos citados.

Políbio foi um dos primeiros historiadores a apresentar a história como uma sequência de causas e efeitos, com base em uma análise cuidadosa e crítica da tradição (ERRINGTON, 1967, p. 99). Ele era herdeiro de um legado da escrita da história no qual passado e presente eram indissociáveis. Nessa perspectiva, somente com o entendimento do passado era possível compreender o presente, pois eram nas raízes do tempo que se guardavam as ações políticas e lições morais em voga no cotidiano (MOMIGLIANO, 1991, p. 71-72). De acordo com o autor, “nenhum outro corretivo de conduta é mais eficaz para os homens que o conhecimento do passado” e, continua, “a educação e o exercício mais sadios para uma vida política ativa estão no estudo da História” (POLÍBIO, I,1.1-2).

A crença de Políbio era em um método da escrita da história estruturado também em lições políticas e morais, de modo que tivesse utilização na vida prática. Para Walbank (1990, p. 33), o autor, assim como os escritores romanos da *nobilitas*, Fábio Pictor e Catão, tinham o fazer histórico como um complemento ao *cursus honorum*, à carreira política. Seria essa uma maneira de deixar o conhecimento adquirido com anos de experiência, tanto na guerra como na vida política, para que outros pudessem fazer uso, como um legado para o aprendizado das

futuras gerações.

Desse modo, como o Políbio definiu em IX, 1, 4, o seu modelo de escrita, designado por ele como pragmático, tinha por intuito o estudo do passado para o fim prático de demonstrar as ações do povo, das cidades e de seus governantes, como deixa claro nessa passagem da obra:

Resolvi escrever um História do gênero pragmático, primeiro porque há sempre uma novidade digna de tratamento novo – não seria possível aos antigos narrar eventos para posteriores à sua própria época – e, em segundo lugar por ser considerável a utilidade prática de tal gênero de História, tanto no passado quanto, e principalmente, no presente, em uma época em que pessoas desejosas de aprender são capazes, digamos assim, de submeter a uma análise metódica quaisquer eventualidades passíveis de exame. Sendo então o meu objetivo não tanto entreter os leitores quanto beneficiar os espíritos afeitos à reflexão [...], que me dediquei a escrever este gênero de Histórias (POLÍBIO, I. 9. 2).

A palavra pragmática veio da ciência retórica e fazia oposição às narrativas históricas tidas como genealogias fabulosas (PÉDECH, 1964, 32). Políbio criticava historiadores anteriores a ele ou contemporâneos a sua vivência que, em suas obras, se valiam de fábulas, milagres aparições divinas, quando iam descrever uma batalha ou qualquer outro assunto. Para ele, recorrer a tais artifícios demonstrava incompetência para descrever conflitos e desconhecimento das questões militares, de tal modo que evitava o uso de elementos sobrenaturais para justificar o fracasso ou a vitória de seus personagens. Desse modo, Éforo, Calístenes, Timeu e Fílarco, autores dos séculos IV e III a.C., são acusados por Políbio de negligenciar os discursos feitos e as causas dos acontecimentos, substituindo-os por falsos argumentos e uma falsa retórica, claramente inventados (PÉDECH, 2003, p. 19-22; WALBANK, 1990, p. 43-45).

Para isso, estratégias da retórica (*Τέχνη ῥητορική*) foram empregadas pelo autor. Thornton (2013, p. 21-42), distingue três tipos de discursos (*λόγος*) presentes nas *Histórias*, pertencentes ao manual de *retórica a Alexandre*, utilizado no mundo grego desde Aristóteles:

- I O primeiro deles é o *discurso deliberativo*, que trazia técnicas de oratória e persuasão do leitor, para fazê-lo crer no seu ponto de vista. Para isso, recorre-se ao elogio da ação do personagem presente. Esse modelo de discurso possuía estreita relação com o futuro, com o que estava por vir a partir do que era observado no presente. Era usado por Políbio ao tratar de resoluções de problemas, tal como podemos

analisar na citação a seguir. Nessa passagem, observamos a perspicácia do general cartaginês, Amílcar, ao ponderar sobre o revés que havia levado na Primeira Guerra Púnica. O general, após ponderar sobre o presente e entender que o futuro do conflito não lhe traria benefícios e que colocaria em risco os que estavam sob sua guarda, encarregou-se de enviar embaixadores aos romanos para por fim a situação.

Mas quando a situação se inverteu e nada de razoável restava para salvar os comandados, ele cedeu de maneira muito inteligente e pragmática, e despachou embaixadores para negociar trégua e armistício. Deve-se como próprio de um mesmo comandante a capacidade de reconhecer quando venceu e, de modo semelhante, quando fracassou (POLÍBIO, I. 62. 5-6).

- II Há, conjuntamente na obra, a presença da técnica de *Paraklesis* (*αράκλησις*) quando são feitas exortações sobre as batalhas, atos dos generais e soldados. Esse tipo de discurso tinha por finalidade registrar o que havia se sucedido nos conflitos associado a opinião do autor durante a narração do evento. Um exemplo de *Paraklesis* pode ser observado no seguinte excerto: “Se pouco antes os cartagineses haviam fracassado no mar, agora também fracassaram em terra, devido não à covardia dos soldados, mas à irresolução dos comandantes (POLÍBIO, I. 31-1).
- III E, finalmente, é possível identificar o *discurso epidíctico*, vinculado ao presente, mas atento ao passado e o futuro, que tinha como propósito o elogio ou a advertência à virtudes ou vícios, o que revela um gênero educativo, no qual há intenção de persuadir o leitor a ter uma opinião semelhante à do autor sobre o que está sendo colocado. Como exemplo desse tipo de discurso, temos essa passagem de Políbio, do primeiro volume das *Histórias*:

Quem quer que preste a devida atenção a essa situação encontra muitas contribuições para o aprimoramento da vida humana. A mais manifesta evidenciou-se então a todos por meio dos fracassos de Marco, ou seja, a desconsideração do acaso, sobretudo na bonança. Aquele que pouco antes não tinha piedade nem desculpava os que caíam a seus pés, foi levado a suplicar-lhes pela própria salvação.

Aquilo que parece muito bem dito por Eurípides outrora, que "uma única decisão sábia vence muitos braços", foi então confirmado pelos próprios fatos (POLÍBIO, 35. 1-5).

Nesse fragmento do texto, Políbio registra o fracasso de Marco pela plasticidade que abateu sobre si após seu sucesso como general. Ao se sentir tranquilo pela prosperidade do momento presente, foi impiedoso com os inimigos e se esqueceu de que podia sofrer infortúnios e uma reviravolta no futuro. Com esse exemplo, o autor deixa um ensinamento em forma de advertência a partir da vida de um general romano.

Os três gêneros presentes na retórica de Políbio se fundiam o tempo todo e buscavam convencer por meio de um vocabulário que levasse ao leitor a se aproximar e se identificar com o que era lido. Dar lições por meio dos erros alheios foi uma das intenções do autor, que declarava que a diferença entre tolos e sábios era que os tolos eram educados por seus próprios infortúnios e os sábios aprendiam com as falhas dos outros. Como Soares (2011 p. 16-17) observou, a importância dos discursos na historiografia é amplamente reconhecida, sendo que os manuais de retórica têm início nos tempos épicos e perduraram ao longo dos séculos. Eles seriam “um precioso instrumento de representação do passado” (SOARES, 2011, p. 16-17). Assim, em Políbio, os discursos destacados refletem o período em que as *Histórias* foram escritas. Em sua redação, é possível observar a tradição da educação retórica destinada aos descendentes de grupos gregos abastados. O autor era um deles e foi ensinado a mediar e corrigir conflitos políticos por meio do poder da fala. No mundo antigo, sobretudo na era helenística, a atividade política era inconcebível sem a disciplina da retórica. (THORNTON, 2001, p. 30; PÉDECH, 1964, p. 216-228).

Deve-se ressaltar ainda que o escritor se preocupou em estabelecer uma metodologia para escrever os acontecimentos históricos presentes em sua obra, dos quais não havia sido testemunha ou que eram anteriores à sua própria vivência. De tal modo, buscou unir historiografia e oratória nas *Histórias* e atribuía maior valor aos relatos diretos, presenciais e visuais das documentações do que a qualquer outra espécie de relato. Outro método utilizado era o de comparar os documentos de modo que sua análise chegasse o mais próximo do que julgava ser a “verdade” possível. Segundo Sebastiani (2012), essa busca perpétua pela verdade histórica, pelo conhecimento enciclopédico e sua confiança na racionalidade humana são características que o tornam “o mais expressivo historiador *magister vitae*²² da Antiguidade”

22 A expressão *magister vitae* foi empregada por Sebastiani para caracterizar Políbio como pertencente ao método de escrita histórica conceituado como *historia magistral vitae*. O historiador alemão Reinhart Koselleck

(SEBASTIANI, 2012, p. 63).

1.6 Políbio como mestre das virtudes

Como um historiador de seu tempo, Políbio faz parte do grupo de escritores gregos que buscavam em sua escrita deixar exemplos a serem adotados ou ações que deviam ser evitadas. Esse método da narrativa histórica feito com esse propósito foi designado por Cícero como *historia magistra vitae*. Ao observar os modelos helenísticos de cunhagem histórica, Cícero relata que a história guardava a memória dos erros e acertos do passado, por isso, a conceituou como testemunha dos tempos e mestra da vida, já que ela nos ensina por meio dos seus exemplos (KOSELLECK, 1979, p.43-44). Para Joly (2007, p. 08), essa forma de uso da história esteve presente nos escritos dos autores da Antiguidade e perdurou até o século XVIII, quando foi inaugurado na Europa um novo método de análise histórica, a crítica documental. Nas *Histórias*, fica claro desde suas primeiras linhas a intenção de Políbio quanto à utilização da obra para aprender lições do passado que deveriam ser usufruídas no futuro. Para isso, esse autor *magistra vitae* faz uso do discurso epidíctico, como mencionamos no tópico sobre os tipos de discursos presentes na obra de Políbio. Desse modo, quando escreveu “penso que sua história não só merece ser conhecida e recordada, como também é absolutamente necessária, pois com ela se aprende” (POLÍBIO, I. 14.2)., o autor já demonstrava fazer parte dessa tradição historiográfica, na qual o passado é quem ensina por meio de representações e personificações que devem ser seguidas para se ter um destino afortunado.

Ao compreendermos a disposição de Políbio em deixar exemplos de ações vitoriosas e infortúnios em meio a sua narração dos eventos do Mediterrâneo, podemos analisar o que o autor julgava que devia ser conservado no presente para ser usado como referências no futuro e o que pressupõe serem comportamentos errôneos. Por essa característica, Pédech (2003, p. 216-228) e Walbank (2002, p. 178) o denominaram um historiador moral-didático, já que os exemplos presentes na obra estão envoltos de ações moralizantes com o intuito de trazer maior identificação por quem a lesse, em uma perspectiva psicológica. Desse modo, para Walbank, Políbio via a história como um modo de aprender lições, mas,

dedicou um capítulo de seu livro “Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos” para analisar essa conceituação histórica. Segundo Joly (2007, p. 08) e Bloch (2001, p. 85-87), essa forma de uso da história esteve presente nos escritos dos historiadores da Antiguidade e perdurou até o século XVIII, quando foi inaugurado na Europa um novo método de análise histórica, a crítica documental.

para esse autor, esse não era o principal intuito de Políbio ao escrever sua obra. A moral estaria ali para fins práticos de gerar empatia nos eleitores. Na mesma linha segue Pédech que, apesar de falar sobre didatismo moral de Políbio quando descreve o método retórico utilizado nas *Histórias*, não se aprofundou na questão. A obra de McGing (2010) sobre as *Histórias* de Políbio trabalhou a fundo a guerra entre cartagineses e romanos, porém não se ateve ao prisma moralizante da obra.

No ano de 2013, Thornton, em “*Oratory in Polybius’ Histories*”, escreve sobre a intenção de Políbio querer deixar um legado de lições, mas, diferentemente de Walbank e Pédech, para esse autor, os ensinamentos eram políticos, como em um manual para um estadista. Thornton (2013) não menciona a presença de uma moral nessas lições. Discordamos dessa interpretação de Thornton, pois acreditamos que não se pode separar o entendimento político do entendimento moral em uma sociedade antiga, pois esses dois elementos se fundiam. A moral estava presente na elaboração de leis, na escolha dos novos cônsules, nos generais das legiões, no *cursus honorum* — do qual falaremos no próximo tópico — e em diversas ordens sociais. Dessa maneira, o político e a moral estariam atrelados na sociedade romana e devem ser analisados conjuntamente. Na mesma perspectiva de trabalho de Thornton, temos Moreno Leoni (2017), que embora tenha apresentado uma didática do poder nos escritos de Políbio, admite que a dimensão de política se sobrepõe à moral na narração desse autor.

Eckstein (1995), por sua vez, é um dos poucos historiadores que se contrapõem a ideia da moral para fins práticos e que a coloca como um assunto importante para Políbio e para a sociedade em que estava inserido. Esse ponto também é defendido por Hau (2016), em seu livro *Moral history from Herodotus to Diodorus Siculus*. Segundo a autora, era intenção de Políbio escrever uma obra histórica com um propósito moral. Concordamos com a autora sobre essa hipótese e, também, consideramos correta sua afirmação de que, se removêssemos da obra de Políbio os trechos contendo mensagens morais explícitas, restaria apenas um quarto das *Histórias* (HAU, 2016, p. 72). Pudemos comprovar essa afirmação durante a catalogação da obra, quando analisamos os trechos do texto de Políbio que continham exemplos, reflexões e testemunhos apresentando dizeres morais.

Assim, percebemos que o aspecto moral em Políbio tem sido pouco trabalhado em favor de outros temas que o livro aborda e que produzem muitas pesquisas acadêmicas, tais como: as constituições de governo, as estratégias das guerras narradas por Políbio e a

movimentação romana para anexação de territórios. Dessa forma, o caráter pragmático do autor se sobressai em relação à visão de um Políbio que faz digressões ao longo de seus escritos, enaltecendo valores morais.

Portanto, acreditamos que o autor atribuiu intencionalmente juízos morais ao escrever sua obra dentro da sociedade romana e que ela foi feita com um propósito de deixar um legado de lições. Políbio registrava os eventos históricos buscando uma maneira de ensinar e convencer ao leitor sobre como agir e quais seriam as consequências quando os preceitos morais eram deixados de lado. Ao lermos a obra, observamos o trabalho minucioso que Políbio fez ao descrever com riqueza de detalhes os comportamentos de cada personagem. Em vista disso, dedicou o volume XXXI completo para registrar informações sobre Cipião Emiliano e boa parte do livro IX para registrar características e ações de Aníbal. Dessa forma, percebemos que Políbio dava um maior enfoque aos generais participantes das guerras retratando o comportamento desses, especialmente, no que tange ao principal conflito de suas *Histórias*, as Guerras Púnicas. O grau de inteligência, o dom da oratória e austeridade presente, sobretudo nos generais romanos, era descrito em tom elogioso e enaltificado. Isso incentivaria os seus leitores a imitar esses homens famosos e honrosos. Em seu código de ética, era imprescindível que os líderes da guerra mantivessem uma disciplina rigorosa sobre suas emoções e ações, em face às múltiplas tentações existentes em Roma na época — luxúria, alcoolismo, ociosidade e imprudência, e ainda deveria saber se impor, mantendo a ordem (ECKSTEIN, 1995, p. 193).

É possível compreender melhor o porquê Políbio atribuiu tanta atenção aos generais, se tivermos em mente que ser um guerreiro, principalmente no contexto da República Romana, era atributo de virilidade, destemor e bravura (ALFÖLDY, 1989, p. 24). Em suas lendas, o povo romano se julgava descendente dos gêmeos Rômulo e Remo, filhos diretos do deus da guerra, Marte, e pela linhagem materna, eram descendentes do herói Eneias, imortalizado na *Eneida* (19 a.C.), de Virgílio (70 a.C.-19 a.C.), e com passagem pelos versos de Homero, na *Ilíada*. O famoso líder dos troianos e ascendente dos gêmeos, por sua vez, tivera como mãe Vênus, a deusa do Amor. Assim, da guerra e do amor se originou Roma e, fazendo jus aos seus fundadores, guerras, conquistas de territórios e acordos diplomáticos estavam entrelaçados em sua construção e consolidação. Por conta disso, ter um exército impetuoso era peça fundamental.

A estrutura dessa sociedade se edificava em distintas camadas sociais, diferenciadas

pela posse de terras e ligada à sua fortuna, a seus privilégios, a seu comportamento e a sua importância nas guerras. No topo dessas camadas, estava um pequeno grupo detentor de influência política decisiva, cientes de que eram os dirigentes de Roma. Tendo grande poder de decisão em conflitos, eles eram uma das elites romanas e formavam a aristocracia senatorial. As famílias que compunham essa aristocracia descendiam das famílias mais tradicionais e antigas de Roma e eram as eleitas para ocupar o cargo público mais elevado dessa sociedade – o consulado.

O consulado era regido por dois cônsules, eleitos pela Assembleia das centúrias, para mandatos de um ano. Durante esse período, os cônsules se revezavam no comando das legiões romanas. Em um mundo em que os períodos de guerra eram mais contínuos do que os tempos de paz, a organização social, a cultura e os costumes eram normatizados pelas guerras (CARVALHO *et al.*, 2012, p. 08). Devido a isso, o exército tinha uma grande importância na sociedade romana. Pertencer às legiões de guerreiros passou a ser uma responsabilidade cívica, um dever honroso e uma forma de se favorecer socialmente (SMITH, 1958, p. 10).

Era comum que as famílias pertencentes à aristocracia senatorial fossem instruídas para a arte de guerrear, de modo que os filhos recebiam uma educação para tal fim. O poder dessas famílias ia além de um forte domínio político, elas influíam também nas outras camadas sociais, pelo seu comportamento, posse de terras e privilégios sociais. Por meio da própria estrutura de governo da República Romana, a nobreza senatorial direcionava as ações militares, já que o cônsul que era também o comandante supremo do exército. O papel dos cônsules era governar para a segurança do povo e da preservação dos costumes ancestrais. Nos cem anos que se seguiram após a Segunda Guerra Púnica, a *gens* de Cipião Emiliano, família vencedora de Aníbal, por si só, contribuiu com mais de um décimo de todos os cônsules romanos (ALFÖDY, 1989, p. 49-65).

Essa responsabilidade de preservação das tradições e condutas morais que devia orientar o pensamento e o comportamento do grupo, assim como guiar a essência do povo romano, era dada a essa elite governante. Para Géza Alföldy (1989, p. 51), estudioso da sociedade romana, “os usos dos antepassados, expressos nos seus grandes feitos; a memória coletiva desses feitos e a sua imitação eram a garantia da continuidade da ideologia do Estado romano”. Essa conduta moral descrita pelo autor foi preceituada como *Mos Maiorum* que, transmitida aos filhos e aos netos, fazia com que os jovens se espelhassem nos homens de mérito do passado e sustentassem os ideais de glória e memória.

A memória coletiva de uma sociedade pode conferir uma similaridade de normas a um povo. Ao lhe conceder uma tradição em comum, a memória de um grupo passa a ser uma forma de conferir legitimidade ao passado. Personagens e fatos são passíveis de interpretações contrapostas dentro do grupo e podem ser valorizadas ou rejeitadas segundo a tradição e o senso comum estabelecidos. Dessa maneira, o *Mos Maiorum* auxiliava na legitimação dos senadores, uma vez que estes eram homens de feitos gloriosos do passado; eram políticos, generais e sacerdotes dignos de respeito e honra (GUARINELLO, 2013, p. 9).

Para além disso, esse sistema social aristocrático só foi possível devido à base econômica de Roma ser voltada para a agricultura. As guerras contribuíam para a manter a economia ativa à medida que novas terras agricultáveis eram conquistadas. Mesmo que a maior parte dos territórios tenham permanecido sob o domínio da nobreza senatorial, elas ainda mantinham o elo das elites com o campesinato.

A continuação da colonização romana, mesmo durante a época das Guerras Púnicas, permitiu a concessão de terras em quantidade suficiente aos mais pobres de entre esses os camponeses e, também, às massas proletárias de Roma, em permanente crescimento. Essa evolução veio reforçar a posição das camadas superior e média do campesinato, as quais se tinham já diferenciado durante o período de inicial da colonização e eram a base de apoio mais forte do sistema social e político dominado pela aristocracia: garantiam o domínio romano aos territórios conquistados, além de desempenharem um papel decisivo no exército romano (ALFÖDY, 1989, p. 54).

Desse modo, as guerras, além de fortificar a economia, a reboque estimulavam também o sistema social e o sistema político. Assim, não é coincidência que a maior anexação de território de toda história do Império Romano tenha sido feita no contexto da República. Segundo Políbio, os romanos ligaram o mundo não só política e economicamente, mas também do ponto de vista geográfico. Com a colonização, havia “romanos em outras partes do mundo, quase todas as regiões tornaram-se acessíveis pelo mar ou pela terra” (POLÍBIO, III. 59.3 - 59.5).

Isto posto, podemos analisar que, para Políbio, a chave para a excelência guerreira estava contida em seguir as virtudes romanas da *pietas*, *virtus*, *gravitas*, *clementia*, *fides*, *humanitas* e *dignitas*. Essas qualidades romanas que eram tidas como elementos do costume e da tradição, a ser seguidas por aqueles que quisessem ter boa reputação, ser honrados, tal como os heróis, ter um bom nome e servir de exemplo aos seus familiares e conhecidos. De acordo com Grimal (1984, p. 72), por parte dos romanos, “havia um desejo de glória e de renome eterno”.

Os preceitos defendidos por Políbio tinham fundamentos no que tinha vivenciado na

política e na ética militar grega. Contudo, em Roma, essas virtudes não eram preceituadas apenas dentro do exército, estavam presentes também nas altas camadas sociais romanas. O autor ressalta que a linguagem, os nomes, as vestimentas, a alimentação, a presença ou não nas festividades culturais e nos jogos, definiam os grupos dentro da sociedade romana, atentos aos preceitos dessa moral. Percebemos, então, que era principalmente o modo de agir e de pensar que definia quem era virtuoso ou não, mas é preciso dizer que essa definição era também cultural (HUSKINSON, 2000, p.07).

De acordo com Hölkeskamp (2010, p. 18), a conduta preceituada no *Mos Maiorum* teria sido o que permitiu o expansionismo romano, uma vez que levou Roma, a partir de uma cidade, a formar um grande império. E, sob esse aspecto, um povo que se mirasse nos preceitos do *Mos Maiorum* tinha a chave para a prosperidade de uma sociedade. Ainda nas palavras de Hölkeskamp (2010, p. 19), o *Mos Maiorum* “era coletivamente os princípios consagrados pelo tempo, modelos de comportamento e práticas sociais que afetavam a vida privada (econômica e social), política e militar na antiga Roma”. Havia, além disso, um contraponto a essa postura ideal. Os vícios e ímpetos irracionais deviam ser combatidos, tais como crueldade, bebedeiras, preguiça, soberba e confiança demasiada em si, esquecendo-se do poder dos deuses. A título de exemplo, temos passagens em que Políbio descreve que, se um comandante morresse em batalha, lutando com coragem, ainda que tenha sido superado pelo seu oponente, podia ser considerado que havia morrido de forma valorosa e digna de honras, como foi a morte de Amílcar, pai de Aníbal, que “terminou a vida a altura de seus feitos. Lutando contra inimigos os mais valorosos e detentores de enorme exército, e portando-se com ousadia [...] faleceu com honra.” (POLÍBIO, I. 7-8).

Porém, se o mesmo era derrotado por conta do seu descuido ou por subestimar o inimigo, bem como por agir com exageros, sua morte era considerada vergonhosa. Esse foi o caso do rei dos etólios, Agro:

Com o retorno dos botes, o rei Agro ouviu dos comandantes o relato do combate e ficou extremamente feliz por considerar que vencera, como detentores de maior inteligência, os etólios. Entregou-se, então, à bebedeira e outras diversões semelhantes, e sofreu uma pleurite, por conta da qual faleceu em poucos dias [231 a.C.] (POLÍBIO, II. 4. 6-7).

Nesse sentido, podemos estabelecer que Políbio acreditava ser essas as características que propiciaram a superioridade militar romana e de suas legiões em relação a todos os outros exércitos contemporâneos a eles. Essas virtudes são encontradas por todo diálogo de Políbio

durante o decorrer das *Histórias*, mas há predomínio desses comentários nos livros VI, IX, XXXI e XXXIII, em relação aos inúmeros gerais, mas, especialmente, quando tratava de seu pupilo, Cipião Emiliano. De acordo com nossa visão, acreditamos, que para o tutor, Cipião Emiliano era o maior receptáculo das boas condutas e da moral ancestral romana *Mos Maiorum*. Ao descrever a reputação do general, acentuava o fato de Cipião Emiliano ser comedido, algo que o destacava na sociedade de Roma daquela época, onde a maioria dos jovens se deixava levar pelos prazeres:

A primeira direção tomada pela ambição de Cipião para levar uma vida virtuosa foi conquistar uma reputação de temperança e destacar-se a este respeito de todos os outros jovens da mesma idade. Este é um grande prêmio de fato e difícil de ganhar, mas era, nesse momento, fácil de prosseguir em Roma devido às tendências viciosas da maioria dos jovens. Alguns deles se abandonaram a aventuras amorosas com rapazes e outros com a sociedade de cortesãs e muitos com o entretenimento musical e banquetes, e a extravagância que os envolvem, tendo no decorrer da guerra com Perseu sido rapidamente infectados pela frouxidão grega nesses aspectos. Por enquanto, bem como a incontinência que havia surgido entre os jovens em tais assuntos, muitos pagaram um talento para um favorito masculino e muitos trezentos dracmas²³ para uma jarra de caviar (POLÍBIO, XXXI. 25. 1-8).

Para Políbio, Cipião Emiliano e Aníbal, o cartaginês, oponente da *gens* dos Cipiões nas Guerras Púnicas, eram exímios estrategistas enquanto gerais. Contudo, se o quesito avaliado fosse a conduta de um comandante, Cipião era invejável, enquanto Aníbal, como relatou, era acusado pelos romanos de crueldade e por seus homens de aplicar punições muito severas, como a crucificação, quando algo não saía como o planejado. Nas palavras do autor, Aníbal era famoso entre os próprios cartagineses por sua cupidez e entre os romanos por sua crueldade (POLÍBIO, IX. 26. 2). Isso não quer dizer que Políbio não admirava o general Aníbal, mas sabia que o general cartaginês possuía falhas e não deixou de ser crítico a isso. Ele entendia que a natureza do homem era multifacetada e que poderia incorrer em falhas e erros:

Assim, a natureza do homem é multifacetada não só quanto aos corpos, mas sobretudo quanto às almas, de modo que um mesmo homem não só em diferentes atividades é bem adaptado a uma e não a outras, mas também frequentemente, em atividades semelhantes, o mesmo é ora o mais sagaz, ora o mais lento, assim como o mais audacioso e o mais covarde. Não se trata de paradoxos, mas de coisas habituais e bem conhecidas a quem desejar dedicar atenção. Há quem, em caçadas, é ousado em lutar contra feras, mas vil em armas contra inimigos; em lides bélicas, um é hábil e ativo em duelo homem a homem, mas ineficaz em formação militar cerrada. Os cavaleiros tessálios são irresistíveis em esquadrão e em falange, mas fora de formação são inúteis e tardos para combater homem a homem conforme a ocasião e

23 O dracma (dra/xmas - δραχμή) era a moeda utilizada durante o período helenístico. Disponível em: <http://stephanus.tlg.uci.edu/ljsj/#eid=101538> . Acesso em: 13 set. 2020.

o local; os etólios são o contrário. Em terra e mar os cretenses são irresistíveis em emboscadas, ladroagens, fraudes a inimigos, ataques noturnos e em todas as ações dolosas e pontuais, mas vis e de almas traiçoeiras para avanços em falange aberta face a face; aqueus e macedônicos são o contrário. Fique isso dito a mim, a fim de que os leitores não descreiam se por acaso sobre os mesmos homens, fizemos declarações contrárias envolvendo atividades semelhantes (POLÍBIO, IV. 8.).

Com base no exposto, acreditamos que Políbio tenha feito sua obra pensando que esta servisse de exemplo aos jovens da aristocracia política grega, à qual um dia pertencera. Políbio necessitava ensiná-los a lidar com o poderio romano sem se desviar por caminhos torpes e que, ao mesmo tempo, se espelhassem na moral que apresentavam os romanos virtuosos e bem-sucedidos em suas expedições militares. Desse modo, segundo as palavras de Políbio, buscava-se “corrigir a ignorância dos nossos antepassados e dar aos gregos o conhecimento desta parte do ecúmeno” (POLÍBIO, III: 59-60). Além disso, Políbio não esquecera a distinta família que o abrigara, os vencedores das Guerras Púnicas, e a quem também destinava sua obra, que, segundo ele próprio, possuía lições importantes que o povo romano podia aproveitar.

Como comentamos anteriormente, escrever em grego não impediu que as elites romanas tivessem acesso ao livro, uma vez que a *nobilitas* dominavam bem o grego. Ao redigir o texto nessa língua, Políbio ainda garantia que sociedades distintas do mediterrâneo pertencentes ao mundo helenizado tivessem acesso à obra, pois o grego era a língua comum desse sistema (MOMIGLIANO, 1991, p. 148-151).

Concluimos que “a história ensina o cidadão, o líder político, a conduta a ser seguida na condução dos assuntos políticos e nas lutas pelo controle do poder público do Estado, todo o qual, em Roma, está intimamente vinculado à guerra de conquista” (MILIA; LIZÁRRAGA, 2017, p.196). Assim, guerra e conduta moral estavam sempre associadas e uma boa harmonização entre os elementos de interesses políticos e eram imprescindíveis para obter bons resultados. Ao redor dos romanos, sempre houve homens e registro de ações humanas em quem e nas quais fosse possível se inspirar e tomar como exemplo. Aedos, rapsodos, legisladores, reis, sacerdotes e profetas e, por fim, heróis estavam presentes por toda parte das histórias e lendas da sociedade romana e a tradição fazia questão de mantê-los vivos na memória.

2 As Guerras Púnicas e sua contextualização

2.1 O *Mos Maiorum* na República Romana

A história do Império Romano perpassa quatro períodos políticos distintos, sendo eles a Monarquia (753-509 a.C.), a República Romana (509-31 a.C.), o Principado (31 a.C.-285 d.C.) e a Antiguidade Tardia (285 d.C.-601 d.C.). Em todos eles, ainda que de modo diferente, assistimos à construção de valores, normas e práticas que influíam sobre o cotidiano e sobre o que vinha caracterizar o que era ser um cidadão ou súdito romano, dependendo do período. Esses atributos acarretavam uma série de discussões entre os membros da sociedade. Eles eram transmitidos entre as gerações, tendo em vista o respeito pelos costumes dos antepassados e, ao longo do tempo, foram se enriquecendo devido às confluências culturais, padrões de ideias e comportamentos.

Antes da República Romana, como descreveu Gonçalves em seu artigo intitulado *Lei e Ordem na República Romana: uma análise da obra de Legibus De Cícero*, nos primeiros séculos da história de Roma, o poder era guardado por meio de um círculo de sacerdotes, o chamado colégio dos pontífices. Esses sacerdotes eram os que cuidavam dos assuntos públicos. Consequentemente, eram esses homens os responsáveis pela interpretação e aplicação das leis, mas sempre se baseando nos costumes ancestrais, ou seja, no *Mos Maiorum*. Segundo Gonçalves (2002, p. 2):

Como as decisões deveriam estar plenamente de acordo com os costumes dos ancestrais, para serem vistas como corretas e eficazes, os sacerdotes, por conhecerem estes costumes e serem responsáveis pela sua divulgação e manutenção, ficaram também encarregados de ditarem as leis para a comunidade e de julgarem os litígios de acordo com as tradições dos antepassados (GONÇALVES, 2002, p.02).

Dessa forma, a criação das primeiras leis romanas elaboradas pelos sacerdotes estava ligada a soluções de problemas cotidianos, em que a resposta para resolvê-los vinha da ancestralidade, isto é, dos exemplos de soluções passadas. A partir do século VI a.C., com a queda da Monarquia e com a ascensão das aristocracias senatoriais, a imagem do sacerdote-legislador foi se transmutando na imagem de um nobre-legislador (GONÇALVES, 2002, p.03). Assim, a moral e os costumes passaram a fazer parte dessa nova ordem social como meio de legitimar o poder político.

Conforme aponta a Corassin (2006, p. 272), em seu artigo *O cidadão romano na República*, os mais jovens aprendiam os valores da vida romana com a própria família e, dentro dela, com *pater famílias*, ou seja, o chefe da *gens* e, ainda, com os mais velhos do grupo. Havia um respeito incontestável com as tradições, de modo que, muitas vezes, o novo ou as inovações possuíam um sentido pejorativo, associado à ideia de usurpação do lugar das tradições. Corassin (2006, p. 273) salienta que:

Os valores básicos nessa sociedade são transmitidos entre as gerações; é fundamental o respeito aos costumes dos antepassados. [...]. Ensinar aos mais jovens esses costumes e o respeito a eles como um valor indiscutível é a principal função de quem educa. Educação entendida aqui no sentido amplo, da formação e não apenas da transmissão de conhecimentos por mestres escolares (CORASSIN, 2006, p. 273).

Assim sendo, o jovem romano, instruído em um rígido sistema de valores morais, trazia consigo não apenas a moral e as tradições romanas, mas também a marca de sua família. Dentre os valores intrínsecos na sociedade romana no período da República, sete deles eram essenciais para que um cidadão fosse considerado virtuoso, digno de permanecer na memória do povo e merecedor de ocupar os diversos cargos políticos que regiam o território (ECKSTEIN, 1995, p. 223-225). Desse modo, o jovem que ambicionasse iniciar uma vida pública tinha que ter *pietas* (respeito aos deuses e à família; possuía sentido próximo à retidão), *virtus* (ser virtuoso, digno de honrarias; estava relacionado à busca pela excelência guerreira e integridade na vida cívica), *gravitas* (autocontrole, austeridade e disciplina rígida sobre a mente e o corpo), *clementia* (agir com justiça para com os derrotados; mostrar clemência), *fides*²⁴ (palavra latina que designa fidelidade aos seus; ser confiável, honesto e conduzir-se com verdade), *humanitas* (não cometer excessos, ser cortês; saber se portar em banquetes, cerimônias e festividades,) e *dignitas* (última das virtudes romanas, era conquistada como consequência da presença de todos os outros valores, representava honra, prestígio e mérito).

Contudo, é preciso ter em mente que o *Mos Maiorum* foi fluido. No decorrer da história do Império Romano, é possível perceber alterações, acréscimos, remoções de normas e preceitos pertencentes ao *Mos Maiorum*, devido ao meio e às circunstâncias do período em que a moral era concebida.

24 Esse princípio era fundamental aos ocupantes dos cargos políticos em Roma, pois, em sua primeira fase, as leis eram acordos verbais (ALFÖLDY, 1989, p. 28-35).

Além disso, a educação moral guiada pelo *Mos Maiorum* contava com presença de homens exemplares que deviam servir como inspiração para aqueles que quisessem ser alguém influente dentro do senado romano. Isso era posto dentro dos primeiros núcleos familiares da história do Império Romano que, muitas vezes, adotavam um patrono digno de admiração por suas conquistas. Em vista disso, a *gens* tinha um papel fundamental para gerar cidadãos virtuosos para a República Romana e, também, para garantir seu legado como uma família influente, prestigiada e detentora do *Mos Maiorum*. , pois, para concorrer a cargos públicos na sociedade, era necessário se mostrar adequado à moral. Somente as famílias mais relevantes moralmente podiam ascender ao cargo político-militar mais importante dentro da República Romana: o consulado (ALFÖLDY, 1989, p. 31-35).

O modelo político vigente na época republicana do Império Romano era regido pelos cidadãos nas assembleias populares, por magistraturas eleitas anualmente e pelo senado. Dessa forma, podemos compreender os dizeres presente em várias insígnias romanas: *Senatus Populusque Romanus*, SPQR “o senado e o povo romano”. A República compreendia também a *res publica* e a *res populi*, ou seja, os bens e os interesses comuns dos cidadãos, o governo e a Constituição. Os cidadãos romanos podiam participar da escolha dos magistrados, assim como da aprovação de leis nas assembleias populares. Isso fortalecia o poder político ao mesmo tempo que produzia uma identidade cívica dos participantes e uma afirmação social dos cidadãos (WOODWARD, 2007, p. 9-13).

Contudo, para concorrer às magistraturas inúmeros fatores determinantes eram levados em consideração, como a idade, o sexo, a origem social, o local de nascimento, a família, o cumprimento dos preceitos do *Mos Maiorum* e a quantidade de terras que possuía. Esses critérios, portanto, favoreciam as famílias abastadas. Assim, de modo censitário, definia-se a posição de cada um dentro da sociedade, bem como dentro das magistraturas romanas. Não somente esses elementos eram avaliados na seleção dos ocupantes das magistraturas, havia também a necessidade de se mostrar apto nas atividades do exército, da diplomacia e de possuir um forte entendimento das leis e de sua execução.

O sistema político requeria um mínimo de competência para as várias atividades que engloba: competência militar, financeira, diplomática e jurídica. O conteúdo de ensino e cultura antigos não dizia respeito diretamente a essas habilidades. A experiência ao longo do *cursus honorum* garantia, então, uma aprendizagem gradual, impondo-se condições de idade para ocupar as magistraturas ao longo da carreira, suprimindo a inexistente formação teórica (CORASSIN, 2006, p. 282).

O caminho percorrido pelo cidadão romano entre cargos políticos, isto é, as magistraturas, era designado como *cursus honorum*. Para completar o *cursus honorum*, o cidadão romano tinha que ascender por todos os cargos, do mais baixo até, passo a passo, chegar ao último grau: a posição de cônsul. No entanto, apesar de ser considerados cidadãos, o acesso às magistraturas romanas não eram tão fáceis para os membros da ordem plebeia e equestre, sendo mais acessíveis aos pertencentes à ordem senatorial. De acordo com Políbio, os jovens membros das aristocracias senatoriais que desejassem iniciar seu *cursus honorum* precisavam, anteriormente, ter participado de, pelo menos, dez campanhas militares anuais (POLÍBIO, VI, 7.4-9).

As magistraturas que faziam parte do *cursus honorum* eram respectivamente (CURCHIN, 1990. p. 21-57):

I *Questor*: A função de *questor* era a primeira etapa a ser cumprida na hierarquia do *cursus honorum*. Para a candidatura ao cargo, era necessário ter a idade mínima de trinta anos. Suas incumbências eram administrativas, entre elas, estava o trabalho de cobrador de impostos. Cerca de vinte pessoas ocupavam essa magistratura.

II *Tribuno da Plebe*: Esse foi o primeiro cargo entre as magistraturas a ser destinados aos plebeus. Não havia idade mínima para se candidatar. Os *Tribunos da plebe* tinham o poder de convocar e comandar a assembleia da plebe e tinham poder de vetar ações do senado e dos outros magistrados que fossem contrários aos interesses da plebe. Eram considerados sagrados e não podiam sofrer ataques a sua integridade física. Dez plebeus ocupavam o cargo.

III *Tribuno Militar*: Essa posição era muito prestigiada e, nos primeiros anos da República Romana, quem ocupasse essa função podia, em algumas situações, substituir os cônsules em guerras, sendo chamados de *Tribunos Consulares*. Anualmente, eram eleitos cerca de quatro a seis tribunos militares.

IV *Edil*: Tinham a função de gerir a cidade e de orientar sua manutenção e cuidavam do policiamento e do abastecimento dos mercados. Para participar dessa magistratura, havia a idade mínima de trinta e seis anos. O trabalho era executado por quatro cidadãos romanos.

V *Pretor*: Essa magistratura possuía diferentes tarefas e, conforme o período da história do Império Romano em que estava inserida, suas características mudavam. Em suma, os pretores eram administradores, podiam governar as províncias e exercer o comando de um

exército em campanha. Para o cidadão que quisesse concorrer ao cargo, havia a idade mínima de trinta e nove anos. Essa função era cumprida por oito cidadãos.

vi *Cônsul*: O cônsul era o cargo político-militar mais alto da República Romana. Marcava o fim da ordem sequencial dos cargos pertencentes ao *cursus honorum*. Essa magistratura era composta por cidadãos romanos com, no mínimo, quarenta e dois anos. Os cônsules se intercalavam mensalmente no comando do exército e do *imperium*. Essa rotatividade era necessária para que o poder não ficasse concentrado nas mãos de apenas um cônsul, pois era possível que ele se tornasse um rei. Ainda havia esse cuidado para que não houvesse atritos entre os cônsules. Caso um dos cônsules morresse durante o seu período de mandato, em uma batalha ou em outros percalços, um outro cônsul devia ser eleito pela Assembleia das Centúrias para dar continuidade à função. O novo cônsul eleito recebia a alcunha de *consul suffectus*, ao passo que os que eram escolhidos anualmente eram chamados de *consul ordinarius*.

vii *Censor*: A função do censor na República Romana era de realizar censos. Eram os censores os responsáveis por medir a riqueza das famílias e assegurar que a moral foi respeitada. Inicialmente, essa magistratura era ocupada por patrícios eleitos em pares. Após o século III a.C., passou a admitir também a candidatura de plebeus.

Dessa forma, podemos perceber que as magistraturas romanas eram forjadas para manter a ordem interna e atender a uma sociedade voltada para guerras. As Guerras Púnicas foram fundamentais para a consolidação das magistraturas, pois elas estavam conectadas com a manutenção de uma sociedade preparada para possíveis guerras. Desse modo, ao longo do tempo, as legiões assumiram um papel importante em meio ao povo romano, já que a escolha da magistratura correspondia a quem assumiria seu comando.

Porém, ao mesmo tempo em que Roma alcançava o sucesso como uma grande força do Mediterrâneo, sua estrutura organizacional começava a passar por crises. A fidelidade das legiões ao seu comandante, tão cara à moralidade romana, tida como requisito chave para alcançar o poder, passou a se tornar um perigoso instrumento que poderia fazer eclodir uma guerra civil entre cônsules. José (2012, p. 19), em sua obra *A construção da imagem do imperador Augusto nas obras de Veléio Patérculo, Plutarco e Suetônio*, descreve como, nos anos finais da República Romana, a imagem do líder podia se tornar um fator político decisivo. Houve, inclusive, dois episódios de lutas civis, um deles com Júlio César (100 a.C.-44 a.C.) e outro com Augusto (63 a.C.-14 a.C.), que levaram a cidade de Roma a ser ocupada

pelas legiões que eram leais aos seus líderes. Desse modo, ainda que, por meio da moralidade e na fabricação de leis, se tenha buscado uma persuasão de retomar o governo da *Res Publica*, já não era mais possível mudar a *fides* e a *virtus* arraigadas nas legiões.

Concluimos que, na sociedade romana, a moral era intrínseca ao sistema de governo, se fazendo presente em cada grau das magistraturas. A moral veio, sim, ajudar no desenvolvimento da República Romana, mas também foi o que auxiliou em seu término e nas modificações para uma nova forma de governo.

Com as Guerras Púnicas, valores militares e políticos foram cada vez mais fixados na sociedade romana. Para Woodward (2005, p. 12-13) conflitos entre povos tendem a intensificar a fixação das identidades de grupo, principalmente as relacionadas à cidadania. As guerras fortalecem características que, ao longo do tempo, todos os indivíduos de uma sociedade compartilham. Um embate como a Segunda Guerra Púnica, travado dentro do território de um dos oponentes e de forma intensa, provoca na população do interior do território atacado o agravar dos ânimos, o aferrar das tradições e a suspensão dos conflitos entre as facções, produzindo uma nova identidade de grupo, mais forte, porque ela se torna mais fixada após os momentos de confronto.

O reconhecimento do outro como inimigo cria no grupo antagonismos, nos quais há a necessidade de encontrar diferenças entre si e seu oponente, porém as divergências não serão somente política, mas também culturais. Desse modo, se desenham interações sociais e se criam identidades de grupo (BURKE, 2002, p. 111-112). Nessa modelagem, os sistemas simbólicos ou culturais mais atuantes são os da linguagem. Segundo Bardin (2009, p. 34), esses sistemas representativos que definem como caracterizamos e rotulamos indivíduos e grupamentos são também construídos historicamente. Para a difusão deles, a linguagem oral se fez fundamental, pois a palavra falada transforma o pensamento em um ato social de trocas de representações (GEERTZ, 1989, p. 149-151).

Ao adentrar na cidade de Roma, Políbio se deparou com esse cenário de ânimos definidos em relação a Cartago. Antes de sua chegada na cidade de Roma, os romanos já haviam passado pela a Primeira Guerra Púnica durante longos 23 anos, o que lhes causou grande perda de soldados, muitos investimentos em equipamentos e, além disso, inúmeras vezes, se depararam com a possibilidade de ser derrotados pelos cartagineses. A Segunda Guerra Púnica havia sido ainda mais tensa, pois foi nesse contexto que, ao subestimarem seu inimigo, Aníbal, o viram fazer sua ousada travessia pelas montanhas alpinas durante o

inverno, com um exército de elefantes e soldados, ante o qual quase sucumbiram. Além das outras guerras concomitantes a essas, quando Políbio entrou em Roma, faltava pouco para se iniciar os preparativos para a guerra final, a Terceira Guerra Púnica. Desse modo, o autor pode captar com mais facilidade as características da moral vigente naquele contexto social e político.

2.2 As Guerras Púnicas em três atos

Segundo Hart (1994, p.108), “ignorar a influência da guerra como força mundial é desviar a história da ciência e transformá-la em um conto de fadas, [...] a paz e a guerra são as duas rodas nas quais o mundo corre”. Como foi posto pelo autor, as guerras entrelaçam a história humana. Ainda que seus armamentos, as motivações, as estratégias, não sejam os mesmos e que mudem com a passagem das eras, as guerras não deixaram de acontecer. A finalidade de uma guerra, propriamente dita, vai além da busca por territórios e melhores localidades para atividades comerciais. Há, por trás desse ponto de ebulição que chamamos de guerra, jogos de interesses, por meio dos quais uma série de ações militares, com objetivos táticos e logísticos, demonstram a superioridade de uma sociedade, seu desenvolvimento em técnicas para fazer novas armas, sua organização e as decisões de seus governantes, além de permitir compreender seus preceitos culturais a partir da observação de seu exército.

Uma guerra ainda deixa evidente o poder de um povo em observar e interpretar o oponente, traçando estratégias a partir da resistência e do medo que esse apresenta e representa. Pensando nesse caráter mais amplo das guerras, nas *Histórias* de Políbio, as guerras são descritas com seus resultados ligados a lições para a vida, induzindo uma didática moral e política do conflito. Observamos a reprodução das guerras pelo autor como uma cena de teatro com personagens, enredos e expectadores que vão aprender com a narração das guerras e irão reproduzi-las posteriormente (DAVIDSON, 1991, p. 12).

Na historiografia contemporânea, as guerras narradas por Políbio são importantes para o entendimento no que se refere à história da República Romana, pois os eventos bélicos ocorridos nela se mostraram essenciais para utilizar inovações estratégicas e táticas de guerra que se perpetuaram ao longo de sua expansão. Em sua coleção de livros, Políbio narrou um plano detalhado dos generais romanos e do exército como um todo, reforçando os ideais da

República Romana, em uma época em que o poder militar não estava organizado profissionalmente, e o fez, sobretudo, quando relatava as Guerras Púnicas (GOLDSWORTHY, 2007, p. 124).

Não é por acaso que Miles (1984, p. 74) comenta que o embrião da história romana é envolto em suas guerras com Cartago. Políbio (I.1.63) caracteriza a primeira guerra do conflito como a mais longa, a mais intensa e a maior de todas as guerras²⁵, já vistas até aquele momento. Outro marco foi o cerco a Cartago (146 a.C.). No ápice das Guerras Púnicas, ele representa um dos principais eventos da história militar romana, pois foi a partir da vitória nessas guerras, durante a República, que o Império Romano se tornou a maior força do Mediterrâneo na Antiguidade Clássica. Além disso, foi como resultado das guerras contra o Império Cartaginês que o Império Romano passou a ser um império proeminente no Mediterrâneo Ocidental (WALBANK, 1990 p. 3-4).

A expansão romana ainda hoje é muito debatida entre os historiadores contemporâneos que a revisitam, comparando-a com potências expansivas modernas, como Grã-Bretanha, França e Estados Unidos da América. O ponto em comum entre esses Estados e a antigo Império Romano seria a necessidade de ampliar suas fronteiras com o intuito de aumentar sua influência política e econômica em sua região. Apesar de haver mais de 2 mil anos entre essas sociedades, o conceito de imperialismo abarcaria a atividade colonizadora dos dois momentos históricos (HARRIS, 1979, p. 123-125; MORENO-LEONI, 2017, p. 39; MUSTI, 1978, p 73; SEBASTIANI, 2005, p. 174). Contudo, outros historiadores entendem que o imperialismo como política de governo deve ser conscientemente sustentado e explicitamente proclamado pelo Estado conquistador/imperialista, premissa essa que não abrange o expansionismo romano, como salienta Morley (2010), em seu artigo “*Carthage must Be destroyed’: The dynamics of roman Imperialism*”. Segundo Morley (2010, p. 14-27), ao relatar o evento das Guerras Púnicas, um romano provavelmente explanará a participação do Império Romano de maneira mais atenuada, lhe atribuindo um papel defensivo durante o conflito, agindo apenas em resposta às injustiças e acordos que foram descumpridos, preocupado em proteger seus aliados, sendo as aquisições de novos territórios um resultado natural das resoluções guerras. Outro autor que corrobora que a expansão de romana não pode ser avaliada como imperialismo é Mommsen (1962), que trabalha a ideia de um expansionismo defensivo e involuntário do Império Romano.

²⁵ No original: πολυχρονιώτατος καὶ συνεχέστατος καὶ μέγιστος (POLÍBIO, I.1.63).

Para Guarinello (1987, p. 7-9), o conceito de imperialismo foi utilizado por muitos historiadores para caracterizar o movimento de expansão pela qual as sociedades gregas (com os reinos helenístico, no século V a.C.) e a romana (principalmente no período republicano) passaram. No entanto, o autor deixa claro que, para definir o fenômeno de expansão na Antiguidade, os autores contemporâneos se basearam nas comparações com o imperialismo vivido em nossa era, ou seja, um expansionismo impulsionado por uma fase do capitalismo, nos séculos XIX e XX. Fase essa que seria oriunda do desenvolvimento econômico e político dos países europeus (primeiramente Inglaterra e França e, mais tarde, Alemanha, Bélgica e Holanda) e os Estados Unidos, que haviam passado pela Revolução Industrial e que almejavam novos mercados consumidores. Para tal fim, utilizavam sua força bélica e a justificativa da superioridade racial²⁶ das nações mais desenvolvidas economicamente. Deve ser considerado que, atualmente, palavra “imperialismo” traz uma conotação pejorativa de usurpação cultural.

Entretanto, segundo Guarinello (1987, p. 10-11), as motivações que possibilitaram a anexação de território pelos povos antigos não eram as mesmas que as modernas. As sociedades antigas tinham na expansão político-militar um caráter de benefícios para a comunidade, que, em suas palavras, era “um empreendimento coletivo” que possibilitava “amenizar os conflitos de classe no seio da cidadania”. O expansionismo, sobretudo o romano, fazia a manutenção interna da ordem política e social daquela sociedade, já que sua organização era elaborada pensando nos tempos de guerra, desde a conversão dos povos vencidos em escravos, que trabalhavam em vários setores da sociedade, até a escolha dos cônsules que seriam tanto os líderes do povo romano quanto das legiões de guerras. Em consequência disso, a guerra também tinha relação direta com a cidadania. Para ser um soldado romano, o interessado teria, que, necessariamente, ser considerado um cidadão. No auge da Segunda Guerra Púnica, estima-se que, na mobilização em 212 a.C., o Império Romano tenha enviado 25 legiões e uma frota com mais de 200 mil homens para realizar missões na Hispânia, África e no mar Egeu (MULLIGAN, 2015, p.34). Essa condição deixava intrínsecos na sociedade os elementos ideológicos da guerra, como a glória oriunda da vitória, a fama e a honra para as aristocracias romanas envolvidas no conflito.

O imperialismo antigo não foi um imperialismo industrial e capitalista, mas um processo de expansão de sociedade camponesas, de pequenos e grandes

26 Conceito presente na doutrina intitulada de Darwinismo Social.

proprietários, movidos pelas insuficiências de sua economia e pelos conflitos internos resultantes de uma distribuição desigual do meio de produção essencial: a terra (GUARINELLO, 1987, p.81).

Assim, o termo imperialismo deve ser empregado com cuidado para caracterizar a expansão do Império Romano na República Romana. Ao analisar os processos de expansão do mundo antigo, é preciso distinguir os diferentes contextos e especificidades econômicas e políticas da Antiguidade e do tempo presente. A perspectiva romana de autodefesa em relação à guerra de expansão fica tangível quando analisamos as Guerras Púnicas nas primeiras linhas da obra de Cícero, na qual o autor escreve sua percepção e descreve a ação do senado romano, sob a ação de Catão, o velho. Catão ocupava a função de censor e era entusiasta da destruição de Cartago. Falaremos sobre sua ação no tópico sobre a Terceira Guerra Púnica.

Sem o amor pátrio, não teriam Duílio²⁷, Atílio²⁸ e Metelo²⁹ libertado Roma do terror de Cartago; sem ele, não teriam os dois Cipiões³⁰ apagado o incêndio da Segunda Guerra Púnica, e, quando seu incremento foi ainda maior, não o teria debilitado Quinto Máximo³¹, nem extinguido M. Marcelo³², nem impelido P. Africano às próprias muralhas inimigas. Certamente a Catão, homem desconhecido, de quem, não obstante, todos os que estudam as mesmas verdades invejam a glória que alcançou com sua virtude de trabalho, pode ser lícito deleitar-se ociosamente no saudável e próximo sítio de Túsculo (CÍCERO, *Da República*, I.1-2).

Por sua vez, Tito Lívio escreveu sua obra um século e meio mais tarde do conflito com os cartagineses. Nela podemos observar uma forte defesa do Império Romano quando se trata da narração da Segunda Guerra Púnica. Para Lívio, o grande agente causador do embate foram Aníbal e sua antipatia pelo Império Romano. Seus escritos são de grande importância devido ao fato de que Tito Lívio teve acesso às *Histórias* em sua totalidade, desse modo, nos legou uma narração rica em detalhes e mais extensa do que a de Políbio, mesmo que essa obra

27 Duílio foi o responsável pela estratégia de acoplar aos navios romanos o *corvo*, uma ponte levadiça de 11 metros de comprimento e 1,20 de largura. O corvo era guarnecido de arpões que se prendiam aos navios cartagineses. Desse modo, a guerra sob o mar tornava-se novamente campal ao interligar uma nau a outra. Essa invenção possibilitou a primeira vitória naval romana sobre os cartagineses e, para celebrar o triunfo de Duílio, foi feita a Coluna Rostral (SANT'ANNA, 2011, p. 179).

28 Atílio Régulo foi feito prisioneiro pelos cartagineses e enviado ao senado romano. Para não ser utilizado como moeda de troca entre prisioneiros, decidiu por se sacrificar para livrar os romanos do proposto (MORES, 2005, p. 137).

29 Lúcio Cecílio Metelo (290 a.C.-221 a.C.) foi eleito cônsul com Fúrio Pácilo em 251 a.C., durante a Primeira Guerra Púnica, e venceu os cartagineses em uma batalha na Sicília (MORES, 2005, p. 137).

30 A menção a “Dois Cipiões” faz referência a Públio Cornélio Cipião Africano e a seu pai, Públio Cornélio Cipião, que morreu em uma batalha na Hispânia.

31 Quinto Fábio Máximo Verrugoso, também chamado de “o *cunctator*”, que significa “protelador”, por ter idealizado uma tática de combate contra Aníbal que tentava adiar ao máximo um conflito frente a frente (MORES, 2005, p. 137).

32 Marco Cláudio Marcelo foi o general responsável por conquistar Siracusa no contexto da Segunda Guerra Púnica (MORES, 2005, p. 137).

também tenha chegado aos nossos dias incompleta. Para além disso, as guerras para os romanos possuíam um intuito glorioso, de fazer justiça e de pertencimento.

Dessa maneira, as Guerras Púnicas foram o cerne das *Histórias*, pois esse conflito, ocorrido em três atos, retrata, além disso, uma transição na história do Império Romano. Ele que antes se retinha apenas a Península Itálica, passou a ser senhora do mundo Mediterrâneo e dona de uma rota comercial marítima, respeitada política e economicamente pelas localidades vizinhas, enquanto que, ao fim do conflito, Cartago deixou de existir. Essas guerras, que duraram mais de um século (264 a.C. a 146 a.C.), não remodelaram somente a organização geográfica do mundo antigo, mas também trouxeram mudanças sociais importantes que mudaram o futuro do Império Romano e da própria Europa, como escreve o Monteiro (2017, p. 145) em seu artigo *Expansão no Mediterrâneo*. O entendimento do que é ser romano, a identificação com a guerra e o fortalecimento da moral são efetivados nesse período e mantidos por longos séculos, até o fim do Império Romano. Tendo isso em mente, Monteiro (2017, p. 146) salienta que “se Cartago tivesse triunfado, a história de Roma teria sido completamente diferente”, afetando a cultura, a língua e a tradição jurídica de toda região da bacia do Mediterrâneo da Antiguidade, e que seus resquícios permaneceriam até os dias atuais.

Contudo, devido à aniquilação que Cartago sofreu ao fim da Terceira Guerra Púnica, não possuímos registros de qual teria sido a visão cartaginesa do enfrentamento com o Império Romano. As narrativas que sobreviveram são gregas, como a de Políbio – a qual comentamos no capítulo anterior desta dissertação –, e romanas, como as de Cícero, *Da República*, e Tito Lívio, em *História de Roma*, porém, essas obras não possuem a clareza de detalhes dados por Políbio. Corroborando essa ideia, Craige B. Champion (2004, p. 07) argumenta que a experiência militar que Políbio possuía garantiu às *Histórias* um relato mais intenso do confronto. Além disso, é preciso ter em mente que Cícero e Tito Lívio escrevem suas obras em um arco cronológico posterior ao relato de Políbio e do período que estavam ocorrendo as Guerras.

Em vista disso, somos da opinião que, mesmo que não deixe de ser válida a leitura de Cícero e Tito Lívio, entre outros autores antigos que trazem em seus escritos passagens sobre as Guerras Púnicas, os relatos estarão sujeitos a interpretação de quem os escreveu e também do seu tempo presente. Isso deve ser levado em conta, principalmente, se o relato for de um

romano falando sobre esse evento, pois a defesa da imagem honrosa do governo do Império Romano fazia parte do contexto da República.

A utilização de trabalhos contemporâneos ou anteriores ao do escritor são necessários para a construção histórica. Ao narrar o embate da Segunda Guerra Púnica, Políbio levou em consideração os escritos do autor grego Timeu de Tauromênio (356-260 a.C.), famoso por narrar a história da Sicília desde sua origem até 289 a.C., bem como escreveu sobre as guerras entre Pirro e Roma até 264 a.C., e elaborou uma cronologia dos vencedores olímpicos (SEBASTIANI, 2010, p. 422) . Sua obra é composta de 38 livros, das quais Políbio retirou informações e criticou outras por considerar que: “ele [Timeu] historiou mal a respeito da Líbia e da Sardenha, e sobretudo a respeito da Itália” (POLÍBIO, XII, 4.2).

Segundo Timeu, as Guerras Púnicas não foram as primeiras divergências históricas entre romanos e cartagineses. A hostilidade entre ambos seria oriunda de um amor com fim trágico entre seus fundadores, Eneias, de Roma, e Dido, rainha dos cartagineses. Esse antigo romance, que vagava pelo imaginário romano há muitos séculos, foi eternizado no épico de Virgílio, autor da *Eneida*, que citamos no primeiro capítulo. A obra havia sido encomendada pelo imperador Augusto, no século I a.C.. Após vencer a batalha do Áccio, Augusto buscava se legitimar como imperador e, para tal fim, queria ligar sua ascendência aos deuses. Em seu enredo, a *Eneida* traz Eneias, o herói troiano, que estava predestinado por Júpiter e Vênus, sua mãe, a semear as sementes do grande Império Romano. Desse modo, o poema fundamentava a origem semidivina do povo romano. Já a linhagem divina do imperador Augusto vinha por conta de ser sobrinho de Júlio César, que, por sua vez, vangloriava-se de ser descendente direto de Ascânio, o filho do herói Eneias. Além da legitimação pela genealogia heroica e divina, o épico personificava as virtudes romanas que tanto eram valorizadas pelos romanos na figura de Eneias, que é descrito como detentor de *gravitas*, *pietas*, *virtus* e *fides*, como podemos observar no excerto a seguir:

Enéias foi nosso rei, o mais justo e piedoso dos homens, de comprovado valor nos combates; em tudo, o primeiro. Se os Fados ainda o conservam e as auras vitais ele aspira, sem para as trevas terríveis haver até agora baixado, medo não temos de nada nem tu de nos teres salvado (VIRGÍLIO, 2016, p. 544).

A narração começa após a destruição de Troia pelos gregos. Eneias foge da cidade com a missão de fundar uma nova morada na península Itálica, porém, acaba por naufragar após uma forte tempestade que o arrasta para a cidade de Cartago. Lá, o herói troiano é acolhido por Dido, a rainha dos cartagineses, com quem tinha muito em comum.

Tal como Eneias, Dido tinha ido ao norte da África fugida, mas não devido ao reino estar arrasado, e sim por causa da perversidade de seu irmão que, após o falecimento de seu pai, o rei dos fenícios, havia matado seu marido em busca de lhe tomar as riquezas. Ao chegar à África, a princesa Dido se tornou rainha de um grande reino devido a sua astúcia de fazer de uma tira de couro se transformar em fios finos que circundaram o território que lhe seria dado em um acordo com os nativos. Eneias também havia se tornado viúvo por força do destino, ambos haviam passado por sofrimentos parecidos, desse modo, acabaram se apaixonando e estabelecendo um romance. Porém, o deus Júpiter, vendo que o herói havia se esquecido de sua missão, enviou-lhe Mercúrio para lembrá-lo de seu destino e determinar que seguisse viagem rumo à península Itálica.

A contragosto, Eneias abandonou Cartago e Dido, que, ao ver o amado partir, se suicida em uma pira funerária, mas não antes de declarar que seu amor por Eneias tinha se transformado em ódio, já que o destino impunha que ele se dirigisse ao Lácio. A rainha lhe rogou uma maldição pedindo aos deuses para ensombrarem a sua vida:

Minhas palavras ouvi, minhas preces, e contra os malvados
os vosso numes voltei! Mas, sé o Fado impassível resolve
que chegue ao porto esse monstro, e é forçoso pisar no chão firme;
se isso os decretos de Júpiter o determinam, que ao menos
seja acossado por gente guerreira e, banido da Itália,
vague sem rumo; privado dos braços queridos de Iulo,
auxílio implore e contemple o extermínio dos seus companheiros,
morte sem glória de todos. E, vindo a obter paz vergonhosa,
do apetecido reinado não goze, da luz suspirada,
mas prematuro pereça e insepulto na areia se desfaça!
Ê o que vos peço; com o sangue vos lanço este apelo supremo.
Tírios! Vosso ódio infinito em seu filho e nos seus descendentes
extravasai! É o que esperam de vós minhas cinzas ardentes.
Nenhuma aliança jamais aproxime os dois povos inimigos.
Há de nascer-me dos ossos quem possa vingar-me esta afronta
com ferro e fogo, quem limpe o meu nome com sangue dardânio.
Hoje, amanhã, no momento mais certo em que o acaso os ajunte
e força houver, briguem praias com praias e as ondas entre elas,
armas de guerra por tudo, até os últimos netos com forças!
(VIRGÍLIO, 2016, p. 86)

Essas foram as últimas palavras da Rainha Dido segundo a epopeia virgiliana, no livro IV. O coração partido da rainha de Cartago fez com que sua vingança se estendesse também pela descendência de Eneias e seu povo, dando origem a uma inimizade entre ambos. De acordo com a lenda, o ódio de Dido se prolongou pelo tempo e, assim como na narrativa, os cartagineses e os romanos, pelas circunstâncias de seu passado em comum, jamais conviveriam em harmonia. Seria esse o princípio do atrito entre os povos, geradores das

Guerras Púnicas.

Não podemos dizer ao certo se o trágico amor de Dido e Eneias estava presente no imaginário de todos os envolvidos nas Guerras Púnicas, tanto do lado romano quanto do cartaginês, ou se residia apenas na mente de Virgílio. Porém, o próprio Políbio narra indícios de que a inimizade entre os povos possuía um caráter pessoal, além dos fatores econômicos. Trata-se da passagem na qual o autor grego fala sobre o ódio que Aníbal nutria pelos romanos:

Os cartagineses legaram o comando da Ibéria ao jovem Aníbal, em razão de sua manifesta sagacidade e audácia em ação. Assim que assumiu o comando, imediatamente suas intenções demonstraram que levaria a guerra aos romanos, o que por fim realizou, após muita breve espera. Já desde essa época as relações entre cartagineses e romanos eram de suspeição e atrito: aqueles conspiraram ansiosos por vingar-se das derrotas na Sicília; os romanos desconfiavam, espreitando seus movimentos. Daí era claro a quem examinasse corretamente, que entrariam em guerra dentro de não muito tempo (POLÍBIO, II. 36. 3-7).

Segundo consta na obra de Políbio, Amílcar, pai de Aníbal e o maior general da Primeira Guerra Púnica (I,64.6), teria feito o filho, ainda criança, jurar, com a mão sobre uma oferenda sacrificial, que jamais seria amigo dos romanos.

Contou que, à época em que seu pai [Amílcar] estava para partir com as tropas em expedição para a Ibéria, ele [Aníbal] tinha nove anos [238 a.C.] e ficou junto ao altar enquanto aquele sacrificava a Zeus. Após obter presságios favoráveis, lidar aos deuses e cumprir o ritual, ordenou que os outros se afastassem um pouco do sacrifício, chamou-o e perguntou com benevolência se desejava partir junto da expedição. Como assentisse prazenteiro e rogasse infantilmente, tornou-lhe a direção, aproximou-o do altar e ordenou que, ao tocar as vítimas, jurasse jamais bem-querer aos romanos (POLÍBIO, III. 11.5-7).

Desse modo, Aníbal teria se tornado o pesadelo de Roma para cumprir a promessa feita ao pai. Sua hostilidade para com os romanos era um “fato inquestionável” (POLÍBIO, III,12.2) e vinha ligada a razões emocionais e ao ódio que a família Barca sentia dos romanos. As Guerras Púnicas, então, poderiam ter sido percebidas pelos romanos que assistiam aos eventos como uma demonstração de superioridade em relação aos cartagineses, já que estes últimos desejavam tanto sua derrocada.

2.3 A primeira Guerra Púnica: o “*Mare nostrum*” (264 a.C-241 a.C.)

Entre o final do século IV e meados do século III a.C., Cartago era uma cidade situada ao norte da África, onde atualmente encontramos a Tunísia. No passado, a cidade tinha sido

colônia dos povos fenícios da cidade de Tiro³³, até conquistar sua independência. Há controvérsia historiográfica sobre qual teria sido o momento de fundação de Cartago, pois há poucos indícios arqueológicos que podem datar esse período. Com isso, supõe-se datações que vão desde os anos finais do século IX a.C. ao primeiro terço do século VII a.C. (BUSTAMANTE, 2009, p. 15). Ao conquistarem sua independência dos pais fundadores, os cartagineses deixaram de pagar subsídios aos governantes fenícios e passaram também a ter controle sob cidades fenícias da área, tais como Útica e Hadrumetum. Antes das Guerras Púnicas, Cartago era considerada uma potência comercial, devido à exploração de riquezas da metalurgia e das plantações de cereais, uvas, figos, azeitonas, amêndoas e romãs – graças ao solo fértil do norte da África, que dava sustento a uma aristocracia fundiária e ainda garantia uma colheita tão farta, cujos excedentes eram destinados à exportação.

A ótima localização comercial era fortalecida com o domínio sobre o mar Mediterrâneo, navegado pelos cartagineses à bordo dos mais modernos navios da época. Com a tecnologia que possuíam para navegação, já haviam atravessado o Estreito de Gibraltar e realizado novos feitos. Além disso, possuíam colônias no sul da Hispânia e haviam conquistado outras posições costeiras muito vantajosas e com bons portos. Desse modo, Cartago regia e dispunha das principais rotas comerciais e posições estratégicas para as negociações de produtos do Mediterrâneo ocidental (MONTEIRO, 2017, p.147-148).

Pouco sabemos sobre suas características estruturais, como ordens sociais, religião, mitos ou outras guerras em que tenham se envolvido anteriormente. Com a destruição da cidade, em 146 a.C., as informações que chegaram até nós são escassas, o que sabemos sobre Cartago ficou por conta dos relatos de Políbio e Tito Lívio. Sobre a formação da sociedade cartaginesa, o que Políbio nos legou é que, ao contrário dos romanos, a cidadania e os direitos políticos dos cartagineses não eram concedidos para os nascidos em território sob seu jugo, apenas os nascidos na *urb* cartaginesa eram considerados cidadãos. Devido a isso, Políbio redigiu que o exército dos cartagineses era composto por mercenários, e que esse fato gerava muitos conflitos internos:

Porque sempre se servem de diferentes tropas mercenárias de distinta proveniência, os cartagineses visam corretamente a que conspiradores não se insurjam subitamente nem se insubordinem contra oficiais. Quando montam a tropa com muitas nações, falham, porém, falham completamente, quando se trata de ensinar, acalmar e corrigir os ignorantes em situações de cólera ou calúnia contra alguém, querelas ou

33 O termo grego para Tiro é *Tyrío*. Provavelmente seja a antiga Túnis, localizada na região da atual Túnis, a sudoeste de Cartago. Há divergência entre os historiadores sobre o local correto.

dissensão, pois tais tropas não empregam apenas a maldade humana quando cedem de vez à cólera ou calúnia contra alguém, mas agem como as piores feras e permanecem furibundas (POLÍBIO, I-66. 10-11).

Sabemos que a forma de governo cartaginesa guardava semelhanças organizacionais com a romana. Assim como Roma, Cartago havia sido uma monarquia entre os séculos VIII a.C. e V a.C., porém, seu sistema de governo passou por modificações e se assemelhava a uma República. Essa transformação no sistema de governo também foi compartilhada com outras cidades-estados do antigo Mediterrâneo. Desse modo, o governo de Cartago era formado por dois magistrados principais eleitos anualmente, denominados *Sufetes*. Os *Sufetes* eram algo próximo do que eram os cônsules romanos, consistiam nos líderes máximos da cidade. Entretanto, diferente do consulado, no qual os magistrados eleitos anualmente administravam tanto questões políticas quanto militares, estando inclusive à frente do exército romano, os cartagineses tinham um cargo em específico para os assuntos bélicos. Em vista disso, quando havia conflitos com outros povos, o governo de Cartago elegia um general mediante a aprovação em uma assembleia de cidadãos, que deveria permanecer no ofício até que sua missão fosse finalizada (MULLIGAN, 2015, p. 24).

Por conta do general cartaginês se conservar no cargo até o término da guerra para qual fora escolhido para solucionar ou sua eventual morte, o escolhido poderia acumular muito prestígio perante a sociedade e se transfigurar em um rei. Diante desse possível impasse, havia um conselho composto de cento e quatro juizes, o chamado “Tribunal dos Cento e Quatro”, que controlava as ações desse general e, diante de irregularidades, podia aplicar punições diversas, que iam desde suspensões a crucificações. Havia também, uma assembleia popular, um conselho de anciãos e o Conselho dos Trinta, que controlavam as finanças do Estado (CHARLES-PICARD, G.; PICARD, C., 1964, p. 84-85). A base de sua economia, como citamos, vinha do comércio marítimo, incluindo a exportação de sua produção agrícola, sendo que uma parte dessa produção era proveniente de seus territórios a oeste da Sicília e da costa africana, até o sul da Ibéria (MULLIGAN, 2015, p.23). Devido a esse fator, a elite³⁴ cartaginesa era formada por construtores navais, comerciantes, latifundiários e, por conta das guerras, de fabricantes de armamentos bélicos.

Próximo a Cartago, a aristocracia romana era ávida por novas terras com a intenção de se expandir política e economicamente, embora Políbio (III, 22.1-23.2; 24.1-2; 25.1-9; 27.1-2-

³⁴ A elite cartaginesa era uma das únicas em sua época que podia exercer a atividade mercantil que herdara dos fenícios, diferentemente de outras, que eram proibidas (BUSTAMANTE, 2009, p. 15 – 16).

10) ressalte que, em um primeiro momento, as duas cidades estabeleceram relações de amizade firmados por três acordos³⁵. Para Silva (2010, p. 78), fica evidente que “Cartago era, pela geografia das suas possessões, por seus domínios comerciais, e até aonde as evidências nos permitem interpretar seus objetivos mediterrânicos, o oponente natural romano”. A fim de compreendemos melhor a competição geográfica por terras entre Roma e Cartago, anexamos um mapa dos territórios do mediterrâneo antes de se iniciarem as Guerras Púnicas.



MAPA 2: Mediterrâneo Ocidental. Cartago e Roma antes do início da Primeira Guerra Púnica (264 a.C.).
 Fonte: Enciclopédia Britânica – Punic Wars. <https://www.britannica.com/event/Punic-Wars> - Acesso. Em: 28/07/2020.

Foi nesse ambiente que ocorreram as Guerras Púnicas, uma sucessão de três conflitos, no período da República Romana, entre a cidade de Cartago e Roma. A hostilidade entre as duas forças do Mediterrâneo se iniciou com a percepção romana da grande ameaça marítima e comercial que Cartago representava (CHARLES-PICARD, G.; PICARD, C., 1964, p. 63). A antiga colônia fenícia se expandiu rapidamente pela bacia do mediterrâneo, dominando a Líbia, o sul da Hispânia, a Córsega, a Sardenha, o Mar Tirreno, faltando-lhe apenas conquistar o restante da Sicília (GARRAFFONI, 2009, p. 47- 48). No entanto, os romanos também

35 Segundo os relatos de Políbio (III,26.1), os acordos entre Roma e Cartago estavam arquivados ao lado do templo de Júpiter Capitolino.

ambicionavam esse território, devido a sua posição estratégica para a realização de atividades comerciais, além de ser um território com grande quantidade de minério e de terras para plantação de trigo.

Os antecedentes do conflito se deram por volta de 276 a.C., quando Pirro, rei de Épiro, tentou conquistar a Sicília. Na esperança de frear as investidas do rei, os siracusanos elegeram como seu general Hierão (306 a.C.-215 a.C.), um soldado grego, com vasta experiência em guerras e influente politicamente na região, que tinha acabado de se casar com Filistes, oriunda da família mais poderosa de Siracusa e, além disso, dizia-se descendente do antigo imperador de Siracusa, Gelão I. Os mercenários da campanha em Messina, que se autodesignaram mamertinos, ou seja, filhos de Marte (o deus da guerra), pediram auxílio a Cartago e a Roma para vencerem Hierão. Diante da possibilidade de travar uma guerra com Cartago, Hierão se retirou de Siracusa. Quanto aos romanos, o senado hesitava em decidir se Roma iria apoiar os mamertinos ou não. Porém, a situação se alterou quando Hierão retornou a Siracusa e é proclamado rei Hierão II (MONTEIRO, 2017, p.151-153).

O entrave com os mamertinos e Hierão II ainda se mantinha, mas agora que este havia sido eleito rei de Siracusa, Cartago se converteu em sua aliada. Do lado romano, em 264 a.C., dois novos cônsules foram eleitos, Ápio Cláudio Cáudice e Marco Fúlvio Flaco, que persuadiram o povo a entrar na expedição ao lado dos mamertinos de Messina, desejosos das riquezas que poderiam obter com a pilhagem. Ao mesmo tempo, Roma se lembrou do tratado assinado com Cartago em 279-278 a.C., de não agressão mútua, na época em o rei Pirro ainda governava e enviou a Cartago embaixadores para resolver a questão (MULLIGAN, 2015, p. 25).

A vitória romana não tardou para acontecer e, em 263 a.C., com a chegada dos novos cônsules, Mânio Valério Máximo e Mânio Otacílio Crasso, Hierão II foi derrotado, rendeu-se e decidiu se submeter a Roma, permanecendo seu aliado até o fim de seus dias. Todavia, Cartago, que, há muitos séculos, possuía acordos com a Sicília, circulava pela ilha e comercializavam sem impedimentos, não iria aceitar perder sua autonomia na região, ainda mais porque ambicionavam conquistar a ilha toda. Assim, confiantes em seu poderio naval e sua experiência em guerras, os cartagineses esperavam que o conflito não se estendesse muito, porém não foi o que aconteceu (MONTEIRO, 2017, p. 153). Desse modo, quando Cartago tentou conquistar Agrigento, situada na costa sul da Sicília, os romanos intervieram e enviaram uma legião de apoio à cidade. Para isso, contaram com o apoio do seu mais novo

aliado, o rei Hierão II. A guerra entre ambos os povos eram de certo modo prevista:

A serventia de nossa história para o presente e para o futuro reside no máximo nisso, pois em política não se deve supor que para os agentes nem para os oradores o objeto seja vencer e subjugar todos: nenhum homem sensato guerreia com seus vizinhos unicamente para disputar com opositores, nem singra mares apenas para atravessá-los, nem adquire conhecimentos e técnicas unicamente pela ciência: todos o fazem por conta do prazer, da honra e do proveito derivado dessas ações (POLÍBIO, III. 4. 5-6).

Esse choque de interesses originou a Primeira Guerra Púnica, em 264 a.C.. O embate entre Roma e Cartago se iniciou com acampamentos fortificados com fossos e fortins. Romanos e cartagineses ficaram ali instalados a cerca de 2 quilômetros de distância uns dos outros, de modo que pequenas investidas foram sendo executadas durante algum tempo. Os púnicos evitavam travar um conflito decisivo, a tática utilizada por esse lado era impedir um confronto direto, até que o conflito pudesse ter como campo de batalha o mar, que lhes seria mais vantajoso. Para obrigar que os cartagineses saíssem de seu acampamento e lutassem, o exército romano decidiu interceptar o recebimento das provisões necessárias para que os cartagineses pudessem continuar em sua clausura. Assim, cinco meses depois, os cartagineses tiveram que contra-atacar e, devido à fome pela qual passaram, a vitória foi romana (POLÍBIO, I. 19.6-12; GOLDSWORTHY, 2007, p. 356)

Em 260 a.C., iniciou-se uma nova fase da Primeira Guerra Púnica, uma fase naval, da qual Roma saiu vitoriosa, em 241 a.C., conquistando a Sicília, enquanto Cartago, derrotada, sofreu uma série de sanções impostas pelos romanos. Amílcar foi forçado a assinar um acordo de paz e os cartagineses foram obrigados a desocupar Lilibeu³⁶, na Sicília. Para além disso, tiveram que devolver todos os prisioneiros romanos, pagar uma indenização e foram proibidos de investir no seu próprio exército (SANT'ANNA, 2015, p. 59). Essa vitória foi de grande importância para os romanos, pois garantiu o abastecimento da população que crescia na Península Itálica. Cícero, aponta a anexação da Sicília na Primeira Guerra Púnica como essencial para a obtenção de trigo e outros cereais. Ela seria “o armazém da República e nutriz de sua plebe” (CÍCERO, *Contra Verres*, II, 2, 5). Para Políbio, a vitória romana foi possível porque, diferentemente dos soldados cartagineses, o exército romano não era misto, isto é, não havia a presença de mercenários ou estrangeiros em sua composição. Esse fato fazia com que

36 Lilibeu era uma antiga cidade cartaginesa, localizada na província de Trapani, na Sicília. A cidade foi palco do primeiro confronto naval entre Cartago e Roma no início da Segunda Guerra Púnica, do qual a marinha romana saiu vitoriosa e se estabeleceu no local. Das ruínas cartaginesas de Lilibeu, foi construída a cidade que hoje conhecemos como Marsala.

os soldados romanos se mantivessem unidos, apesar das derrotas. De fato, os romanos lutavam por suas próprias vidas e lares, ao lado de seus companheiros de guerra, que eram, muitas vezes, seus filhos, amigos, vizinhos, assim, havia uma motivação maior para lutar, fazendo-os superar as dificuldades do campo de batalha. Em suas palavras:

Consequentemente, mesmo quando de início sofrem um revés, os romanos se reabilitam da derrota com uma vitória final, ao passo que, com os cartagineses, acontece o contrário. Os romanos, combatendo por sua pátria e por seus filhos, nunca podem deixar arrefecer o seu ardor marcial, e lutam continuamente com todo o seu ânimo até sobrepujar o inimigo. A consequência dessa diferença é que, embora, como eu já disse, os romanos sejam menos experientes em assuntos navais, eles são geralmente bem-sucedidos no mar graças à bravura de seus homens, pois apesar do preparo nas atividades navais ser importante, e não pouco, é principalmente a coragem dos marinheiros que faz a balança pender para a vitória (POLÍBIO, VI. 52).

A dura derrota que Cartago sofreu se intensificou com a crise econômica que se abateu sobre a cidade em função da alta multa que tinham que pagar aos romanos, bem como em função da perda de suas áreas de influência mercantil e de uma rebelião causada pelos soldados mercenários que haviam participado das batalhas na Sicília. Essa hostilidade entre os mercenários e o governo cartaginês ficou conhecido como “Guerra dos Mercenários” e foi de 241 a 237 a.C. A rebelião só foi pacificada sob a liderança de Amílcar e de seu cunhado, Asdrúbal, o Belo. Ambos conseguiram resgatar Cartago da crise e, com isso, acabaram ganhando grande admiração do governo cartaginês e, igualmente, de seu povo. Antes disso, Amílcar sofria com a falta de apoio por parte do governo para se manter nas Guerras Púnicas. Havia divergências internas entre a aristocracia fundiária e uma outra mercantil. Para a aristocracia ligada à terra, era mais vantajoso investir nas conquistas de solos mais produtivos ao norte da África. Essas oposições de interesses geravam tensões que trabalhavam na logística militar (POLÍBIO, I. 66.1-88.7).

Para Sant’Anna (2015, p. 58), diversas vezes, os cartagineses tiveram a chance de vencer Roma por meio de um ataque decisivo, porém a ambiguidade interna fez com que esse momento nunca fosse possível. O que teria possibilitado a vitória de Roma não seria somente sua engenhosidade militar, como Políbio menciona nas *Histórias*, a falta de apoio que Amílcar enfrentava também tinha colaborado com isso. Os romanos, por sua vez, aproveitaram-se do enfraquecimento do inimigo e de sua ocupação com a resolução do conflito interno para expulsar dos cartagineses da Sardenha e da Córsega. Anos depois, em 225 a.C., as duas ilhas foram unidas e formaram a segunda província romana, sendo, a primeira, a Sicília.

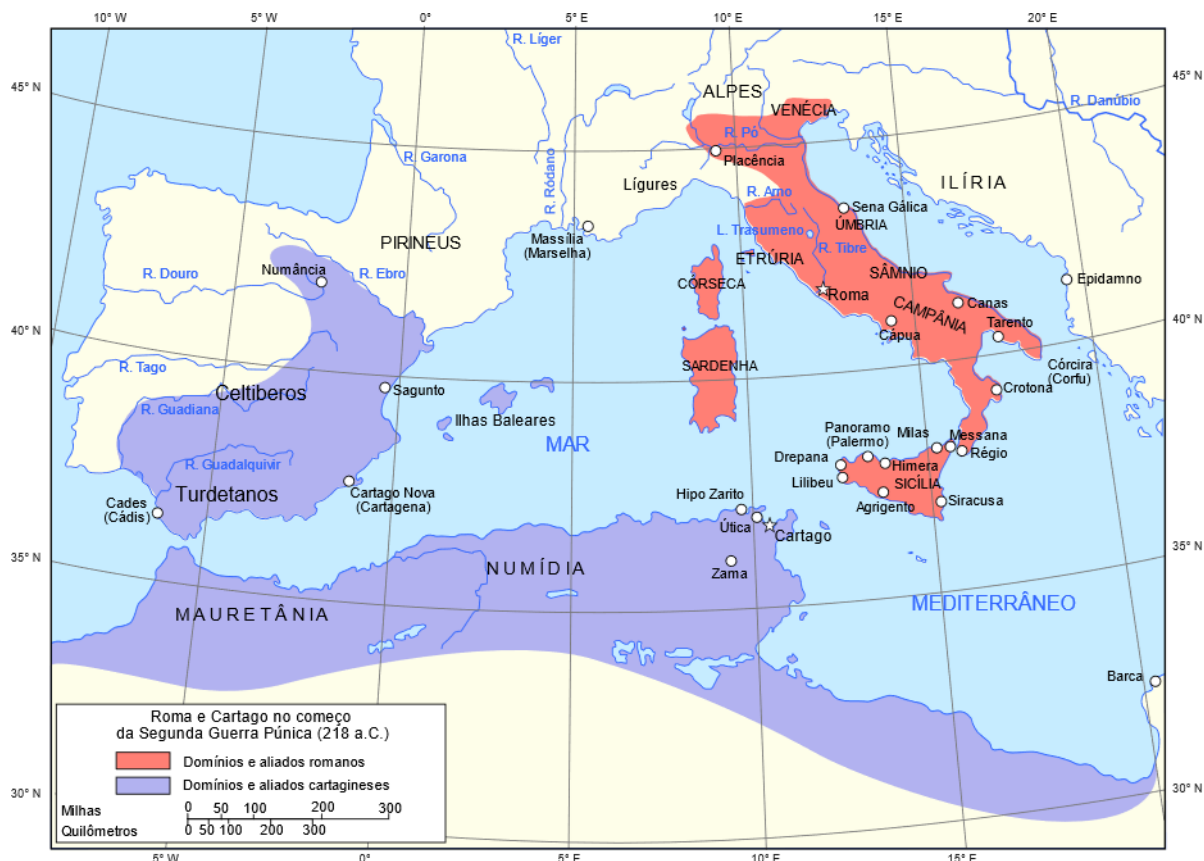
2.4 A segunda Guerra Púnica: a marcha de Aníbal (219 a.C.-202 a.C.)

Mesmo com a perda das ilhas e as punições severas, a sociedade de Cartago, com um espírito de revanchismo, revelou uma grande capacidade de se reconstruir e retornar à sua expansão. Deste modo, em 221 a.C., os cartagineses anexaram grande parte do Sul da Hispânia, sob o comando de Amílcar Barca, pai de Aníbal. Porém, Amílcar foi assassinado e quem o sucedeu foi seu genro, Asdrúbal. Sob o comando desse general, os cartagineses fundaram várias cidades na Hispânia, tal como a Nova Cartago (atual Cartagena) e conquistaram novos territórios próximos ao rio Rio Ebro. No entanto, Asdrúbal, assim como Amílcar, também foi assassinado. O domínio da região passou então para as mãos de Aníbal. O general foi eleito *sufete* e fez várias reformas no sistema tributário, estabilizando a economia da cidade.

Em 219 a.C., Aníbal decidiu invadir *Saguntum*, cidade próxima ao rio Ebro, na Hispânia, na esperança de continuar com a anexação do território que seu pai havia começado. Foi em relação a esse momento que Políbio relata que os romanos declararam que os cartagineses desrespeitaram o Tratado de Ebro – um acordo firmado entre ambos os povos em 226 a.C. e que proibia expressamente a travessia do rio Ebro, localizado na península Ibérica, pelo exército cartaginês, embora este pudesse circular ao sul do rio. Segundo o autor:

Os romanos insistiram para que [Aníbal] se afastasse dos saguntinos – que estavam sob sua proteção – e não cruzasse o rio Ebro, por conta do acordo com Asdrúbal. Aníbal, sendo jovem, cheio de ímpeto bélico, encorajado pelo sucesso de seus empreendimentos, e estimulado por sua inimizade de longa data com Roma, [...] acusou os romanos de, pouco tempo antes, quando aqueles debatiam, terem recebido plenos poderes para resolver a situação e teriam matado injustamente alguns chefes, violação que ele próprio não deixaria impune, pois era hábito ancestral dos cartagineses não negligenciar injustiças alguma (POLÍBIO, III. 15. 5-7).

Aníbal, em sua defesa, se colocava como guardião dos saguntinos, pois os romanos os tratavam com injustiça e haviam matado algum de seus líderes. Sendo assim, Aníbal apenas afirmava que não podia negligenciar a causa das vítimas da injustiça (POLÍBIO, III, 15.7-8). No mesmo ano, após o ocorrido, os romanos declaram guerra aos cartagineses novamente, iniciando a Segunda Guerra Púnica.



MAPA 3: Roma e Cartago antes do início da Segunda Guerra Púnica (218 a.C.).

Fonte: Perry-Castañeda *Library Map Collection* at the University of Texas at Austin. Em <https://legacy.lib.utexas.edu/maps/historical/shepherd/rome_carthage_218.jpg> Acesso em: 28/07/2020.

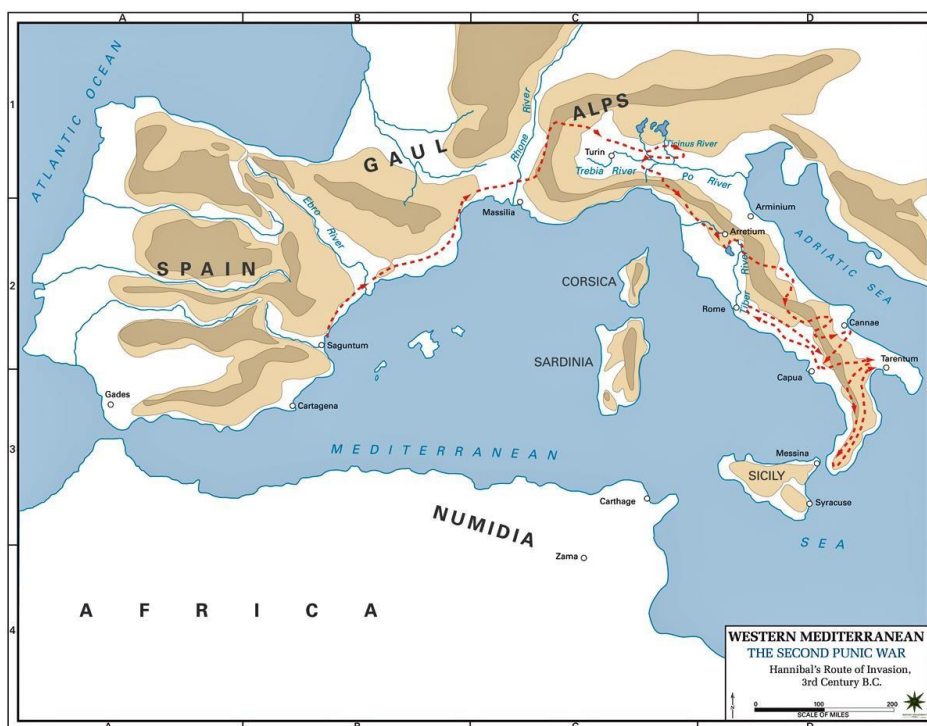
A preocupação romana com a anexação de *Saguntum* pelos cartagineses não era banal. A cidade ficava adjacente aos Pirineus, ou seja, estava na porta de entrada para a Península Itálica pelo Norte e, dominando a área, os cartagineses poderiam ir até o coração de Roma. Em vista disso, Políbio atribui a conquista de *Saguntum* ao desejo de vingança de Aníbal desde a derrota de seu pai na Primeira Guerra Púnica para Públio Cornélio Cipião, o Africano, o avô adotivo de Cipião Emiliano. Desse modo, a Segunda Guerra Púnica seria a herdeira da Primeira. Ainda, é possível supor que essas guerras eram também um embate entre duas famílias, a família Barca, de Amílcar, Asdrúbal e Aníbal, contra a família dos Cipiões.

Foi nessa conjuntura que o memorável general Aníbal Barca se immortalizou em sua ousada travessia da região conhecida hoje como os Alpes Pirineus durante o inverno, na companhia de um exército contendo oito mil soldados e trinta e sete elefantes indianos, que causavam pânico ao inimigo. O plano de Aníbal era restaurar a supremacia de Cartago, neutralizando a vantagem da superioridade naval que Roma passou a ter após a Primeira Guerra Púnica. Além disso, o general esperava recrutar soldados das próprias regiões pelas

quais ele passava, unindo forças para atacar Roma (MULLIGAN, 2015, p. 32). Quanto aos romanos, Políbio afirma que eles não ficaram apenas assistindo à empreitada de Aníbal se desenhar e enviaram um comandante ao rio Ebro, onde o cartaginês havia dado início a sua empreitada. Porém, o general romano chegou com 3 dias de atraso ao local:

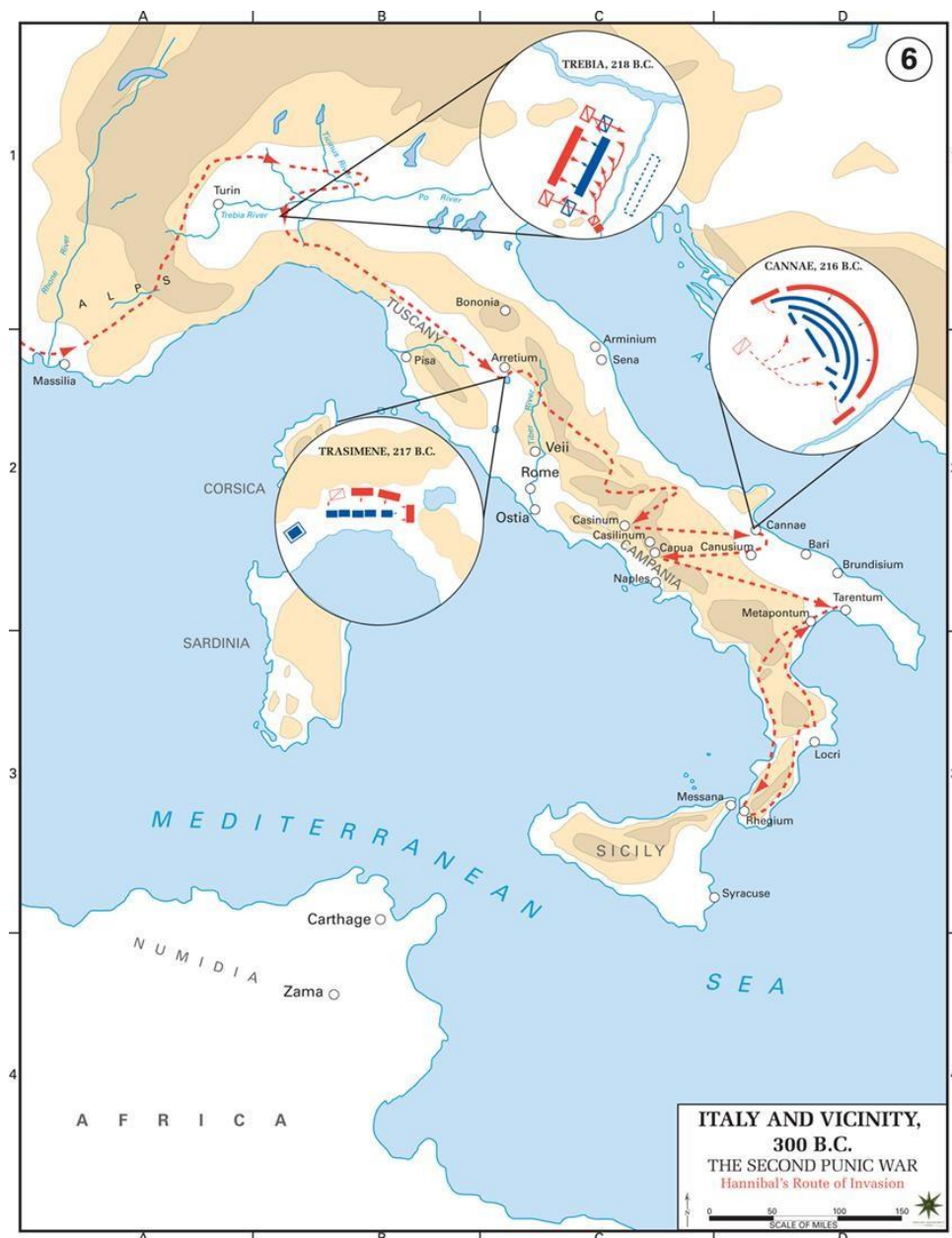
Públio, o comandante romano, quando alcançou o ponto de travessia do rio três dias depois da partida dos cartagineses e soube que os adversários já se haviam ido, ficou muito espantado, certo de que eles jamais ousariam marchar para a Itália por ali, devido à quantidade e à instabilidade dos bárbaros que habitavam aqueles locais. Vendo, porém, que haviam ousado, abalou para as naus e, ao chegar, embarcou as tropas (POLÍBIO, III. 49.1-3).

No mapa a baixo, a linha tracejada de cor vermelha marca a trajetória que foi feita pelo general cartaginês para chegar à cidade de Roma, na península itálica. Primeiramente, Aníbal saiu de Cartago, no norte da África, e foi cruzando o mar Mediterrâneo até chegar à cidade de *Saguntum*, na Hispânia. De *Saguntum*, o general foi contornando a bacia do Mediterrâneo, passou pelo sul da Gália até chegar à cordilheira montanhosa que hoje é nomeado Alpes Pireneus e adentrar a Península Itálica pelo norte. A marcha sobre as montanhas em baixas temperaturas custou a Aníbal quase um terço de seu exército e a maioria de seus elefantes:



MAPA 4. The Second Punic War - Hannibal's Route of Invasion, 3rd Century BC. *United States Military Academy Department of History*. Em: http://www.emersonkent.com/map_archive/second_punic_war_hannibal.htm Acesso em: 31/08/2020.

O general se destacou também por ter vencido inúmeras batalhas contra os romanos durante sua empreitada pelos Alpes e sua descida pelo território italiano. Entre elas, estão a Batalha de Trébia (218 a.C.), a Batalha de Trasimene (217 a.C.) e a Batalha de *Cannae* ou Canas (216 a.C.), mesmo tendo perdido a guerra, posteriormente, na Batalha de Zama (202 a.C.), conflito que encerrou a Segunda Guerra Púnica. Nesse mapa, nas diversas batalhas que aparecem em detalhe, o exército romano é representado pela cor azul e o seu oponente, os cartagineses, pela cor vermelha. As cavalaria de ambos os lados são simbolizados assim: 



MAPA 5. The Second Punic War 218-201 BC: Hannibal's Route of Invasion. *United States Military Academy Department of History*. Em: http://www.emersonkent.com/map_archive/second_punic_war_hannibal.htm
Acesso em: 31/08/2020.

A Batalha de *Cannae* foi tão expressiva, que superou a corrosão do tempo e inspirou muitos generais de diferentes eras, tornando-se um símbolo entre as táticas para um exército pequeno conseguir vencer um inimigo com superioridade numérica. *Cannae* foi usada até como referência para o Plano Schlieffen, plano estratégico militar aplicado pela Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial e para o ataque terrestre conduzido pelos Estados Unidos na Guerra do Golfo, em 1991. Desse modo, fica claro como as práticas de uma guerra podem influenciar nas atuações de outros conflitos bélicos (GARRAFFONI, 2009, p.53). A seguir, apresentamos imagens da tática utilizada por Aníbal, simbolizada pela cor azul, para vencer o exército romano, representado pela cor vermelha. Trata-se uma estratégia de guerra chamada “convexo e côncavo”.

Nessa primeira imagem, podemos observar que a falange romana está disposta em linha reta, como era usual em suas batalhas. Porém, a formação do exército de Aníbal está convexa. Dessa forma, quando as legiões romanas e cartagineses se encontram frente a frente, o exército cartaginês muda de configuração, recuando apenas o meio, de modo a formar uma linha côncava, enquanto isso, a cavalaria cartaginesa, presente nas laterais da infantaria, se posiciona atrás das legiões romanas, as obrigando a irem ao encontro com a linha côncava feita por soldados cartagineses, como está mostra a imagem:

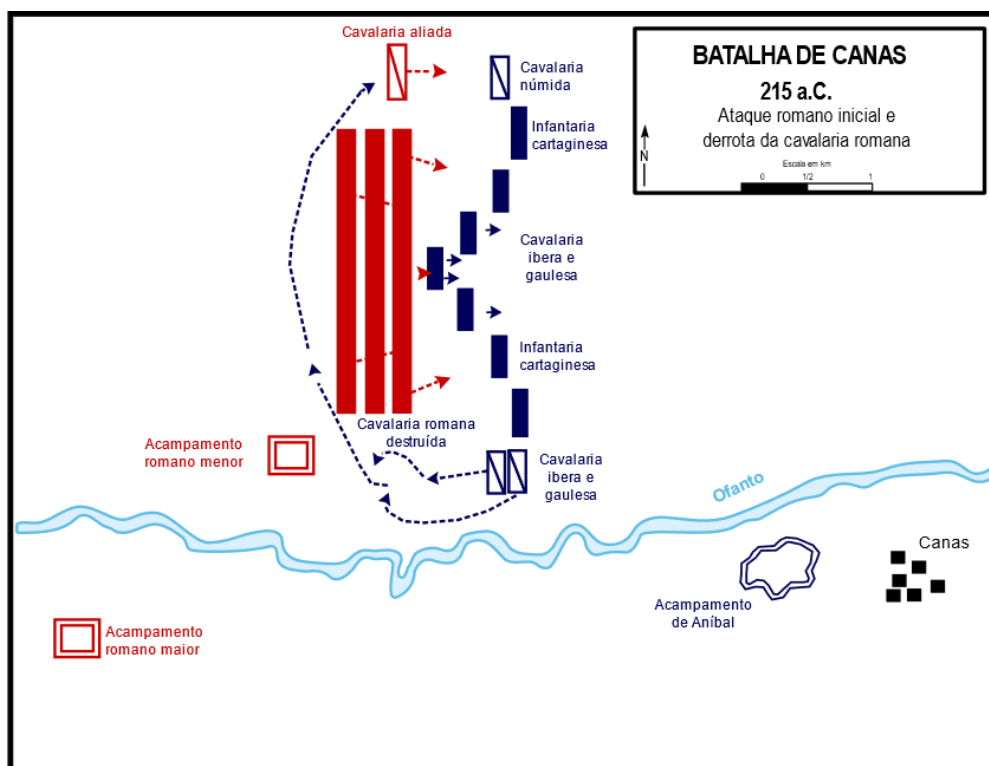


FIGURA 3- Batalha de Cannae: primeiro movimento - Battle of Cannae, 215 BC –
Fonte: Initial Roman attack and defeat of the Roman cavalry. In.: *The Department of History, United States*

Military Academy. Em: <<http://www.dean.usma.edu/history/web03/atlas/map%20home.htm>>. Acesso em: 28/07/2020.

Desse modo, a infantaria cartaginesa engloba todo o exército romano e se fecha em um círculo mortal. Não importa a quantidade de soldados presente no exército inimigo, apenas os que estão nas margens do círculo é que conseguem lutar e, no seu interior, só resta esperar, preso entre seus companheiros, a vez de participar de um combate corpo a corpo, enquanto o círculo se fechar ainda mais (GARRAFFONI, 2019, p. 65).

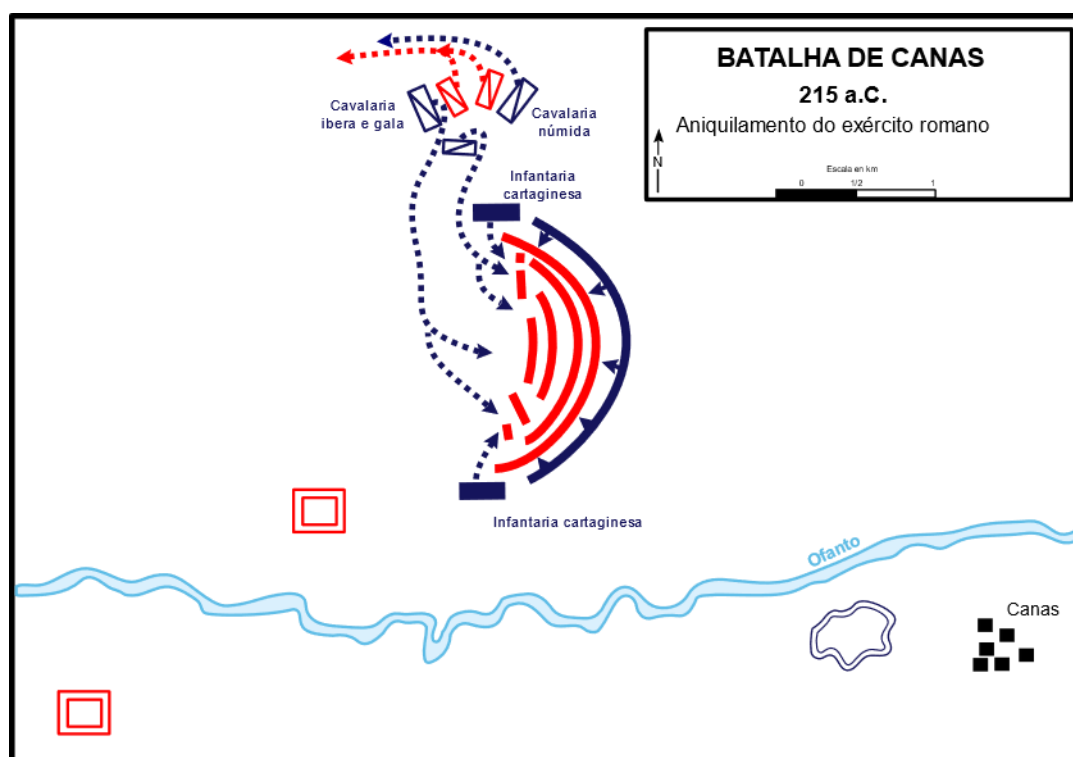


FIGURA 4 - Batalha de Cannae: segundo movimento.

Fonte: Second Punic War, The Battle of Cannae, Destruction of the Roman army. Frank Martini. Cartographer, Department of History, United States Military Academy - *The Department of History, United States Military Academy*. Acesso em: 28/07/2020.

Concomitante, também em plena expansão nesse período, Roma estava envolvida em mais dois conflitos, além da Segunda Guerra com Cartago. Conjuntamente, os três eventos do século III a.C. foram responsáveis por realinhar politicamente toda a região e por conectar o destino de gregos e romanos, reconfigurando o sistema helenístico (MOMIGLIANO, 1991, p. 44). Esses conflitos foram a guerra entre Antíoco e Ptolomeu Filopator, o colapso provocado pelos romanos nas Ligas gregas de Etólia e Aqueia, subordinadas à Macedônia, e a Batalha de Pidna (ECKSTEIN, 1995, p. 04).

Mesmo envolvido em outras batalhas, Cipião, o Africano, conseguiu vencer Aníbal,

devido à grande capacidade que teve de aprender com a derrota que sofreu para o general cartaginês. Isso só foi possível quando Cipião, o Africano, resolveu não atacar Aníbal na Itália e, mesmo sem o apoio do senado, que queria que Aníbal fosse derrotado o quanto antes e varrido do território romano, partiu para o norte da África para lutar com o principal aliado de Cartago, o reino da Numídia. O general romano percebeu que a vantagem decisiva de Aníbal estava na cavalaria númida, que lutava ao seu lado. Assim, ao vencer o rei númida, Cipião, o Africano, minou as forças de Aníbal, que ficou sem poder contar com o apoio da cavalaria do aliado. O próximo passo de Cipião foi atacar Cartago, para que Aníbal precisasse se retirar da Península Itálica a fim de socorrer sua cidade natal. Desse modo, a cidade de Cartago passou ser o próximo alvo do general romano.

Para vencer, Cipião estudou a tática utilizada por Aníbal na Batalha de *Cannae*, na qual sua infantaria se movimentava seguindo uma linha imaginária convexa que, ao encontrar com o exército inimigo, tornava-se côncava e, subsequentemente, com o apoio da cavalaria que se deslocava para trás do exército inimigo e os empurrava para frente, os prendia em um círculo. Além de usar a técnica que Aníbal havia desenvolvido, Cipião contou com a cavalaria númida como sua aliada para executar o mesmo movimento que havia feito sob o comando do general cartaginês. Outra tática de Aníbal que foi neutralizada por Cipião foi o uso dos elefantes. Nas batalhas anteriores, esse aliado de peso cartaginês havia causado muitos estragos no exército romano. Os elefantes africanos, quando bem treinados, esmagavam fileiras completas da infantaria, sem desviar de sua trajetória. No entanto, esse não era o caso, pois Aníbal não tinha tido tempo para adestrar os novos elefantes que foram trazidos para reforçar o lado cartaginês. Sabendo disso, o general romano organizou seu exército de modo que eles pudessem criar corredores por onde os animais passariam ao se aproximarem e ainda ordenou que trompetas e cornetas soassem sons estridentes para que assustassem os elefantes, uma vez que esses possuem a audição extremamente sensível. De fato, alarmados pelo barulho, os animais deram meia volta e correram em direção ao seu próprio exército, causando muitas baixas (BUSTAMANTE, 2009, p. 17). Assim, na Batalha de Zama, Aníbal provou de suas próprias táticas de guerra e foi derrotado. Apesar de ter sofrido grandes baixas na batalha, os romanos saíram mais fortes desse combate, devido ao conhecimento que adquiriram observando os estratagemas de Aníbal.

A seguir, temos uma imagem da configuração da estratégia utilizada por Cipião na batalha de Zama. Nela, é possível perceber que Cipião conseguiu furar a tática de guerra

idealizada por Aníbal e que o tinha feito vencedor na Segunda Guerra Púnica. Conseguimos também observar que Cipião traz em sua estratégia um pouco dos recursos que os cartagineses já haviam utilizado anteriormente, tal como a tática de englobamento do exército adversário:

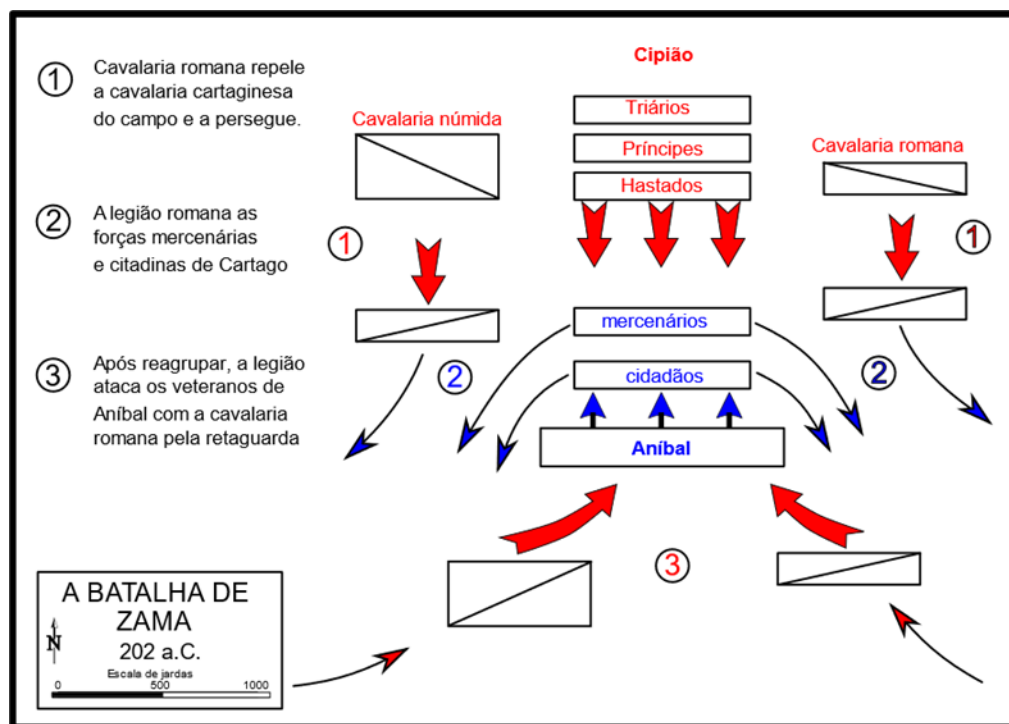


FIGURA 5 - Batalha de Zama - Second Punic War, The battleplan of the Battle of Zama, 202 BC. Frank Martini. Cartographer - The Department of History, United States Military Academy. Acesso em: 28/07/2020.

Ao retornar vitorioso à cidade Roma, Cipião foi recebido em um desfile triunfal. Sobre esse momento, Angeliki Roumpou escreveu em seu artigo *Triumph, Clouse, and the Power of the Individual in Silius Italicus's Punica 17*, publicado em 2019, que em seu cortejo, Cipião exibia seu despojos de guerra, mostrando seu domínio simbólico sobre a terra e o mar. Entre os despojos, estavam os cativos cartagineses. Segundo a autora e Goldsworthy (2007), ao vencer Aníbal, Cipião foi visto como um herói na República Romana, sendo associado a Hércules, o filho lendário de Júpiter, que possuía um excelente desempenho no campo de batalha. Tito Lívio destinou os livros do XXXI ao XXXV para relembrar os eventos da Segunda Guerra Púnica e, ao descrever esse momento, ressaltou o fato de Cipião ter sido o primeiro entre os romanos a receber o nome da terra conquistada. Esse cognome, *Africano*, o marcava como “possuidor de uma glória que permanecerá ao longo dos anos”, a vitória de um líder memorável (LÍVIO, XXXI, 30. 45). No final de seus comentários sobre Cipião, o autor

romano escreveu ainda os altos e baixos da carreira política e militar do general.

Apesar do sucesso no campo de batalha, Cipião, o Africano, possuía adversários dentro do senado romano. Em sua carreira política, foi cônsul por duas vezes, a primeira em 205 a.C., ao lado de Públio Licínio Crasso Dives (188 a.C.-131 a.C.) e, depois, em 194 a.C., com Tibério Semprônio Longo³⁷. Foi em seu primeiro consulado, inclusive, que venceu Aníbal e conquistou muito prestígio perante a sociedade romana, porém, muitos senadores, tais como Catão, o velho, consideravam que, ao guerrear em territórios distantes, Cipião estava se envolvendo com a cultura dos derrotados. Sobre esse assunto, em seu décimo livro, Políbio escreve que Catão fazia referência a Cipião ser fluente em grego, deixar claro sua admiração pelo mundo helenístico e por trazer entre seus prisioneiros de guerra artesãos, filósofos, professores, entre outros homens versados nas artes, fazendo-os parte do seu convívio, como havia ocorrido com o próprio Políbio. Essas atitudes eram reprovadas por Catão, tidas por ele como pouco romanas (POLÍBIO, X. 18.10-12).

Ao fim da vida, sabemos que Cipião, o Africano, foi acusado de corrupção por ter supostamente aceitado suborno do Rei Antíoco III, soberano da Síria selêucida, concomitantemente ao conflito da Segunda Guerra Púnica. A denúncia teria se dado após Cipião, o Africano, e seu irmão Lúcio Cornélio Cipião Asiático terem derrotado Antíoco III na Batalha de Magnésia, em 189 a.C., pois, para os adversários políticos, os irmãos haviam aceitado com muita facilidade o acordo de paz com o rei selêucida e a multa a pagar fora tida como branda. Por essa razão, Cipião e Lúcio foram acusados de receber suborno de Antíoco III. No entanto, ao observamos o *Tratado de Apameia* (188 a.C.), o acordo de paz firmado entre o rei e a República Romana, as imposições feitas a Antíoco III não foram poucas ou brandas. Com o tratado, o império selêucida perdeu os territórios da Ásia Cistáurica³⁸, com isso, deixando de ter uma região estratégica de abertura para o mar Mediterrâneo. Além disso, foram entregues a Roma os elefantes que eram pertencentes ao exército e mais 15 mil talentos foram pagos (LIDDELL HART, 1994, p. 162-163). As acusações que caíram sobre os irmãos também giravam em torno da suposta apropriação indevida das riquezas do rei. Cipião não foi condenado, mas se autoexilou em Campânia e faleceu em 183 a.C., com 52 anos.

Ao comentar sobre enriquecimento ilícito entre os romanos, Políbio não fala propriamente sobre as acusações sofridas por Cipião, o Africano, mas faz uma menção em sua

37 Não encontramos a data de nascimento de Tibério Semprônio Longo, somente encontramos a sua data de falecimento, em 174 a.C.

38 A Ásia menor, localizada a oeste da Cordilheira do Tauro, ao sul da Turquia, por onde passa os rios Tigre e Eufrates.

obra à incorruptibilidade dos membros da família de Cipião e o defende de falsas descrições:

Era o homem [romano] mais famoso que já existira [...], embora muitos tivessem deixado uma descrição dele que era tudo menos verdadeira³⁹. Também muitos historiadores o representaram como um homem afortunado, que teve sucesso na maior parte das ocasiões e sobretudo de maneira inesperada e fortuita (POLÍBIO, X, 2.2-5)

Em outra passagem, faz-se acreditar que, ao escrever sobre a incorruptibilidade de Lúcio Emílio Paulo e seu filho natural, Cipião Emiliano, a quem chama de Públio Cipião, na verdade, Políbio estaria absolvendo Cipião, o Africano, de qualquer denúncia feita em relação à família, já que homens tão dignos de confiança como Lúcio Emílio Paulo e Cipião Emiliano aceitaram integrar a *gens* de Cipião, o Africano, por meio da linha de adoção. Desse modo, Políbio coloca as acusações como pouco críveis ou caluniosas:

Nos anos anteriores às guerras para além-mar, durante os quais preservaram seus princípios e práticas próprias. Atualmente, porém, não me arriscaria a afirmar isso de todos, mas poderia, com perfeita segurança, falar sobre vários homens específicos em Roma que, nesses assuntos, podem manter sua fé. Para que não possa parecer afirmar o que é impossível, citarei como evidência os nomes de dois homens em relação aos quais ninguém disputará minha afirmação. O primeiro é Lúcio Emílio, o vencedor de Perseu. [...]. Novamente, tomem o caso de Públio Cipião, filho natural desse antes mencionado, conhecido como, o grande quando se tornou mestre de Cartago. (POLÍBIO, XVIII, 35.1-12).

Apesar das acusações que Cipião, o Africano, sofreu, sua moral e sua imagem não ficaram manchadas perante a sociedade romana, como a de outros que estiveram sob denúncia. Segundo Hart (1994), Cipião e seus familiares ficaram marcados na história como grandes generais conquistadores e moralmente corretos, diferentemente do que aconteceu com Aníbal que, mesmo tendo sido lembrado pela sua ousada travessia dos Alpes Pireneus, ainda foi tido como cruel, impiedoso e ardiloso pelos historiadores do passado. A propósito de outras personagens históricas que tiveram sua reputação alterada por desvios políticos, podemos mencionar Júlio César que, por mais que tenha conquistado territórios para os romanos, as acusações que sofreu e seu assassinato não foram deixados de lado (LIDEELL HART, 1994, p. 105-106).

Sobre a Batalha de *Cannae*, Políbio aponta que a vitória de Aníbal foi possível pelas estratégias de guerra utilizadas. Esse general é retratado nas *Histórias* como um comandante astuto, que soube usar as qualidades de cada povo pertencente ao seu exército, composto por

39 Acredita-se que Políbio se referia ao escritor Sileno, que teria feito comentários pouco elogiosos sobre Cipião, o Africano.

gauleses, númidas, líbios, hispânicos e cartagineses. Tratava-se de um líder nato. Também conhecia o terreno onde lutava e estava sempre atento às falhas do inimigo. De fato, ele era um adversário que só um oponente de grandeza ainda maior poderia superar, valorizando ainda mais a vitória romana.

Contudo, ao atacar Roma, Políbio relata que Aníbal agiu pelo ódio que sentia pelos romanos, pois estava envolto de uma violenta raiva e, ao usar essa raiva de pretexto para iniciar uma guerra contra os romanos, comportou-se injustamente:

Em resumo, estava cheio de fúria violenta e irracional: não mencionou as verdadeiras causas, mas refugiou-se em pretextos ilógicos, como costumam fazer aqueles que têm o dever em pouca consideração devido a impulsos preconcebidos. [...]. Mas nesse momento, silenciando-se sobre a verdadeira causa e forjando um inexistente motivo aos saguntinos, parecia iniciar a guerra de modo não somente ilógico como, sobretudo, injusto (POLÍBIO, III. 15. 9-11).

Ao salientar que Aníbal não mencionava as verdadeiras causas, usava pretextos ilógicos, forjava motivos inexistentes e agia de maneira irracional, Políbio deixa claro que não acreditava em outro motivo para a Segunda Guerra Púnica que não fosse a vontade de uma revanche por parte do general cartaginês. Para o autor, os verdadeiros motivos de Aníbal em nada tinham haver com a proteção dos saguntinos contra as supostas arbitrariedades romanas. Para ele, Aníbal almejava cumprir o juramento que havia sido feito ao seu falecido pai.

Já a vitória romana só havia sido possível diante da lealdade e comprometimento de seu exército. Segundo Políbio, assim como havia acontecido na Primeira Guerra Púnica, os guerreiros romanos e os generais que os comandavam eram homens de valores morais e virtuosos. Nesse ponto, temos um momento importante para a identificação do cidadão romano com a guerra, na medida em que ser um guerreiro era também ser virtuoso.

Como consequência da Segunda Guerra Púnica e da derrota de Cartago, Roma se tornou senhora do Mediterrâneo, cujo mar foi, desde o primeiro confronto, apelidado de *Mare Nostrum*. Os territórios conquistados ficaram sob seu poder ao longo de séculos e, para a História, essa guerra se converteu em uma das mais memoráveis batalhas ocorridas no Ocidente. Sobre esse segundo conflito, faz-se necessário pensar na quantidade de soldados que foram mortos. Pensando nesse aspecto, Silva (2010) reflete que:

Entre 225 e 204 ou 203 a.C. houve um declínio significativo desta população, consequência da matança derivada do conflito contra Aníbal. Após esse período, a população tornou a crescer em taxas variadas, de forma que, no total, entre 225 e 228 a.C., a população livre na península aumentou de cerca de 4,5 para 12 milhões

2.5 A terceira Guerra Púnica: *Delenda est Carthago* (149-146 a.C.)

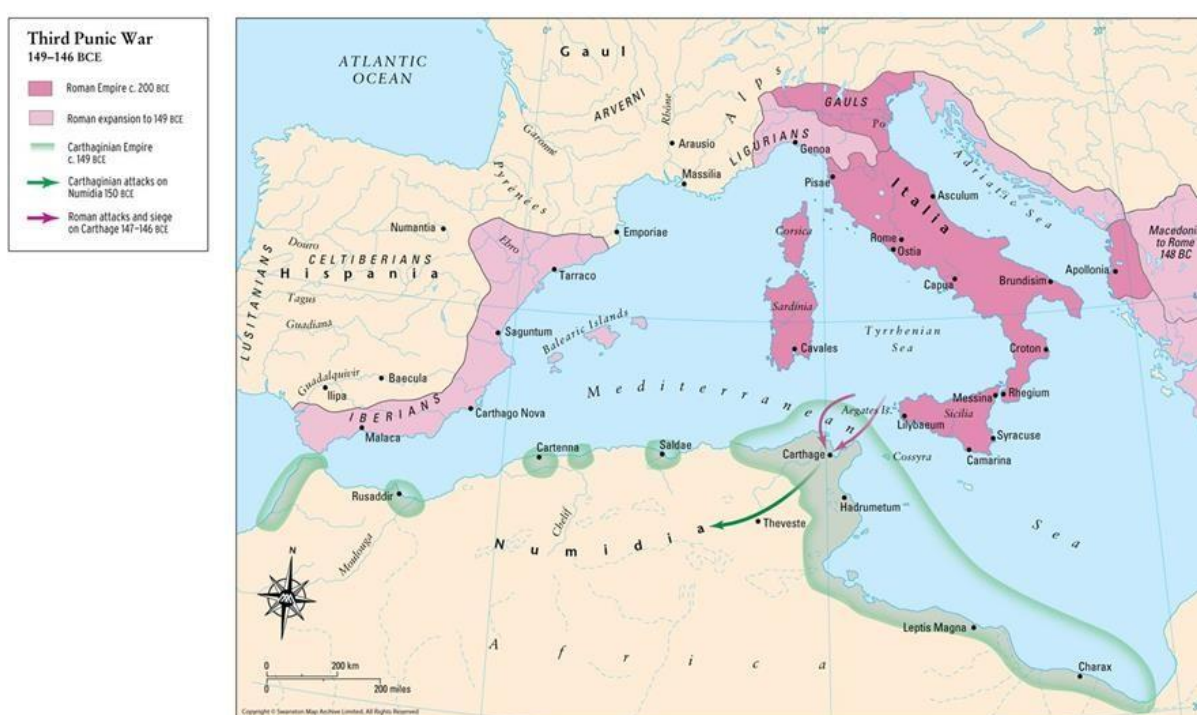
A terceira Guerra Púnica foi a última fase das Guerras Púnicas, o desfecho de um longo período de conflitos que opôs romanos e cartagineses. Cartago se encontrava desestabilizada politicamente, com poucas possibilidades de comercializar no Mediterrâneo ou criar rotas comerciais sem o aval de Roma. Após o fim da Segunda Guerra Púnica, as restrições impostas aos cartagineses pelos romanos mais que dobrou, indo para dez mil talentos e com a proibição de investir no exército. Desse modo, os cartagineses passaram a centralizar seus esforços nas atividades agrícolas. Para a surpresa romana, os produtos dos campos cartagineses logo começaram a rivalizar com as mercadorias romanas (GOLDSWORTHY, 2009, p. 308; SLIM.; FAUQUÉ, 2001, p. 44). Nesse instante, Políbio salienta que os romanos perceberam que Cartago estava voltando a prosperar e a temeram.

Além disso, passados dez anos do final da Segunda Guerra Púnica, os cartagineses já podiam pagar a indenização de dez mil talentos, divididos em prestações anuais de duzentos talentos, resultando em cinquenta anos de dívida. Porém, Roma rejeitou o pagamento, preferindo manter por cinquenta anos na memória dos cartagineses a lembrança da amarga derrota (POLÍBIO, XV. 18.1-8). Essa reviravolta comercial cartaginesa acabou encontrando um inimigo poderoso no senado romano. Marcus Cato ou Catão, o velho, que lutou na Segunda Guerra Púnica, era crítico ao renascimento cartaginês e alertava para o perigo que Roma corria caso não colocasse um fim definitivo a Cartago. Nesse período, é atribuída a ele a famosa frase: “*Delenda est Carthago!*”, que, em tradução livre, significa: “Cartago precisa ser destruída” (MORLEY 2010, p. 14).

O discurso de Catão foi absorvido pela aristocracia senatorial romana, que via em Cartago mais uma possibilidade de se obter territórios. Para o filósofo grego Plutarco (*P, Emílio*, XV), naquela conjuntura, Catão havia sido a expressão da vontade da grande maioria dos romanos. Como havia um acordo de paz estabelecido entre Roma e Cartago, o governo romano não podia agir de forma direta, então utilizaram os númidas, recém-aliados dos romanos, para invadir o território sob o domínio cartaginês. Apesar de enviar um pedido de defesa ao senado romano, Cartago teve seu pedido negado, não restando aos cartagineses solução a não ser contra-atacar.

Há muito os romanos tinham se decidido a fazer a guerra contra Cartago, mas esperavam uma oportunidade e um pretexto que demonstrassem aos povos estrangeiros que sua causa era justa. Na ocasião, as discussões sobre ir ou não à guerra, devido aos efeitos na opinião de outros Estados, quase os fez desistir (POLÍBIO, XXXVI, 2.1-4).

Ao travar um combate com os númidas, Roma tinha a desculpa perfeita para voltar a provocar militarmente Cartago. A seguir, temos um mapa de como estavam definidos os territórios antes do início da terceira Guerra Púnica. Nele também podemos observar o ataque dos cartagineses ao território da Numídia no ano de 150 a.C., a retaliação romana em 147 a.C. e o último ato da guerra, o cerco a 146 a.C.:



MAPA 6. Third Punic War 149-146 BCE. Site "The Map Archive". Em: <<https://www.themaparchive.com/product/third-punic-war-149146-bce/>> Acesso em: 31/08/2020.

Com a retaliação aos númidas, o tratado de paz que havia sido assinado entre Roma e Cartago no fim da Segunda Guerra Púnica foi revogado e, novamente, a guerra declarada guerra contra os cartagineses. Apesar de Cartago ter enviado uma comissão à embaixada de Roma desejosa de um novo pacto de paz, os termos não foram aceitos, pois os romanos pediam que: os cartagineses se redessem; entregassem suas armas; dessem suas crianças como reféns e que saíssem da cidade, reassentando-se 10 milhas ao interior. Assim, sob a liderança de Cipião Emiliano e com Políbio como testemunha ocular, após três anos de resistência, Cartago foi inteiramente arrasada. A cidade foi incendiada por seis dias, suas edificações

foram derrubadas, seu ouro, prata e oferendas saqueadas. Conforme conta a lenda, suas terras foram cobertas de sal⁴⁰ para impedir que a produção agrícola retornasse e, por último, os romanos destruíram armas e navios cartagineses (GOLDSWORTHY, 2009, p. 331). Roma havia destruído física e politicamente os cartagineses, de modo que muito da história e das características desse povo foram perdidas com eles. Cartago não mais se reergueria das cinzas.

Consequentemente, os territórios de Cartago passaram a pertencer em sua maioria a Roma, sendo uma parte entregue aos númidas e, com isso, as memoráveis Guerras Púnicas foram finalizadas. Em desespero, muitos cartagineses se suicidaram em grupo, poucos foram os sobreviventes da cidade e estes, ao serem levados a Roma, se tornaram escravos. Com o aumento do número de escravos em Roma, oriundos de Cartago, os plebeus acabaram perdendo espaço nas plantações, o que gerou um grande desemprego dentro dessa ordem social e, mais tarde, ocasionou uma crise (HARRIS, 1979, p. 60).

Cipião Emiliano foi o grande general dessa última vitória romana e algoz de Cartago. Para Políbio, sem sua inteligência, perícia em combate e sensibilidade frente ao oponente, não teria sido possível adentrar as fortes muralhas que cercavam a cidade de Cartago. Nesse momento de seu relato, Políbio deixa claro as virtudes de seu pupilo, ao demonstrar que, em circunstância nenhuma, Cipião Emiliano se mostrou feliz com o que estava ocorrendo com Cartago, pelo contrário, o pensamento do general sai do senso comum e da euforia que podia representar esse feito aos romanos. Ao ver Cartago em chamas, Cipião Emiliano temeu que o mesmo acontecesse a Roma. Na opinião de Políbio, para ele, estava claro que as grandes forças de seu tempo eram efêmeras, como castelos de areia, que, a qualquer momento, um vento mais forte poderia derrubar. Dessa forma, Políbio (XXXVIII. 22. 1-3) descreve que, nesse momento, Cipião Emiliano se emocionou diante de tal constatação.

Após a anexação do território cartaginês, o general romano providenciou que fosse feita a escavação de uma fossa, a *fossa regia*, com o propósito de marcar os limites daquele território que tinha acabado de se tornar uma província romana. Essa ação impediu que os povos vizinhos se apoderassem da região. Além disso, foram feitas marcações para fragmentar o terreno em lotes que seriam distribuídos aos colonos oriundos da península

40 Sobre a cidade de Cartago ter tido o solo salgado para que este se tornasse improdutivo, não há comprovações arqueológicas e, devido ao valor do sal na Antiguidade, acredita-se que essa ação não tenha ocorrido. Além disso, após a anexação da cidade pelos romanos, o território cartaginês foi declarado como *ager publicus populi romani*, ou seja, domínio público de Roma e tudo o que fosse produzido naquelas terras pertencia aos romanos. Desse modo, não teria sido vantajoso aos romanos esterilizar a terra, deixando-a inutilizável (SLIM; FAUQUÉ, 2001, p. 99).

itálica e, aos antigos proprietários, foi concedido que pudessem trabalhar nas terras como arrendatários. A divisão era chamada de centúria quadrada, possuía 710 m², compondo, no total, 50 hectares. Os historiadores e arqueólogos Hédi Slim e Nicolas Fauqué relatam que essa centurição feita para apropriação do terreno pelo vencedor deixou marcas tão profundas no solo, que mesmo após vinte séculos de ocupação do local por diversas sociedades, estas não apagaram as demarcações e elas ainda são visíveis nos dias de hoje (SLIM; FAUQUÉ, 2001, p. 100).

3 Os generais de Políbio e o *Mos Maiorum*: Aníbal e Cipião Emiliano

3.1 Os romanos e cartagineses: os senhores do mundo

Comentamos, nos capítulos anteriores como o evento das Guerras Púnicas alteraram as interações políticas romanas e cartaginesas no mundo antigo. Foi possível observar a reconfiguração das relações de Roma e Cartago com os povos do Mediterrâneo, nas quais aliados se tornavam inimigos conforme o resultado das batalhas e dos interesses de seus líderes. Com as tensões entre as duas maiores forças política e bélica da região, os povos ao redor alternavam a predileção entre Cartago e Roma. Em vista disso, Políbio afirma que, a partir de 217 a.C.⁴¹, “os olhos de todos estavam voltados para os assuntos da Península Itálica” (V. 105.5):

Pois os descontentes com Filipe e os que discordavam de Átalo não mais se voltavam para Antíoco, Ptolomeu, nem para o sul, nem para o Oriente⁴²; alguns mandavam embaixadas aos cartagineses, outros, aos romanos, assim como os romanos aos gregos, receosos da audácia de Filipe e se antecipando, para que ele não tirasse proveito da situação em que estavam (POLÍBIO, V. 105. 7-8).

Nessa passagem, Políbio cita os governantes dos povos helenizados que estavam em conflito. Se, antes, eles buscavam respaldo em Antíoco III e Ptolomeu IV Filopátor, agora se voltavam para as embaixadas de Cartago e Roma para fazer alianças. Esse comportamento se dava porque os Estados helenizados compreendiam que quem vencesse as Guerras Púnicas poderia ter como seu próximo objetivo conquistar domínios gregos e, assim, teciam estratégias para se aliar a quem lhes fosse mais vantajoso (GRIMAL, 1970, p. 190-191). Átalo II, rei de Pérgamo, por exemplo, após negociações, tornou-se aliado dos romanos. Na citação, ao mesmo tempo, Políbio relata que os romanos também permaneciam atentos aos movimentos de Filipe V da Macedônia, que, aos poucos, vinha conquistando cidades gregas e poderia vir a entrar em disputa geográfica com Roma. Em vista disso, segundo Políbio, o etólio Agelau de Naupato⁴³, ao analisar as circunstâncias da guerra entre Cartago e Roma, concluiu:

41 Como Políbio usava a contagem cronológica das Olimpíadas, o autor se refere no texto ao verão do ano de 217 a.C. como sendo o terceiro ano da 140ª Olimpíada (POLÍBIO, V. 105. 3.).

42 Na passagem, Políbio utiliza as coordenadas geográficas sul e Oriente para representar Antíoco III e Ptolomeu IV Filopátor, cujo reinos eram localizados ao Oriente (reino Selêucida, que era parte da Ásia Menor, e do Oriente, próximo até a Pérsia) e sul da Itália (principalmente a região do Egito).

43 Agelau de Naupato foi um dos líderes da Liga grega da Etólia que cuidaram do acordo de paz entre a Macedônia e a Liga. Políbio não traz informações adicionais sobre esse personagem e não encontramos outras referências sobre esse líder grego. (POLÍBIO, V. 104. 7).

Pensava que, ao menos no momento, deviam entrar em acordo e vigiar, caso antessem a força dos exércitos e a magnitude da guerra travada no Ocidente: pois já era óbvio, para qualquer um ora minimamente atento à situação geral, que, se os cartagineses vencessem os romanos ou os romanos aos cartagineses, era plausível que de modo algum os vencedores restringiriam seus domínios aos itálicos e siceliotas, mas chegariam ao ponto de estender suas empreitadas e exércitos para além do devido (POLÍBIO, V. 104.2-3).

Devido a isso, Agelau acreditava que Filipe V deveria desistir de lutar contra a liga grega da Etólia, bem como com o reino de Pérgamo, e parar suas investidas na cidade grega de Apolônia, um protetorado romano localizado na região da Ilíria, pois a instabilidade que os conflitos geravam convertiam a liga e as cidades gregas em presas fáceis para a posterior conquista romana (GRIMAL, 1970, p. 193-194). No entanto, para Agelau, o território da Macedônia também estava sujeito a ser conquistado pelo vitorioso das Guerras Púnicas. Desse modo, seria mais sábio ao rei macedônico preservar suas forças, aliar-se aos povos gregos para que, quando estivesse fortalecido, pudesse conquistar a supremacia na região, se assim fosse de seu interesse. Assim, Políbio descreve que Agelau recomendou que:

Caso [Filipe V] ansiasse por entrar em ação, pensava que deveria olhar para o Ocidente e prestar atenção às guerras que se travavam na Itália e, preservando-se com sensatez, tentasse disputar o domínio global no momento oportuno. [...]. Exortava-o a suspender e aplacar as próprias divergências contra os gregos e os inimigos, preocupando-se apenas com aquela questão, a fim de que tivesse poder para, quando desejasse, firmar paz ou guerra contra aqueles (POLÍBIO, V. 104. 7-9).

Dessa forma, as cidades-estados da região do Mediterrâneo Ocidental estavam em alerta e examinavam, a partir de suas propensões, onde deveriam depositar sua lealdade, se em direção às forças cartaginesas ou às romanas. Conforme as vitórias iam ocorrendo ao longo dos 50 anos das Guerras, as posições iam sendo tomadas e alteradas nas esferas geopolíticas da região. Em 215 a.C., foi a vez da Macedônia tomar sua posição no enfrentamento entre Roma e Cartago. Como em 216 a.C. o general Aníbal havia vencido os romanos em solo italiano, na Batalha de *Cannae*, em uma manobra nunca vista antes e de grande perplexidade para os povos da época, a vitória cartaginesa teve peso na tomada de decisão do Rei macedônico e esse então optou por lutar ao lado de Cartago. É claro que o fato de Cartago estar localizada ao norte da África e, portanto, distante da sua área de disputa territorial, foi um importante fator a ser levado em consideração. Por consequência disso, em 215 a.C., os embaixadores macedônicos fizeram um tratado com os cartagineses (CRAWFORD, 1992, p. 66). Esse tratado foi transcrito por Políbio (VII, 9. 1-17) nos fragmentos do sétimo livro das

Histórias.

Também em 215 a.C., a cidade de Siracusa que, desde a Primeira Guerra Púnica, havia se tornado uma província sob domínio romano, firmou na Península Itálica uma aliança com Cartago. Ao ficarem sabendo que um acordo estava sendo articulado entre siracusanos e cartagineses, os romanos encaminharam duas embaixadas para a corte de Siracusa para que o então rei, Hierônimo, confirmasse seu compromisso com eles. Hierônimo era neto de Hierão II, que era o rei vigente na época em que o acordo havia sido firmado entre Roma e Siracusa ao término da Primeira Guerra Púnica. A confiança de que os cartagineses derrotariam os romanos era tão certa aos siracusanos, que Políbio descreve que o rei Hierônimo teria debochado dos embaixadores romanos durante sua primeira visita à corte:

O pretor romano em comando em Lilibeu, ao saber desses procedimentos, enviou emissários a Hierônimo para renovar o tratado feito com seus ancestrais. Hierônimo, na presença desta embaixada, disse que simpatizava com os romanos por terem sido exterminados pelos cartagineses nas batalhas na Itália. Um embaixador, embora espantado com sua falta de tato, perguntou quem disse isso sobre eles, então Hierônimo apontou aos cartagineses presentes e ordenou-lhes que os refutassem se a história fosse falsa. Eles disseram que não era hábito de seus conterrâneos aceitar a palavra de seus inimigos e imploraram que ele não fizesse nada contrário ao tratado – pois isso seria justo e o melhor para si. Hierônimo disse que o faria, que consideraria a questão e os informaria posteriormente; mas perguntou-lhes por que, antes da morte do avô, eles navegaram até Pachino⁴⁴ com cinquenta navios e depois voltaram. Pois, de fato, os romanos, pouco tempo antes, ouvindo que Hierão havia morrido, e temerosos de que as pessoas em Siracusa, desprezando os tenros anos do herdeiro que ele havia deixado, mudassem o apoio do governo aos romanos (POLÍBIO, VII, 3.4-8).

Segundo a narrativa de Políbio, após ouvir os argumentos dos embaixadores, o rei Hierônimo respondeu que pretendia manter seu governo voltado para as suas expectativas com relação a Cartago. Em seguida, o rei enviou representantes a Cartago para negociar com Aníbal o domínio sobre a Sicília. Sobre a segunda visita feita pela embaixada romana a Hierônimo, o autor comenta que, além de rejeitar as propostas romanas, o rei se certificou de ofendê-los gravemente e de perder a relação de cordialidade com o governo de Roma. Ao narrar esse episódio, Políbio salienta que o temperamento do rei siracusano era instável e, que apesar de que apenas alguns de seus conselheiros acharem vantajoso estabelecer uma aliança com Cartago, enquanto que a maioria apontava para a direção oposta, Hierônimo agia conforme seu desejo:

⁴⁴ Cidade pertencente à província de Siracusa, na região da Sicília.

Ele cometeu um erro tão fatal que se certificou de que não só perderia as boas graças dos romanos, mas também os ofenderia gravemente. Ele disse que respeitaria o tratado se eles lhe devolvessem todo o ouro que haviam recebido de seu avô Hierão; em seguida, se eles devolvessem o milho e outros presentes que haviam recebido dele durante todo o seu reinado; e em terceiro lugar, se eles reconhecessem que todas as regiões e cidades a leste do rio Himéras pertenciam a Siracusa. Foi nesses termos que os enviados e o conselho se separaram. Hierônimo desse momento em diante fez preparativos ativos para a guerra, reunindo e armando suas forças e preparando seus outros suprimentos (POLÍBIO, VII, 5.1-8).

Assim, ambas as embaixadas, romana e cartaginesa, passam a receber peças do xadrez geopolítico do Mediterrâneo que se desenhava. Podemos perceber que as regiões de influência e apoio eram fragmentadas e, nesse primeiro momento em que iniciavam os embates da Segunda Guerra Púnica, essas regiões depositavam sua confiança com base no que haviam sido informados sobre os feitos de Aníbal. Consequentemente, nesse momento, a balança de forças políticas pesava para o lado cartagineses. Porém, ela não demorou a pender a favor de Roma, após a Batalha de Zama, na qual temos o sucesso do general romano Cipião, o Africano, em sua empreitada de lutar com Aníbal em solo africano. Tal como ocorreu com a fidelidade da Numídia, cuja cavalaria havia lutado ao lado de Aníbal na Batalha de *Cannae*, pois esse general recebia o apoio do rei Gala, o então rei durante esse embate. Contudo, com a morte de Gala, em 206 a.C. e a disputa entre seus filhos para a sucessão do trono da Numídia, Sífax se tornou o líder da região e, após um acordo com Cipião, o Africano, passou a lutar ao lado dos romanos e foi peça fundamental para que Roma conquistasse a vitória em Zama.

Essa troca de lados durante as Guerras não ocorreu somente no caso númida. O próprio avô de Hierônimo, Heirão II, havia se aliado primeiramente aos cartagineses. Porém, quando Cartago foi derrotada na Primeira Guerra Púnica, o antigo rei, que não podia mais contar com a proteção cartaginesa, teve que se submeter ao controle de Roma. Podemos observar que as relações políticas e geográficas na conjuntura daquela época eram ditadas pelos acontecimentos das Guerras Púnicas, bem como pelas ações de Roma e de Cartago em meio a tratados e acordos. As alterações nas alianças e nos territórios que ocorreram nesse período do século II a.C. serão significativas a ponto de transformar reinos em províncias, de extinguir povos poderosos da região, de pôr fim acordos antigos e sistemas estabelecidos, como foi o caso do sistema helenístico. Não por acaso, podemos concluir que, durante os anos em que se seguiram as Guerras Púnicas, romanos e cartagineses eram senhores do mundo antigo situado na bacia do Mediterrâneo.

3.2 Aníbal Barca e suas representações

Para compreendemos melhor as representações que foram feitas de Aníbal, vamos voltar no tempo e refletir sobre a vida e o contexto em que esse personagem histórico estava inserido. Aníbal nasceu em uma proeminente família cartaginesa, em 247 a.C., época em que estava chegando ao fim o maior conflito em que seu povo já se envolvera, a Primeira Guerra Púnica, na qual seu pai, Amílcar, era o general responsável por comandar a ofensiva contra Roma. Amílcar havia conduzido importantes batalhas em sua campanha na Sicília e, ao vencer um ataque de uma frota naval romana na costa italiana, tinha ganhado o apelido de Barca, devido a sua habilidade no mar. A partir de então, o apelido foi adotado por seus descendentes e se tornou um codinome da família. Sobre a mãe de Aníbal, nada se sabe, somente que ela poderia ter sido uma estrangeira, uma vez que a aristocracia de Cartago se casava frequentemente com os povos vizinhos, aspirando a novas alianças (HOYOS, 2008, p. 9-10).

A derrota dos cartagineses para os romanos e as penalidades que sofreram ocasionaram tensões dentro do exército de mercenários que havia lutado ao seu lado e exigia pagamento. Foi Amílcar que conseguiu apaziguar os ânimos na revolta dos mercenários, como mencionamos no capítulo anterior (POLÍBIO, I. 66.1-88.7). A partir dessa conquista, conseguiu o apoio da população e se tornou o chefe do exército cartaginês, fortalecendo-o ainda mais. Foi nesse momento que Amílcar decidiu por fazer uma campanha militar na Hispânia e levar consigo Aníbal, ainda criança, para aprender as estratégias de guerra e outras habilidades militares. Para Políbio, o que o pai queria era deixar o filho como seu sucessor na guerra contra Roma:

Da guerra entre os romanos e cartagineses – nesse ponto fizemos uma digressão – deve-se considerar como primeiro causante o rancor de Amílcar cognominado Barca, pai legítimo de Aníbal. Psicologicamente invicto na guerra pela Sicília, convicto de que havia conservado intacto o exército de Érix, com o mesmo ardor em que ele próprio se encontrava, e que havia concluído o tratado apenas devido à derrota cartaginesa na batalha naval, cedendo às circunstâncias, permanecia encolerizado, sempre espreitando para atacar (POLÍBIO, III. 9.6-9).

Devido a isso, não somente Aníbal, mas seus dois irmãos mais novos Asdrúbal e Mago, também lutaram na Segunda Guerra Púnica, como tenentes do irmão. Antes do início da Segunda Guerra Púnica, Aníbal teria se casado com uma mulher ibérica. Não há registro de que tenha tido um filho, o que leva a crer que, em caso tenha tido, o filho teria morrido ainda

criança (HOYOS, 2008, p. 11). Sobre a aparência física de Aníbal, não temos muitas informações, uma vez que os historiadores desse período não o descreveram com riqueza de detalhes físicos. O que temos de sua imagem são moedas, estátuas e pinturas de períodos posteriores, que buscam interpretar como seria esse general. Às vezes, o encontramos montado em um elefante e usando peles de animais como parte de suas vestimentas, lhe dando ares de um homem selvagem. Em outras representações, ele é exibido paramentado com armadura próxima do estilo romano. Há representações em que o vemos com um tapa-olho, em referência à infecção ocular que teve, após atravessar um pântano durante sua viagem na Península Itálica, em função da qual quase perdera a visão (POLÍBIO, III. 15). A tonalidade de sua pele também muda conforme a interpretação da época, como podemos observar nas duas imagens a seguir, uma do pintor Francisco de Goya, feita entre 1770 e 1771, na qual retratou Aníbal no termino de sua missão nos Alpes; e outra de Jacopo Ripanda, um afresco feito em 1510, simbolizando o mesmo momento. Podemos perceber a diferença de vestimentas nas representações e, além disso, no quadro de Goya, há a presença de deuses e seres mitológicos que teriam o acompanhado na jornada, elementos que não são encontrados no afresco de Ripanda. Outro contraponto das imagens é o tom vitorioso da imagem de Goya e as dificuldades que são apresentadas por Ripanda, que retratou a fadiga de alguns soldados, com sua grande diversidade de origens, e o olho ferido de Aníbal.



FIGURA 8 - GOYA, Francisco de. Aníbal vitorioso contemplando pela primeira vez a Itália pelos Alpes. óleo sobre tela, 1771. Fonte: J. Sureda, ed., *Goya e Italia*, catálogo da exposição, Saragossa 2008, vol. II, pp. 255-256, cat. não. 191, reproduzido em cores vol. I, fig. 191



FIGURA 9 - RIPANDA, Jacopo. *Hannibal in Italy*. Sala di Annibale, Palazzo dei Conservatori, Museu Capitolini. Roma, 1510.

Sobre a empreitada de Aníbal na cadeia montanhosa que conhecemos na contemporaneidade como Alpes Pireneus, Políbio escreveu:

Aníbal não é como descrevem; antes, agiu nessa empreitada de modo muito pragmático. A excelência dos territórios em que planejou adentrar, e a aversão das multidões pelos romanos, ele examinara claramente, servindo-se de guias e acompanhantes nativos, futuramente partícipes de suas próprias expectativas, nos percalços do caminho. Falamos coisas com toda segurança porque investigamos tais ações e junto a homens que delas tomaram parte à época, e inspecionamos os locais e marchamos nós mesmos por entre os Alpes, a fim de conhecer e observar (POLÍBIO, III. 48.10-12).

Nessa passagem do terceiro livro das *Histórias*, o autor está criticando os que escreviam sobre a empreitada de Aníbal ter sido realizada graças a um deus ou a um herói que o teria guiado pelos terrenos acidentados, apontando-lhe o caminho e o trouxe ao seu destino. Para Políbio, apegar-se à ideia de heróis ou de divindades intervindo nos assuntos mundanos, como faziam os tragediógrafos e alguns autores de seu tempo, era algo inaceitável. Em seu pensamento, recorrer a esse tipo de artifício era um meio para justificar histórias falsas e absurdas e que, portanto, devia ser combatido, dando espaço à racionalização dos fatos e ao pragmatismo (POLÍBIO, III. 48. 8-10). Contudo, esse trecho da obra nos faz refletir sobre qual era a imagem de Aníbal perante os autores de sua época. Por que sua missão nos Alpes

foi posta por alguns como algo mistificado ou ordenado por algum deus? Teria sido sorte seu sucesso ou fruto de uma mente audaciosa e perspicaz?

Sem dúvida, Aníbal é a figura mais aclamada quando o assunto são as Guerras Púnicas. Sua fama à frente do exército transcendeu eras, com suas táticas sendo colocadas em prática até a contemporaneidade. Tido como o pesadelo de Roma, Aníbal é o personagem principal de documentários sobre o período, está presente em videogames e filmes, sempre qualificado como um dos melhores estrategistas militares de todos os tempos, mas também ligado a uma imagem de um homem sanguinário e cruel.

Muito da imagem de Aníbal que chegou aos nossos dias é oriunda da construção que Políbio fez desse guerreiro e de como ela foi usada pelos autores da Antiguidade, posteriores a ele. Tito Lívio (XXX. 37) e Políbio narram a cupidez de Aníbal ao agredir fisicamente um senador que apresentava uma opinião contrária a dele sobre as diretrizes do acordo de paz que estava sendo estabelecido no fechamento da Segunda Guerra Púnica, arrastando-o de uma tribuna:

Esta foi a comunicação que Cipião fez aos embaixadores e, depois de falar com ele, eles [os embaixadores] não perderam tempo em transmiti-la aos seus conterrâneos em Cartago. Nesta ocasião, é dito que quando um dos senadores estava prestes a se opor à aceitação dos termos e estava começando a falar, Aníbal se adiantou e puxou-o para baixo da tribuna. Os outros membros indignaram-se com ele por tal violação do uso da casa (POLÍBIO, XV. 18.3-19.3).

No entanto, posteriormente, o general teria retornado ao senado para se desculpar pelo ocorrido. Em sua defesa, Lívio narra que Aníbal havia dito que não possuía os traquejos da política, pois havia passado a vida toda no campo de batalha defendendo seu povo, por isso, pediu desculpas pela sua conduta. Mas, para esse autor, o comportamento do general não era oriundo do endurecimento dos anos guerras, e sim um traço intrínseco do povo cartaginês. Em todo caso, para ele, Aníbal conseguia ser ainda pior do que esperado. Nas palavras de Lívio (XXI, 4.): “ele possuía uma crueldade desumana, traidor pior do que o normal para um cartaginês, tem desprezo pela verdade e pelo que é sagrado, falta-lhe medo para com os deuses e respeito pelos juramentos e pelas religiões”. Assim, podemos perceber que Aníbal é representado por esse autor como um homem dominado por sua raiva, que age por impulsos, descrição semelhante àquela que é vista nas *Histórias* de Políbio.

Encontramos outros eventos sobre Aníbal também em Valério Máximo, em Cornélio Nepos e até em um historiador romano, Fábio Picto, um autor contemporâneo às Guerras Anibálicas, que escreveu sobre a figura de Aníbal. De acordo com Políbio, esse seria o

primeiro entre os romanos a escrever sobre o enfrentamento entre Roma e Cartago. Fábio havia sido participante e testemunha da “guerra mortal de Aníbal”. Esse autor usou a ameaça que Aníbal faz frente a Roma, assim como fez Políbio, para enaltecer a imagem do povo romano, que derrotou um inimigo tão poderoso. Entretanto, é Políbio que nos fornece diversos episódios nos quais o comportamento de Aníbal é analisado e comentado detalhadamente:

Mas desde o curso dos acontecimentos chamou a atenção o caráter de Aníbal, acho que no momento presente sou chamado a expressar minha opinião a respeito daqueles traços peculiares nele que são o sujeito da maioria das disputas. Alguns o acusam de excessiva crueldade e outros de avareza. Não é fácil afirmar a verdade sobre ele ou em geral sobre homens que estão envolvidos nos negócios públicos. Alguns dizem que a verdadeira natureza de um homem é revelada pelas circunstâncias, a verdade vem a luz pela posse do poder, mesmo que até agora tenha conseguido disfarçá-lo inteiramente, e no de outros vem por fortuna (POLÍBIO, IX. 20. 4-22).

Nesse comentário de Políbio (IX. 26. 11), percebemos que ele não deixa evidente se Aníbal é realmente avarento ou não, porém, mais adiante, o autor escreve: “entre os cartagineses, ele era famoso por seu amor ao dinheiro e entre os romanos por sua crueldade”. Assim, constatamos que provavelmente Políbio acreditava nos boatos sobre esse defeito de Aníbal. A avareza, bem como a crueldade, são ações vistas por Políbio como característica de um homem que não disciplina o seu espírito.

Sobre esse período, também encontramos em Políbio passagens nas quais o lado político de Aníbal é demonstrado. É nessa época, quando tinha vinte anos de idade, que o cartaginês assume o poder de *sufete*, após a morte de seu pai e de seu tio Asdrúbal, que exerceu o cargo por um breve momento. Ao observamos a troca de membros de uma mesma família no posto mais alto de Cartago, entendemos que, apesar do cargo não ser hereditário, nesse momento, a família Barca se encontrava em grande destaque dentro de sua sociedade e fez desse período sua dinastia (HOYOS, 2008, p. 34-35). Podemos observar, além disso, que, apesar da função militar ser um posto diferente do cargo de *sufete*, as funções são complementares e a família se revezava em ambas as funções. Ao assumir o cargo, como comentamos no tópico sobre a Segunda Guerra Púnica, Aníbal o exerce com sucesso, conseguindo reorganizar as finanças de Cartago e se oferecendo para pagar a dívida com Roma mais cedo do que o estipulado pelos romanos. Conforme evidências arqueológicas do período, houve uma importante reestruturação ou a ampliação do imponente porto circular de Cartago, pois há indícios de que seus galpões de armazenagem, até então feitos de madeira,

tenham sido construídos ou reconstruídos em pedra. O porto circular de Cartago⁴⁵ é tido como uma das obras de engenharia mais complexas da Antiguidade. A genialidade por trás de sua estrutura nos confirma o nível de desenvolvimento em aritmética, geometria, física, hidráulica e planejamento urbano que os cartagineses possuíam. Na Antiguidade muito da engenharia civil se fundia com a engenharia militar. O porto circular de Cartago é um exemplo disso. Infelizmente, pouco dessa obra arquitetônica chegou até os dias de hoje (SLIM; FAUQUÉ, 2001, p. 44).



FIGURA 6. O porto circular de Cartago. SILVEIRA, Otávio. História Ilustrada: Cothon. *Revista Aventura na História*, Digital, 17 de janeiro de 2017. Em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/media/uploads/legacy/2017/01/16/cothon.jpg>> Acesso em: 31/08/2020

No entanto, após *Cannae*, quando o cartaginês não conseguiu vencer Cipião, ele tentou entrar novamente na carreira pública, contudo, sofreu acusações de estar tramando planos de se envolver novamente em uma guerra, aliando-se ao rei selêucida, Antíoco III, e, assim, fugiu para o exílio em 190 a.C., na corte do rei Prúsias I, do reino da Bitúnia. Entretanto, a aristocracia cartaginesa requereu junto ao rei da Bitúnia que Aníbal retornasse a

45 A reconstituição da imagem que temos do porto circular de Cartago foi feita com base na descrição de Apiano. Sua construção data por volta do fim do século III a.C. e o início do século II a.C. O porto era dividido por duas bacias, uma retangular e destinada ao comércio, e a outra, circular e exclusivamente reservada para a atividade militar. O porto de comércio tinha a profundidade de 2,5 m, era rodeado por um dique em forma trapezoide, que funcionava com um anteporto. Havia também em sua configuração um dique que protegia a entrada os portos dos ventos fortes oriundos do mar e, além disso, era usado para embarque e desembarque de mercadorias e outras atividades portuárias (SLIM; FAUQUÉ, 2001, p. 44).

Cartago para ser julgado. Quando o rei concordou em entregá-lo, Aníbal teria cometido suicídio por veneno⁴⁶. Neste ponto, temos o contraste de dois homens, o que fora um ousado e destemido general e o que havia se tornado um fugitivo em terras estrangeiras e que tirara a própria vida.

Isto posto, ao analisarmos a vida de Aníbal, percebemos a ausência de valores morais do general que Políbio tinha em alta conta. Este não demonstrava *gravitas*, já que sua característica mais comentada e ressaltada era a falta de autocontrole e as atitudes por impulso. Aníbal mostrava-se, portanto, dominado pelo instinto mais primitivo do ser humano, o da cólera. Como ficou registrado nos eventos que o retratamos nos capítulos desta dissertação e em muitos outros contidos nas obras históricas de Tito Lívio, Valério Máximo, Fábio Pictor, Cícero, Plutarco, Apiano e Estrabão, deixava de lado a razão.

Claramente, Aníbal não possuía *clementia*, uma vez que era famoso pelos massacres que ocorriam em suas batalhas, assim como pela falta de piedade para com os vencidos. Inúmeros generais romanos foram mortos em emboscadas preparadas pelo general. Também era ausente em seu caráter a *fides*, a lealdade para com os seus apoiadores, pois, como vemos na citação a seguir, Aníbal, diante da impossibilidade de subdividir seu exército devido a sua inferioridade numérica, decidiu não proteger as cidades que eram aliadas a ele, abandonou abertamente algumas delas e ainda retirou os equipamentos de guerra de outras, deixando-as vulneráveis. Além da traição por si só, Aníbal também era acusado de deixar que acontecesse brutalidades com esses cidadãos, como foi descrito por Políbio:

Ele foi, portanto, obrigado a abandonar abertamente algumas das cidades e retirar suas guarnições de outras, com medo de que, se transferissem sua lealdade, ele também perdesse seus soldados. Em alguns casos, ele até se permitiu violar os tratados que havia feito, transferindo os habitantes para outras cidades e entregando suas propriedades para saque, causando tamanha ofensa que foi acusado de impiedade e crueldade. Porque, como fato, essas medidas foram acompanhadas de roubo de dinheiro, assassinatos e violência sob qualquer pretexto das mãos tanto da partida quanto da chegada das tropas, todos agindo na suposição de que os cidadãos que foram deixados para trás estavam apenas no ponto de se juntar ao inimigo (POLÍBIO, IX, 26. 2-10).

No século posterior às Guerras Púnicas, o século I a.C., a expressão *fides púnica* se tornou popular no Império romano. Ela era usada com ironia, demonstrava a falta de credibilidade e de confiabilidade em alguém ou em alguma situação. Desse modo, seu sentido

46 A datação da morte de Aníbal usualmente é apresentada como ocorrida em 183 a.C., porém há alguns historiadores, como Bret Mulligan (2015, p. 41), que a colocam um ano depois dessa data (HOYOS, 2008, p. 132).

era pejorativo, longe do significado verdadeiro. O termo fazia emergir o pensamento de uma época com vínculo na representação que foi feita dos cartagineses, ou seja, de um povo sem palavra, que não inspirava lealdade nem possuía boa reputação (STARKS, 1999, p. 257).

No espírito de Aníbal, não era reconhecida a presença de *pietas*, ou seja, o respeito aos deuses, à família e a sua terra, assim como foi observado por Lívio em um de seus trechos sobre o general e que, possivelmente, também poderia estar presente na obra de Políbio, não fosse pelo estado fragmentado em que se encontra. Aníbal não mostrava de algum modo respeitar as religiões ou o seu povo, uma vez que havia invadido *Saguntum*, sem o apoio do senado, que era contrário à sua ação. O general cartaginês havia passado por cima das próprias instituições para fazer sua vontade:

Como Aníbal fosse, desde muito jovem, partícipe e admirador daquela política, e então houvesse recebido o comando da Ibéria, manteve a mesma postura de Asdrúbal na conduta de seus negócios. Por isso, no momento deu ensejo a essa guerra com romanos por opção própria, a despeito da opinião dos cartagineses. Nenhum dos cartagineses notáveis assentiu aos feitos de Aníbal contra a cidade dos saguntinos (POLÍBIO, III. 8. 5-7).

Outra virtude admirada por Políbio era a *humanitas*, pois julgava esta um atributo dos seres mais sábios, que possuíam ponderação e austeridade para não cometer excessos como a luxúria, o alcoolismo, a ganância e a preguiça. Políbio não apresenta nenhuma passagem em que sugira que Aníbal tenha cometido libertinagens ou se entregue ao álcool, apesar de termos referências a outros generais que teriam cometido esses excessos e que haviam sofrido algum tipo de consequência por conta dessa conduta indesejável:

Com o retorno dos botes, o rei Agro ouviu dos comandantes o relato do combate e ficou extremamente feliz por considerar que vencera, como detentores de maior inteligência, os etólios. Entregou-se, então, à bebedeira e a outras diversões semelhantes, e sofreu uma pleurite, por conta da qual faleceu em poucos dias [231 a.C.] (POLÍBIO, II. 4. 6-7).

Embora Aníbal não fosse dado a esses vícios, sabemos por Políbio o seu apego ao dinheiro, como comentamos acima, bem como seu grande apetite para guerras tidas como injustas. Portanto, ele não poderia ser digno de ser descrito como possuidor de *humanitas*, pois, como argumenta Políbio (IV, 8), a alma do homem é multifacetada, assim a faceta do espírito que comete tais abusos também está propensa a cometer outros. Ainda sobre sua personalidade, o autor nos deixa passagens em que mostram Aníbal indeciso e confuso diante de algumas circunstâncias e sendo persuadido pelos seus companheiros, como é o caso da

sugestão do gladiador, Monomachus, sobre um impasse que estava sendo discutido no Conselho quanto ao número de provisões que seriam necessárias para a viagem à Península Itálica. Diante da dificuldade da marcha e de manter as tropas constantemente abastecidas, Políbio narra que Monomachus sugeriu que Aníbal ensinasse aos seus homens a se alimentarem de carne humana:

No momento em que Aníbal pensava em marchar da Espanha para a Itália com seu exército, previa-se que seria muito difícil alimentar as tropas e mantê-las constantemente abastecidas, as dificuldades da marcha parecendo quase insuperáveis devido à distância e ao número e caráter selvagem dos habitantes bárbaros dos países intervenientes. Parece que as dificuldades foram discutidas mais de uma vez no conselho, e que um dos amigos de Aníbal, codnome Monomachus (gladiador), afirmou que apenas um caminho pelo qual seria possível chegar à Itália. Quando Aníbal pediu que ele se explicasse, ele disse que o general deveria ensinar suas tropas a comer carne humana e acostamá-las a isso. Aníbal não tinha nada a dizer contra a ousadia e utilidade dessa sugestão, mas ele não conseguiu persuadir a si mesmo nem a seus amigos a realmente entretê-la (POLÍBIO, IX. 25.1- 26.2).

Políbio não comentou mais nada sobre esse episódio. Mesmo que descrito como sem se opor a tal proposta, Aníbal teria negado a sua aplicação. Contudo, podemos observar pelos escritos de Políbio que ele não a rejeitou de imediato, fazendo-nos crer que pode ter considerado essa possibilidade, o que nos mostra que ele não teria tanta repulsa ao canibalismo. Porém, não podemos afirmar tal hipótese por falta de mais partes da obra narrando o assunto.

Os pontos até aqui abordados por nós trazem desígnios pertencentes ao mais *Mos Maiorum*. A *gravitas*, *clementia*, *fides*, *pietas* e *humanitas*, ausentes em Aníbal, são virtudes preceituadas por Políbio, que correspondem a uma vida moral e cívica correta. Em vista disso, concluímos que, para o autor grego, Aníbal era moralmente inadequado. Entretanto, o caráter de Aníbal não era só feito de imperfeições. O cartaginês possuía virtudes que foram ser relacionadas por Políbio às características de um bom general.

Era inegável que Aníbal tinha o respeito dos seus soldados e que era admirado por eles. Sob seu comando, o exército era considerado como uma força militar que devia ser respeitada e temida. Quando estava no campo de guerra, Aníbal, sem dúvida, possuía honra, prestígio e mérito. Esses atributos faziam parte do conceito de *dignitas*. Desse modo, essas imagens de um general sagaz e ousado e de um esplêndido estrategista atribuídas a Aníbal fazem dele um comandante virtuoso e digno da *virtu* enquanto general. Essas duas características que podemos identificar em Aníbal também são previstas na moral ancestral romana do *Mos Maiorum*.

Em Políbio, fica clara a dualidade do autor entre a personificação de um excelente estrategista, sábio, um líder nato, e a de um homem possuído por seus vícios e pelo rancor a Roma, que ocasionou guerras sem razão, recorrendo a injustiças e a sua extrema violência no campo de batalha. Podemos observar isso quando o autor tece elogios a Aníbal quanto a sua atuação como general, mesmo após a batalha de Zama, sua maior derrota como general: “Aníbal mostrou habilidade incomparável em adotar no momento crítico todas as medidas que estavam em seu poder e que poderiam ser razoavelmente esperadas para ter sucesso” (POLÍBIO, XV. 15. 1-16). Políbio reconhecia a desenvoltura de Aníbal à frente do exército, e fez do cartaginês um oponente grandioso, ou seja, um adversário que somente alguém à altura dos romanos poderia derrotá-lo.

De acordo com Políbio (XV. 15. 4), ao analisar as posturas de Cipião e Aníbal em combate: “são antagonistas formidáveis e dificilmente superáveis”. Esse trecho faz parte de um fragmento do livro XV que narra o fim da Segunda Guerra Púnica. Nele também encontramos a passagem da conversa entre Cipião, o Africano, e Aníbal, a qual é transcrita por Políbio (XV, 4. 12 - 5. 10), de modo a fazer a defesa do povo romano: “os deuses também testemunharam isso ao conceder a vitória não aos agressores injustos, mas àqueles que pagaram em armas para se defender”. Essa citação é mais uma passagem na qual o autor culpabiliza os cartagineses pela guerra. Dessa vez, os deuses são invocados como de forma a legitimar a vitória romana ao serem citados como testemunhas dos acontecimentos entre Cartago e Roma.

Concluimos, assim, que, nas *Histórias*, de Políbio, apesar de encontrarmos virtudes como as da *dignitas* e da *virtus* em Aníbal, ele não era considerado por nosso autor como um homem perfeito, ou seja, detentor de todos os preceitos do *Mos Maiorum*, devido às imperfeições que o homem por trás do general apresentava.

3.3 Cipião Emiliano e a imagem do general virtuoso

Se Políbio fez a construção da imagem de Aníbal o personificando como exímio general, mas moralmente inadequado, ele encontrou o modelo perfeito que continha tanto a moralidade ideal quanto a excelência guerreira em Cipião Emiliano, o romano que deveria servir de exemplo para as gerações futuras.

Públio Cornélio Cipião Emiliano Africanos, conhecido também como Cipião Africano Menor ou somente Cipião Emiliano, nasceu em 185 a.C., de modo que não pôde conhecer, em vida, Aníbal, o general rival de toda sua família, devido a morte deste ter se dado por volta de 183 a.C. Cipião Emiliano era filho natural de Lúcio Emílio Paulo Macedônico e foi adotado por Públio Cornélio Cipião, o filho de Cipião, o Africano, que derrotou Aníbal na Segunda Guerra Púnica. A saúde frágil de Públio Cornélio Cipião o impossibilitou de ter filhos e, após a morte de seu único irmão, também sem herdeiros, a saída foi recorrer à linha de adoção. Do lado materno, era filho de Papíria, que, por sua vez, era filha de Caio Papírio Masão, que havia sido eleito cônsul em 231 a.C.. Cipião Emiliano possuía um irmão mais velho, Quinto Fábio Máximo Emiliano, que foi adotado pela *gens* Fábia, e duas irmãs, respectivamente: Emília Prima, casada com Quinto Élio Tuberão, e Emília Segunda, casada com o filho de Catão, o velho. O próprio Cipião Emiliano era casado com Semprônia, irmã dos irmãos Gracos, sendo sua sogra Cornélia Africana (POLÍBIO, XXXI. 26.). Ao observarmos sua família, podemos perceber que Cipião Emiliano estava no centro das mais poderosas e influentes dinastias da política romana do período republicano. Todos os membros do sexo masculino da família haviam feito o *cursus honorum* e participavam das funções públicas, sendo eleitos para os cargos mais altos da sociedade. A seguir, apresentamos a árvore genealógica contendo, inclusive, as linhas de adoção das *gens* Cornélia Cipião.

Devido à família a que era pertencente, desde muito jovem, Cipião Emiliano foi instruído nas artes da guerra por seu pai e, também, nos conhecimentos necessários para seguir na vida pública. Havia participado de campanhas com seu pai biológico na Macedônia, com 17 anos, e lutou sob seu comando na Batalha de Pidna, que findou a Terceira Guerra Macedônica, em 168 a.C. Foi esse conflito que trouxe Políbio para Roma com outros reféns da Liga Aqueia, em 167 a.C. (WALBANK, 1979, p.504). A partir daí, Políbio passou a ensinar Cipião e seu irmão, Fábio Emiliano, filosofia, retórica e literatura grega, como mencionado anteriormente. Para Políbio, era importante relatar sobre essa família em sua obra:

Agora que o andamento da minha narrativa e a data chamam nossa especial atenção para essa família, desejo satisfazer a curiosidade do leitor de cumprir uma promessa que fiz no livro anterior e não cumpri, e foi nesta que eu contaria como e porque a fama de Cipião em Roma foi tão longe e se tornou brilhante até mais rapidamente do que o desejado (POLÍBIO, XXXI. 22. 7-23. 5).

A partir desse momento, a história de Cipião se funde com a vida de Políbio e das Guerras Púnicas. Com a descrição dos feitos e ações de Cipião Emiliano, podemos observar o

autor construindo a identidade de um romano em sua competência máxima. A essa altura, a anexação romana pela bacia do Mediterrâneo era quase completa e, se, por um lado, as guerras haviam ajudado no fortalecimento de um sentimento de pertencimento de grupos e diferenciação de si em detrimento do inimigo, agora se fazia necessária a fixação da identidade romana. Nada poderia trazer mais à tona a essência do que era ser romano do Cipião Emiliano, fruto das famílias mais antigas e tradicionais de Roma. Ele era o herdeiro de um imenso legado moral e material.

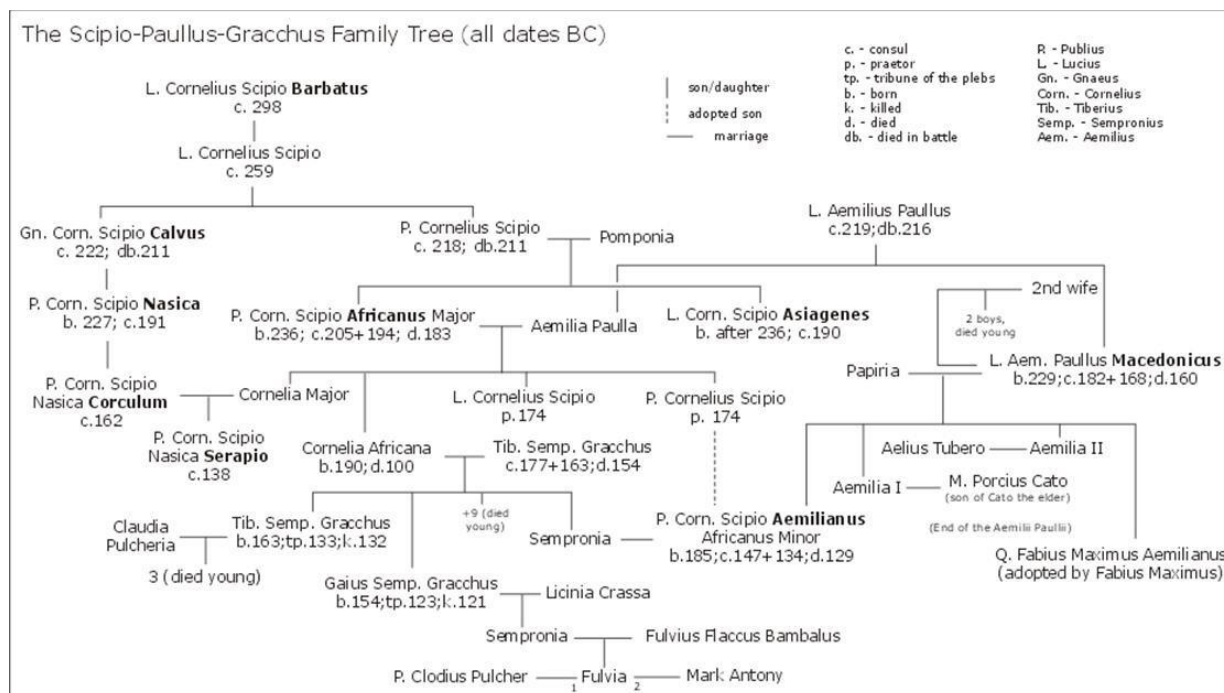


FIGURA 7: Árvore Genealógica da gens romanas Cornélia e Cipião.
GOTTROP, Muriel. *Family tree of the Corneli Scipiones*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008

Assim sendo, Políbio faz uma série de relatos sobre a vida seu pupilo, Cipião Emiliano, em todos os aspectos, dando exemplos de como o cidadão e o guerreiro se comportava diante das situações de adversidades. Cipião é registrado sempre de modo virtuoso e nunca irracional. A primeira virtude que Políbio nos apresenta em relação a Cipião faz referência ao seu trato com a família. O respeito de Cipião por seus familiares era um traço muito forte da personalidade dele, como descreve Políbio.

No livro XXXI, há circunstâncias nas quais Políbio registra a generosidade de Cipião para com seus familiares. Um desses momentos aconteceram diante da morte de sua mãe, cujo funeral foi feito com todo esplendor e pompa a que havia direito. Ao descrever o funeral,

Políbio narra que as mulheres que ali estavam exaltavam os preparativos que haviam sido pensados pelo filho e o admiraram pelo empenho em prestar as últimas homenagens à mãe:

Todas as mulheres que testemunharam se perderam na admiração pela bondade e generosidade de Cipião e, levantando as mãos, rezaram para que todas as bênçãos fossem dele. Tal conduta seria naturalmente admirada em qualquer lugar, mas em Roma era uma maravilha; pois absolutamente ninguém ali dá nada a ninguém se ele puder evitar. Essa então foi a primeira origem de sua reputação de nobreza de caráter, e ela avançou rapidamente, pois as mulheres gostam de falar e depois de começam a falar de algo, nunca mais param (POLÍBIO, XXXI. 26. 6-27. 5).

A ação das mulheres que o admiram e que pedem que os deuses abençoem Cipião, traz à tona o seu prestígio perante essas representantes do povo. Ser um homem admirado, virtuoso na sociedade romana, fazia de Cipião Emiliano portador da virtude da *dignitas*. Esse atributo era destinado também aos magistrados na carreira política, da qual, Cipião faria parte. Um outro exemplo das virtudes de Cipião vem da menção de Políbio à morte de Lúcio Emílio Paulo.

Havia se passado dois anos da morte de seu pai biológico, Emílio Paulo, quando foi aberto o testamento. Emílio Paulo tinha feito de Cipião Emiliano e seu irmão, Fábio, herdeiros de suas propriedades. Segundo Políbio, Cipião mostrou saber agir de maneira nobre e merecedora de menção. Emílio Paulo não tivera outros filhos homens e aqueles que ele manteve para sucedê-lo estavam mortos, então, ele deixou todos os seus bens e riquezas para Cipião e Fábio:

Cipião, sabendo que seu irmão não tinha nada de próspero, entregou-lhe toda a herança, estimada em mais de sessenta talentos, para que Fábio pudesse possuir uma fortuna igual à sua. Isso se tornou amplamente conhecido, deu uma prova ainda mais evidente de sua generosidade. Seu irmão queria dar um show de gladiadores por ocasião do funeral de seu pai, mas não conseguiu arcar com as despesas, que eram muito consideráveis, e Cipião contribuiu com a metade de sua própria fortuna. A despesa total de tal show chega a não menos de trinta talentos se for feito em uma escala generosa (POLÍBIO, XXXI. 27. 14 – 28. 8).

Essa relação de cuidado para com o irmão e de atenção aos ritos fúnebres da mãe são características que contemplam a virtude da *pietas*. De acordo com Políbio, Cipião expressava em suas atitudes o respeito à sua família, ao seu povo e, igualmente, aos deuses. Somente com essas passagens já fica perceptível que o general romano não era ávido pelo dinheiro. Ao contrário disso, Cipião não se mostrava ganancioso e nem mesmo avaro. Se ficasse com a parte que lhe cabia da herança do seu pai, não teria tido um comportamento diferente do justo, afinal, era seu direito. Contudo, Cipião deu um passo além e, ao pensar na vida financeira do

irmão e desejar equidade entre eles, revelava-se altruísta e benfeitor. Além disso, ao contribuir com a sua própria fortuna para fazer o show de gladiadores desejado por Fábio e o velório de sua mãe, podemos constatar que o general romano não era avarento.

Seguindo essa mesma postura relacionada ao uso correto e generoso do dinheiro por Cipião, Políbio ainda narra nas *Histórias* o episódio do pagamento do dote às irmãs de seu pai adotivo. Deveria ser dado vinte e cinco talentos para cada um dos maridos, parcelado em três anos, sendo a primeira parcela paga dentro de 10 meses, como estava previsto na tradição. Porém, Cipião, como bom pagador que era, ordenou ao banqueiro que pagasse valor integral a ser entregue aos maridos quando chegasse o décimo mês. Quando o décimo mês chegou, Tibério Graco e Cipião Nasica, que eram os maridos de suas tias adotivas, foram ao banqueiro receber o terço do dote, como havia sido combinado, mas foram surpreendidos com o valor completo. Políbio, então, relata que Tibério Graco e Cipião Nasica ficaram incrédulos e acharam que havia acontecido algum engano, assim mandaram chamar o jovem Cipião Emiliano para esclarecer sobre o dote, que estava completo.

Quando os dez meses se passaram, Tibério Graco e Cipião Nasica, que eram maridos das senhoras, dirigiram-se ao banqueiro e perguntaram-lhe se tinha recebido ordens de Cipião sobre o dinheiro, e quando o banqueiro lhes pediu que recebessem o soma e compensou para cada um deles uma transferência de vinte e cinco talentos, eles disseram que ele estava errado; pois de acordo com o que era previsto, eles não deveriam receber imediatamente a soma total, mas apenas um terço dela. Porém quando ele lhes disse que essas eram as ordens de Cipião, eles não acreditaram, e foram chamar o jovem, com a impressão de que Cipião havia se equivocado. Isso foi bastante natural da parte deles; pois não só ninguém em Roma pagaria cinquenta talentos três anos antes do vencimento, mas também ninguém pagaria um talento antes do dia designado; tão universal e tão extrema é sua exatidão sobre o dinheiro, bem como sua determinação em lucrar a cada momento do tempo (POLÍBIO, XXXI. 27. 14).

Políbio continua a passagem escrevendo que quando Cipião lhes disse que a quantia estava correta. Os maridos ficaram indignados, pois ele poderia ter usufruído desse dinheiro no momento presente. Como resposta, Cipião somente declarou que tinha plena consciência disso e que fazia como mandava a lei. Sem saber o que responder, os homens foram embora espantados com, nas palavras de Políbio a “magnanimidade de Cipião e envergonhados de suas próprias maldades, embora fossem incomparáveis em Roma” (XXXI. 27. 15-16). Aqui temos novamente comprovações das qualidades que Políbio atribuiu a Cipião e podemos adicionar a ela, também, a virtude da *clementia*, uma vez que Cipião estava preocupado em fazer o que estava previsto na lei romana, era justo e honroso com seus compromissos.

A fama de Cipião pela magnanimidade e afeição familiar estava agora revivida. Tendo assim desde os primeiros anos lançado as suas bases, Púbio Cipião avançou em sua busca por sua reputação de temperança e nobreza de caráter. [...]. Sua reputação para a segunda dessas virtudes foi firmemente estabelecida, e ele não atingiu seu propósito tanto pela grandeza das somas, mas pelas oportunidades que teve e como agiu de maneira graciosa nelas. Sua reputação de temperança não lhe custou nada, mas, ao se abster de muitos e variados prazeres, ele ganhou, além disso, a saúde corporal e o vigor de que desfrutou durante toda a sua vida, e pelos muitos outros prazeres dos quais foi amplamente recompensado por sua abstenção anterior de prazeres comuns (POLÍBIO, XXXI. 28. 8-29. 3).

Nessa citação de Políbio, o autor nos traz informações importantes sobre a reputação de Cipião Emiliano e sobre sua conduta de abstinências. Os traços físicos como o rigor corporal e a saúde eram fatores muito importantes aos gregos, que apreciavam a estética e as formas simétricas do corpo. Como é demonstrado por Garraffoni e Funari (2006, p. 28-29), os autores do período helenístico inauguram uma análise do indivíduo na qual as características físicas são usadas para evidenciar atributos morais, como vícios e virtudes. Desse modo, a beleza ou a feiura, a saúde ou a fragilidade dos corpos, são ressaltadas como legítimas para justificar bons ou maus comportamentos. Assim, ao atribuir aspectos de virtude a um personagem, também era próprio desses autores antigos acrescentarem elementos de beleza e de vitalidade a quem queriam enaltecer. Porém, a beleza do homem virtuoso romano era ponderada, sem que houvesse excessos de cuidados, para que esse não fosse interpretado como afeminado. Do mesmo modo era feito ao se narrar as características dos que eram considerados moralmente corrompidos, dados a vícios, à luxúria, à corrupção, à gula ou tidos como covardes. Os portadores desse comportamento eram retratados como desleixados com os cuidados com a aparência física, feios, debilitados e, às vezes, possuindo alguma imperfeição física, o que nos faz lembrar que Políbio nos informou que Aníbal era quase totalmente cego de um olho, podendo ser esse mais um indício de que o autor o considerava moralmente incorreto.

Pensando nisso, ao narrar sobre a reputação de Cipião Emiliano e as boas escolhas que teria feito, Políbio comenta também sobre sua integridade física, salientando que o jovem era saudável, tinha vivacidade e que assim tinha permanecido pela vida toda. De acordo com o autor, isso era resultado da nobreza de seu caráter, da honra e da reputação de temperança. De fato, não encontramos nos fragmentos das *Histórias*, menção a algum excesso ou a comportamentos inadequados em Cipião. Ele era generoso, altruísta, honrado e um cidadão atento às leis romanas, portanto, um *humanitas* exemplar.

Feita a defesa de Cipião Emiliano como bom cidadão, de excelente ancestralidade e de caráter impecável, fazia-se necessário apresentá-lo com um guerreiro, um homem que também era perspicaz no campo de batalha. A coragem foi a primeira virtude que Políbio deu a Cipião para tratar dos componentes bélicos, já que a covardia era a maior das vergonhas para um romano. Afinal, a virilidade, o destemor e a força eram partes fundamentais da identidade romana. Desde muito cedo, Cipião havia sido preparado pelo pai biológico para lidar com as adversidades da guerra, como comentamos. Além de ter passado por um treinamento rigoroso, Cipião mantinha seus reflexos e a forma física com a caça de animais selvagens nos campos da casa real da Macedônia.

Sobre a atividade da caça, Políbio escreve que, após quatro anos da batalha de Pidna, os campos selvagens da Macedônia estavam repletos de animais. A fim de ajudar a diminuir o excesso de animais, Cipião os caçava em suas horas livres, antes de retornar a Roma (POLÍBIO, XXXI, 29. 4-7). Contudo, não era próprio do jovem romano a caça desmedida. Sobre sua relação com os animais, Políbio argumenta que, ao chegarem aos territórios ao norte da África, depararam-se com leões crucificados e enforcados e que Cipião achou a atitude perversa e cruel. A ação teria sido feita pelo povo da região para afastar leões velhos que, devido a não ter mais forças para caçar outros animais, atacavam os homens. Então, o autor supõe que Cipião Emiliano tinha ressalvas quanto ao abatimento de animais (POLÍBIO, XXXIV. 16. 2-3).

A campanha de Cipião Emiliano ao lado do Emílio Paulo é igualmente levada em consideração para evidenciar o dom natural que o jovem romano dispunha para guerrear. Políbio comprova seu ponto de vista ao narrar a coragem que Cipião tinha nas campanhas militares de que participou. Nesse ponto das *Histórias*, o autor relata que Cipião buscava aprender e desenvolver seus conhecimentos bélicos acompanhando os homens de sua família nas batalhas para as quais eram convocados. Essa era uma conduta que o insere como detentor da *virtus* romana. Cipião era um verdadeiro guerreiro romano:

Restava-lhe ganhar uma reputação de coragem, quase a virtude mais essencial em todos os estados e especialmente em Roma; e para isso o treinamento exigido dele era correspondentemente severo. O acaso, no entanto, também o ajudou nessa determinação. [...]. Desse modo, Cipião estava ocupado em correr atrás de suas façanhas brilhantes e memoráveis. Sendo assim, adquiriu uma reputação mais elevada do qualquer um. Para os outros, não poderíamos dar elogios, exceto por ferir alguns de seus concidadãos (POLÍBIO, XXXI. 29. 8-10).

Políbio conclui o livro XXXI ressaltando mais uma vez coragem e a reputação de Cipião Emiliano. Para o autor, ele havia superado todos os seus contemporâneos em um espaço curto de tempo, igualando seus atos a suas palavras. É interessante perceber nos fragmentos destinados a narrar a personalidade, os atos e comportamentos de Cipião, que o autor descreve as qualidades de seu pupilo sempre mostrando como era a sociedade a sua volta e qual era o contexto em que viviam os jovens em seu entorno. Em vista disso, durante esses relatos, o autor faz críticas aos contemporâneos de Cipião Emiliano, que, em sua opinião, eram jovens descomprometidos com as virtudes romanas. Esses jovens são retratados entregues à bebedeira, à luxúria com outros homens ou indo ao fórum romano apenas com o intuito de procurem desavenças entre eles, ferindo uns aos outros (POLÍBIO, XXXI. 29. 11-12). Desse modo, não eram jovens que Políbio tivesse em alta conta e nem que deviam servir de exemplo para seu povo, devido ao modo como se portavam perante a sociedade.

Conquistou sua reputação universal de coragem, igualando suas ações com suas palavras. De forma que em um curto espaço de tempo ele ultrapassou seus contemporâneos mais do que qualquer outro romano registrou, embora o caminho que ele buscou para obter glória fosse exatamente o oposto daquele seguido por todos os outros, ele seguiu de acordo com o uso e costume romanos (POLÍBIO, XXXI. 29. 11-12).

Como parte de sua conclusão sobre a juventude de Cipião Emiliano, o autor nos revela o porquê que dedicou o livro XXXI para trazer à tona as vivências, comportamento e personalidade desse general romano. Essa é uma parte fundamental para nossa pesquisa, pois o autor demonstra sua intenção de fazer da vida de Cipião um exemplo para todos os indivíduos, não importando a idade, e não somente de Roma, mas também, de outras localidades. Para Políbio, as memórias dos anos de juventude de Cipião seriam agradáveis aos mais velhos e essenciais aos mais jovens, pois traria lições importantes para todos que quisessem aprender com sua história. Novamente, lembramos aqui o didatismo moral presente nos escritos de Políbio. O autor ensina o comportamento de um homem íntegro e perfeito aos seus leitores para que ele lhes servisse de inspiração. Esse intuito era importante para Políbio, porque, como apontou em diferentes momentos de seu discurso, os homens se mostravam moralmente incorretos, corrompidos, sem dar atenção aos preceitos que os faria virtuosos. Com isso, o autor avisa que voltará a falar de Cipião e que seus leitores não devem se surpreender com os eventos que serão contados, por mais extraordinários que pareçam, pois Políbio garante que são verdadeiros.

Falei tanto sobre o desenvolvimento do charme de Cipião em seus anos mais primaveris, em parte porque pensei que a história seria agradável para aqueles com idade avançada e salutar para os jovens, mas principalmente para garantir crédito para todos. Teremos que falar dele nos livros que se seguem, de modo que os leitores não hesitem em aceitar como verdade qualquer coisa em sua vida subsequente que pareça surpreendente, nem privar o próprio homem de crédito de suas realizações meritórias, atribuí-las ao acaso é ignorância da verdadeira causa de cada uma. Houve algumas poucas exceções que podemos atribuir à boa sorte e ao acaso. Após esta longa digressão, retomarei minha narrativa regular (POLÍBIO, XXXI. 30. 1 - 4).

Nesse ponto, novamente tomamos nota de que Políbio tenta diminuir o papel da sorte, do acaso e dos deuses na vida dos personagens que narra, como havia sido feito anteriormente também com Aníbal. Para ele, o sucesso que Cipião Emiliano obteve era mérito próprio, sendo que os deuses, a sorte e o acaso só são chamados à história quando o autor precisa legitimar ou enaltecer ainda mais as ações do general romano.

A partir desse momento, a obra de Políbio passa a ficar mais fragmentada. Além de não possuímos o livro XXXVII, que daria uma continuidade ao relato dos fatos ocorridos na Terceira Guerra Púnica e as ações de Cipião Emiliano, temos apenas pequenos trechos dos demais. No livro XXXIV, temos as memórias de Políbio das viagens que havia feito com Cipião Emiliano pelos caminhos pelos quais Aníbal havia passado. A expedição teve origem quando Cipião se ofereceu como tribuno militar na Segunda Guerra Celtibera, na Hispânia, já que, devido ao medo que os homens do exército se encontravam do Celtas, ninguém queria se candidatar.

Esses eventos são narrados em 151 a.C., quando Lúcio Licínio Lúculo e Aulo Postúmio Albino foram eleitos cônsules. Devido aos boatos espalhados por Quinto Fúlvio Nobilior (cônsul em 153 a.C.), o ex-comandante na Primeira Guerra Celtibera e os soldados da sua legião, de que os celtiberos eram bravos guerreiros e das grandes perdas sofridas pelos romanos, nenhum dos jovens recurtas e nem os oficiais competentes com experiência queriam participar de qualquer batalha com os celtiberos. Políbio relata que um pânico tão grande se apoderou dos jovens, que nunca viu antes e, para evitar se inscreverem para a batalha, inventavam desculpas vergonhosas, o que mostrava que não havia preocupação por partes desses jovens com suas próprias reputações:

Esse acesso de covardia foi tão longe, que nem os oficiais competentes se apresentaram como tribunos militares, mas seus cargos não foram preenchidos, embora anteriormente muitos mais do que o número necessário de oficiais qualificados costumava se candidatar nomeados pelos cônsules, que deveriam acompanhar o general disposto a servir; mas o pior de tudo foi que os rapazes

evitaram a inscrição, encontrando desculpas que eram vergonhosas alegar, impróprio para exame e impossível verificar (XXXV. 3.7 – 4.7).

O Senado e os magistrados ficaram sem ação diante do temor dos jovens soldados e a resolução do caso só acontece quando Cipião Emiliano se voluntariou para o cargo de tribuno militar ou legado⁴⁷ dos cônsules, pois ele estava pronto para ir à guerra em qualquer uma das posições. O jovem havia sido anteriormente chamado para ir à Macedônia resolver disputas domésticas, mas, como entendia que, nesse instante era mais importante encorajar seus companheiros, ele se colocava à disposição para auxiliar nesse impasse. Com essa atitude, Cipião motivara os soldados a fazer o mesmo.

Todos ficaram surpresos com esta oferta devido à juventude de Cipião e sua cautela em geral, e Cipião se tornou muito popular naquele momento e ainda mais nos dias seguintes. Pois aqueles que antes se esquivavam de seu dever, agora envergonhados de serem mostrados pela comparação de sua conduta com a dele, começaram alguns deles a se voluntariar ao posto de legado e os demais a se aglomerar em grupos para alistar-se como soldados (POLÍBIO, XXXV. 4.7-5.2).

Quando Cipião tomou a frente no senado romano e se voluntariou para a Guerra Celtibera, podemos analisar seu comportamento em duas frentes: a liderança e a lealdade do romano. Ao constatar a irresolução pela qual passava o senado, Cipião Emiliano, atento ao seu entorno, agiu de modo a gerenciar a crise e usou a sabedoria para encontrar um meio de atingir seu objetivo. Ele compreendeu que o medo havia se tornado generalizado na medida em que os integrantes mais experientes do exército não acreditavam na vitória ante o inimigo e recuavam. Com isso, os jovens soldados não dispunham de um líder valente para inspirá-los, mas, ao presenciarem a determinação e firmeza de Cipião Emiliano, eles encontram convicção e propósito para se candidatarem. Em vista disso, Cipião, como um homem virtuoso, disciplinado e corajoso, assumiu a responsabilidade de agir em benefício de seu povo e incentivou que os seus companheiros seguissem o seu exemplo. Além disso, o jovem Cipião mostrou submissão e obediência ao se colocar a dispor do cargo de guerra que os cônsules julgassem adequado, uma vez que podia ter continuado em sua missão de liderar os conflitos domésticos da Macedônia. Assim, ele foi leal aos desígnios do *Mos Maiorum* que aprendeu e também leal ao povo romano.

47 Propretor, do latim *propraetor* era uma função dentro do exército romano acima dos tribunos militares. Geralmente, os ocupantes desse cargo eram de origem senatorial, podendo se dividir em duas categorias: legado legionário, para os antigos ocupantes da posição de propretor, e os legados propretor, que eram os anteriormente cônsules e que iriam governar uma província romana (*The Oxford Companion to Classical Literature*, 2011, p.118).

Nessa ocasião, há muitas virtudes de Cipião Emiliano que podemos ressaltar, mas, sobretudo, se destaca a *fides*, devido ao seu espírito de fidelidade. Essa é uma virtude que se estabelece conscientemente. É preciso tomar a decisão de ser leal a algo ou a alguém e estar disposto a prestar auxílio em casos de adversidade, mesmo que não tenha sido solicitado. Assim, Cipião não hesita em demonstrar sua lealdade e se coloca a serviço de Roma, aumentando ainda mais seu prestígio perante o senado e a sociedade.

Sobre a posição que ocupou na Guerra Celtibera, o cônsul Lúcio Licínio Lúculo, o escolheu como tribuno militar. Sua participação na campanha foi tida como singular, destacando-se por sua inteligência, valentia e outras habilidades militares. Após ter conseguido derrotar o líder militar dos celtiberos, foi escolhido como o primeiro a ter a honra de escalar os muros da cidade de Intercatia. Essas informações últimas informação não constam mais nos fragmentos de hoje, porém, Lívio coletou essas informações das *Histórias* de Políbio e as reescreveu em sua própria obra, *História de Roma* e esta sobreviveu até os nossos dias, pelo menos a parte que diz a respeito desse relato (LÍVIO. XXXVI. 8.).

A última virtude pertencente ao *Mos Maiorum* que Políbio ainda não havia nos apresentado em Cipião Emiliano, pelo menos que não estava nos fragmentos que chegam aos nossos dias, é a *gravitas*, ou seja, o autocontrole, o equilíbrio emocional e a paciência diante de situações difíceis. O autor já havia deixado claro que Cipião possuía uma reputação de temperança, porém não havia descrito uma passagem específica em que demonstrasse seu pupilo em alguma circunstância que suscitasse o seu autocontrole. No entanto, há um fragmento de poucas linhas do livro XXXV no qual Políbio narra que Cipião se sentiu compelido a lutar com um bárbaro, mas que, ao mesmo tempo, não sabia se devia fazê-lo. Não sabemos mais detalhes sobre o contexto desse embate, pois o fragmento aparece desconexo do enredo do texto anterior, bem como não se encaixa no episódio que se segue após ele.

Cipião foi atacado ao mesmo tempo por um impulso ávido de enfrentar o bárbaro em combate individual e pela dúvida se ele deveria fazê-lo. [...]. O cavalo de Cipião foi prejudicado pelo golpe, mas não o fez desabar inteiramente, de modo que, ao perder o assento, Cipião caiu de pé (POLÍBIO, XXXV. 5. 2).

Em vista disso, não sabemos o que acontece a seguir, isto é, se Cipião Emiliano acatou o bárbaro após cair do cavalo, nem mesmo se o golpe foi desferido no animal, depois de uma possível atitude do romano, se o contexto se tratava de legítima defesa ou não. Restam-nos apenas especulações, porém um fator que deve ser tomado em conta é que, no primeiro

momento, , quando Cipião revela que um forte impulso o havia acometido, podemos vê-lo raciocinando se essa era a melhor medida a ser tomada, o que o marca uma dualidade. Essa aspiração racional, esse *insite* de Cipião, nos faz refletir que o romano não agia imediatamente, dando voz aos seus ímpetos emocionais. Deduzimos que, pelo que o autor indica, Cipião pensava antes de tomar suas atitudes e, se assim o fazia, não poderia ser caracterizado como descontrolado ou sem equilíbrio emocional. Portanto, Cipião também era detentor da *gravitas*.

No livro XXXV, ainda temos uma questão que merece nossa atenção. Questão essa que diz respeito tanto ao papel político de Cipião quanto à vida de Políbio: a libertação dos exilados⁴⁸ da Acaia. Os fatos narrados nesse volume teriam se passado entre de 151 a.C. a 150 a.C. Cipião Emiliano, por influência de Políbio, teria ido até Catão para pedir que os exilados da Acaia que foram trazidos para Roma após o embate de Pidna, pudesse retornar a sua terra-natal. Narra-se que a proposta foi feita ao senado romano e que houve um longo debate entre os que apoiavam o retorno dos aqueus à Grécia e os que se opunham a isso. Na opinião de Catão, o assunto era banal e não suscitava seu interesse, como podemos observar na sua fala no conselho:

Catão levantou-se e disse: “Como se não tivéssemos nada para fazer, ficamos aqui o dia todo discutindo sobre alguns miseráveis velhos gregos, quer sejam carregados para o túmulo por carregadores de Roma ou da Acaia”. E quando sua restituição foi votada, e alguns dias depois, Políbio pretendia entrar na casa para exigir que os exilados recuperassem as honras de que gozaram anteriormente na Acaia, e pediu o conselho de Catão, Catão sorriu e disse que Políbio, como Ulisses, queria entrar na caverna⁴⁹ do Ciclope novamente, porque ele havia esquecido o chapéu e o cinto (POLÍBIO, XXXV. 6. 4).

Com esse discurso, encerra-se a menção ao assunto e não há mais escritos sobre ele, de modo que não sabemos o que Políbio teria respondido a Catão sobre a alusão feita de que voltar a Grécia se compararia à decisão nada sábia de Ulisses de retornar à caverna do

48 Nesse ponto, o autor utiliza o termo grego *Ἀχαιῶς φυγάδων* (os exilados da Acaia) para falar sobre os homens que haviam sido trazidos para a cidade de Roma após a Batalha de Pidna, por isso, nessa passagem vamos nos referir a eles como exilados.

49 Ao falar sobre a Caverna do Ciclope, Catão fez referência à mitologia grega do Ciclope Polifemo que habitava uma caverna na Sicília. Sua história ficou imortalizada no canto IX da Odisseia, de Homero. A história se passa quando Ulisses, que é Odisseu, na versão grega do mito, entra com seus companheiros na caverna de Polifemo por engano, atraídos pela comida e pelo vinho, já que estavam ávidos de fome. Quando o dono da caverna retorna, os aprisiona no local e devora dois dos companheiros do herói. Porém, Ulisses traça um plano para conseguirem fugir da caverna e, após ele e seus homens conseguirem cegar o Ciclope, fogem agarrados na barriga das ovelhas que o gigante deixava pastar todas as dias. Libertarem-se da caverna de Polifemo havia sido uma missão difícil para os Ulisses e seus companheiros.

Ciclope. Mas sabemos que a resolução foi favorável aos aqueus, pois, nesse ano, teria terminado a proibição de Políbio e ele pôde retornar a sua terra natal. Nas *Histórias*, há relatos nas *Histórias* de sua volta à Grécia durante da Guerra da Acaia, enquanto Cipião estava na África, durante a Terceira Guerra Púnica.

O ano era 149 a.C., nesse momento, os cônsules eram Lúcio Márcio Censorino e Mânio Manílio Nepos. Quando chegou ao Peloponeso, Políbio, registrou que recebeu uma carta do cônsul Manílio, pedindo que fosse imediatamente a Lilibeu, na Sicília, pois era necessário para um serviço público e, assim, Políbio decidiu partir. Porém, ao chegar lá, recebeu uma outra carta que relatava que os cidadãos de Cartago já haviam sido entregues aos romanos. Desse modo, Políbio retornou ao Peloponeso, achando que a Terceira Guerra Púnica tinha acabado, após o acordo de entrega dos reféns.

Eu mesmo, pensando que por muitos motivos devo obedecer aos romanos, coloquei todas as outras considerações de lado e parti no início do verão. Ao chegar a Córsega e lá encontrar uma carta dirigida pelos cônsules aos corsos, na qual os informavam que os cartagineses já lhes haviam entregue os reféns e estavam prontos para cumprir todas as suas ordens, pensei que a guerra havia acabado, e que não havia mais necessidade de meus serviços e, portanto, naveguei imediatamente de volta ao Peloponeso (POLÍBIO, XXXVI. 11.1 - 12.6).

Contudo, a Terceira Guerra Púnica estava apenas começando. Podemos concluir com a narração das viagens de Políbio que, apesar de ser um prisioneiro de guerra, o autor ainda sim podia se deslocar de Roma para a Grécia e as outras cidades. Após isso, o autor viajou para a África, onde se encontrou Cipião. Sabemos disso, pois Políbio se coloca como presente durante o cerco final a Cartago, em 146 a.C. Desse modo, Políbio retornou para a Grécia após a resolução no senado, mas ainda regressaria a Roma em outros momentos, onde trabalharia em prol dos romanos em atividades de diplomacia.

O interessante desse episódio é que evidencia Cipião Emiliano como agente político articulando com o conselho do senado romano. Por mais que houvesse oposição a sua proposta, e que essa contestação viesse de alguém tão influente quanto Catão, o velho, Cipião conquistou o apoio dos conselheiros e obteve a vitória. Esse fato já é um sinal da ascensão de Cipião Emiliano dentro do senado. Nessa época, ele tinha trinta e cinco anos. Dali dois anos, com trinta e sete, ele se tornaria o cônsul mais jovem a ser eleito, elevado ao cargo máximo da sociedade romana, antes da idade mínima proposta, de quarenta e dois anos.

Antes de ser eleito cônsul, no início da terceira Guerra Púnica, em 149 a.C., foi escolhido novamente para tribuno militar. Nesse momento, os cônsules eram Lúcio Márcio

Censorino e Mânio Manílio Nepos. Políbio descreve Mânio com militarmente incompetente, por conta dos erros graves que cometeu e que, não fosse por Cipião Emiliano, os romanos teriam sofrido grandes baixas. Diante de cônsules desastrosos, surgiu entre os romanos a crença de que somente o herdeiro do grande Cipião, o Africano, o vencedor do terrível Aníbal, poderia levá-los à vitória. Assim, Cipião Emiliano chegou ao consulado em 147 a.C.⁵⁰, ao lado de Caio Lívio Druso. Para decidir sobre qual província cada cônsul iria receber para proteger, costumava-se fazer um sorteio. No entanto, um dos tribunos da plebe vetou o sorteio e propôs que a Assembleia da Plebe deveria designar as regiões aos cônsules. Assim sendo, Cartago foi entregue a Cipião Emiliano. Essa explicação é encontrada na obra de Plutarco (Catão Maior. XXVII), que descreve a reação de Catão, o velho, diante da escolha de Cipião Emiliano para o cargo de cônsul: “Só ele é sábio, o resto são sombras vazias”.

Após isso, Cipião Emiliano foi até Cartago para tentar negociar com Asdrúbal, que estava no poder. Políbio registra muitos momentos de negociação entre Cipião e o cartaginês, porém este sempre se mostrou presunçoso e confiante de que a sorte estava ao seu lado, por isso, não agia conforme deveria agir um governante honrado. Ao descrever a imagem de Asdrúbal, Políbio novamente conecta o carácter duvidoso às características físicas, que eram tidas como inadequadas:

O cartaginês novamente foi andando lentamente para encontrá-lo em grande pompa, vestindo sua armadura completa e manto púrpura, deixando os tiranos da tragédia ofuscados. Ele era corpulento por natureza, e agora tinha ficado barrigudo e tinha o rosto anormalmente vermelho, de modo que parecia que estava vivendo como um boi gordo na abundância de uma festa, ao invés de estar à frente de um povo sofrendo de uma miséria tão extrema que seria difícil descrevê-la em palavras. No entanto, quando encontrou o rei e ouviu a oferta de Cipião, batendo frequentemente na coxa e invocando os deuses e a Fortuna, disse que nunca chegaria o dia em que olharia ao mesmo tempo para o sol e para ver sua cidade consumida pelo fogo (POLÍBIO, XXXVIII. 8. 3-10).

Na situação narrada, Políbio deixa claro que Asdrúbal não possuía virtude alguma. Além do comportamento desonroso, de andar lentamente, o cartaginês se apresentava de forma vexatória e com o luxo, enquanto a miséria assola seu povo. Esses são indícios não somente de um governante dado aos excessos, mas também corrupto. Outro ponto que Políbio denuncia era que Asdrúbal estava barrigudo, nos indicando que o cartaginês era guloso e estava se alimentando além das necessidades corpóreas, ao passo que sua população estava passando fome. O rosto é caracterizado como anormalmente vermelho, o que faz alusão a

50 Cipião Emiliano teria infringido uma lei de *consulato non iterando*, de aproximadamente 151 a.C., quando se tornou cônsul antes da idade estipulada. Contudo, ao analisar os fatos, nota-se que não teria sido somente ele quem teria desrespeitado a lei, pois houve uma eleição para sua escolha.

Asdrúbal ser dado ao consumo abundante de bebidas alcoólicas. De fato, o Asdrúbal havia oferecido festas, regadas a bebidas e suntuosos banquetes, enquanto o número de mortos e desertores aumentava devido à situação lastimável do povo (POLÍBIO, XXXVIII, 8. 10-9). Ainda podemos retirar desse excerto mais uma crítica velada que o autor faz ao cartaginês: Asdrúbal não assumiu as responsabilidades de administrar o reino cartaginês e o deixou nas mãos dos deuses que nenhum mal viesse a lhes acontecer.

Quando ocorre a derrubada do portão da cidade pelos romanos e ela é invadida, o cartaginês volta a ser retratado por Políbio, dessa vez, em situação desoladora, ao ver que o fogo se alastrava. Nesse momento, Políbio narra uma conversa entre Asdrúbal, prostrado de joelhos, e Cipião Emiliano:

Quando Asdrúbal, o comandante cartaginês, se atirou como um suplicante aos joelhos de Cipião, o general voltando-se para os que o rodeavam disse: “Vejam, meus amigos, quão bem a Fortuna sabe fazer um exemplo de homens imprudentes. Asdrúbal que recentemente rejeitou as muitas ofertas gentis que eu lhe fiz, e disse que sua cidade natal e suas chamas eram os mais perfeitos absurdos para ele; e aqui está ele com ramos suplicantes implorando por sua vida de mim e depositando todas as suas esperanças em mim. Quem testemunha isso com os olhos pode deixar de compreender que um mero homem nunca deve agir ou falar presunçosamente?” (POLÍBIO, XXXVIII. 20. 1-7).

Isto posto, os próprios homens de Asdrúbal o acusam de covardia, baixaza geral de espírito e traição, pois havia jurado solenemente que não os abandonaria. Em um linguajar qualificado por Políbio como insultante, grosseiro e hostil, Asdrúbal é enviado junto com sua família ao exílio. O exílio só havia sido concedido a ele por conta de sua esposa que, de maneira honrosa, pede a Cipião que deixe seus filhos viverem (POLÍBIO, XXXVIII. 20. 7-10). Novamente, Cipião mostra ter *clementia*, dessa vez, para com os inimigos. A vida de Asdrúbal é o exemplo do oposto do que se deve seguir. Ao ser um homem moralmente incorreto, sofre as consequências de seus atos, tendo que implorar pela própria vida. Para Políbio, não havia vergonha maior que essa. A morte era preferível do que suplicar pela vida.

O último relato sobre a terceira Guerra Púnica é feito com o olhar de contemplação de Cipião Emiliano pela cidade que queimava. A respeito dessa cena, o romano reflete sobre mutabilidade da fortuna e a efemeridade do tempo:

Cipião, quando olhou para a cidade como ela estava perecendo totalmente e na agonia de sua completa destruição, derramou lágrimas e chorou abertamente por seus inimigos. Depois de estar envolvido em pensamentos por muito tempo e perceber que todas as cidades, nações e autoridades devem, como os homens,

encontrar sua condenação; que isso aconteceu com Ilium, que já foi uma cidade próspera, com os impérios da Assíria, Média e Pérsia, os maiores de seu tempo, e com a própria Macedônia, cujo brilho era tão recente, deliberadamente ou com os versos que lhe escaparam, ele disse: Chegará também o em que a sagrada Tróia perecerá, e Príamo e seu povo serão mortos (POLÍBIO, XXXVIII. 22. 1-3).

Essa percepção que, mesmo vitorioso, Cipião Emiliano teve ao observar o império cartaginês em chamas, a qual o tirar um ensinamento naquelas circunstâncias, faz dele, para Políbio, um homem grande e perfeito, digno de ser lembrado. Pois, em seu momento de maior triunfo, não se deixou dominar pela vaidade ou soberba e tomou ciência da mortalidade dos grandes impérios, por mais grandiosos que fossem, não eram invencíveis. Assim sendo, refletindo sobre as inconstâncias na roda da fortuna, Cipião citou um verso da *Ilíada* de Homero. A citação fazia menção a Príamo, o rei de Tróia e seu povo. Assim como Cartago sucumbiu às chamas, o mesmo havia sido feito com Troia e seu povo. Vale lembrar de Aquiles, o semideus e personagem importante na história, tido como excelente guerreiro, estrategista, praticamente invencível, mas que morreu após ser atingido no calcanhar por uma fecha envenenada, o seu único ponto fraco. Desse modo, Cipião Emiliano ensina que é na época do sucesso que devemos estar em alerta e lembrar que tudo pode vir a se findar (POLÍBIO, XXXVIII. 21. 2-3).

Após isso, Cartago se tornou uma província romana e Cipião Emiliano regressou à cidade de Roma, onde foi recebido em um desfile de triunfo magnífico e digno das honrarias que lhe eram de direito. Essa foi a última menção que Políbio sobre Cipião nas *Histórias*, tal como elas chegaram até nós. Desse ponto em diante, o que sabemos do romano está na obra de Cícero, (*De República*. VI. 11) e de Plutarco (*Vidas Paralelas*). Por meio dessas obras, sabemos que, em 134 a.C., Cipião foi eleito cônsul pela segunda vez para pôr fim à terceira Guerra Celtibera e aos conflitos na Numância.

Após ter sido eleito cônsul, enquanto estava na Numância, o senado romano passava por conflitos internos devido às propostas de seu cunhado, Tibério Semprônio Graco, que havia sido eleito tribuno da plebe, em 133 a.C. Tibério Graco propusera uma lei agrária que iria destinar uma fração das terras recém-adquiridas para os plebeus que não tivessem terras, pois elas sempre iam para os ricos patrícios. Apesar de serem da mesma família, Cipião Emiliano não apoiava as medidas do cunhado, que estavam causando alvoroço entre as famílias mais ricas de Roma. De acordo com Plutarco, ao saber que Tibério havia sido assassinado na Hispânia, ele teria ficado satisfeito. A situação fica ainda mais delicada quando Caio Papíro Carbão, irmão de Tibério e também seu cunhado, lhe perguntou, durante a

assembleia das Centúrias, o que Cipião pensava sobre o assassinato de Tibério. Cipião Emiliano teria dito que havia sido justo (CÍCERO, *D República*; PLUTARCO, *Tibério Graco*. 21).

Os presentes na assembleia da Centúria teriam ficado surpresos com tal colocação vinda do homem que tanto admiravam. Isso havia acirrando os ânimos tanto de um lado quando de outro. Os patrícios chegaram a pedir que, para conter a plebe, Cipião Emiliano fosse proclamado ditador, sendo essa uma magistratura extraordinária que requeria muitos cuidados para que o eleito ditador não se tornasse um rei. Em vista disso, em 129 a.C., Cipião Emiliano foi assassinado em circunstâncias misteriosas. Não se sabe ao certo quem o matou, muitos foram apontados como possíveis assassinos. Para Cícero (*De Orador*, II. 40), o assassino era seu adversário político Papíro Carbão, porém outros nomes foram levantados, entre eles estavam Caio Graco, sua esposa Semprônia, sua sogra Cornélia e o político Flúvio.

Com as últimas declarações que os autores antigos nos deixaram sobre o restante de vida de Cipião Emiliano, eles nos trazem a dualidade sobre o homem construído nas *Histórias*, de Políbio, e tantas vezes elogiado, e o Cipião Emiliano presente em Cícero e outros autores antigos posteriores. Um fato que se tornou incontestável é que Cipião agregou inimigos políticos durante sua trajetória. Em Políbio (XXXVIII. 6. 6-8. 2), sabe-se que Cipião despertava ciúmes e inveja em muitos homens, que tentavam menosprezar suas realizações. Se esses fatores foram responsáveis pelo o que veio a seguir na vida do romano ou que ocasionou sua morte, nada se sabe. Talvez o mistério que circundou a sua morte e a não resolução do caso seja um elemento a se considerar.

No entanto, se Cipião tenha sido realmente corrompido ou se se corrompeu, esquecendo-se das virtudes que propagava, Políbio, como mestre de virtudes que era, argumenta em sua obra que a alma humana é corruptível. Para o autor, um desvio moral, caso não seja revertido e repensado, se alastra pela alma, destruindo o homem, assim como as feridas no corpo.

Semelhantemente, nas almas, muitas vezes brotam tais nevruras, putrefações, de modo que não existe nada mais ímpio nem mais cruel dentre os seres vivos do que o homem. Caso se lhes ofereçam perdão e benevolência julgam tratar-se de gesto traiçoeiro e enganador, tornando-se ainda mais desleais e hostis para com os benevolentes; em caso de retaliação, enfrentam-na com animosidade, e nada há de proibido ou terrível a que não recorram, tomando por bela tamanha ousadia (POLÍBIO, I. 81. 6-7).

Concluimos que, em seus anos acompanhando o desenvolvimento do Império Romano, Políbio pode ver de perto como a *pietas*, *fides*, *humanitas*, *virtus*, *gravitas*, *clementia* e *dignitas* inerentes à moral do *Mos Maiorum* podiam trazer honra e glória ao destino dos generais envolvidos nas guerras. Por meio das virtudes, era possível conquistar o sucesso no campo de batalha, mas também admiração por meio de seus feitos. Políbio, nos dá exemplos de vários homens, de diversos povos e regiões do Mediterrâneo, que não possuíam virtude e de como suas ações lhes ocasionaram prejuízos e aflições. Mas também nos deixou bons relatos de reis que deviam ser respeitados e estimados, cuja memória era permanente como homens célebres. Todavia, entre todos os personagens de suas *Histórias*, sua predileção por descrever Aníbal e Cipião é evidente, devido ao grande número de passagens que dedicou a eles e de como os apresentou, antagônicos por nascimento, semelhantes no campo de batalha e moralmente diversos. O cartaginês e o romano foram peças fundamentais para o enredo das Guerras Púnicas e para o que Roma viria a se transformar, mas também são os protagonistas das *Histórias* de Políbio.

Considerações finais

Tivemos como intuito desta dissertação investigar como se deu a construção da imagem de Cipião Emiliano e Aníbal Barca por Políbio em sua obra *Histórias*. Procuramos explicar de que modo o autor grego teria se baseado na moral ancestral do *Mos Maiorum* para registrar a vida desses generais que tiveram maior destaque em seus livros, como também nas Guerra Púnicas.

Políbio foi levado à cidade de Roma na condição de prisioneiro de guerra após a Batalha de Pidna e, no interior de uma das famílias romanas mais poderosas, pôde assistir às transformações do mundo que conheceu. Para registrar as mudanças a sua volta, deu início as suas *Histórias*. Nelas, buscou as razões e os meios que fizeram dos romanos o maior império do século II a.C., no período da República, anexando todos os territórios que circundavam o mar Mediterrâneo. Desse modo, as *Histórias* se tornaram fundamentais a todos que desejam e que desejaram ao longos das idades compreender o que aconteceu nesse período essencial da história de Roma e do Ocidente. São em seus manuscritos que encontramos os únicos relatos sobreviventes ao tempo de cenas de embates épicos, com táticas e estratégicas que foram copiadas e remontadas séculos e eras após seus acontecimentos. Também podemos acompanhar nas *Histórias* a descrição de condutas, comportamentos e personalidades dos generais que lutaram durante a ascensão romana.

Políbio nos lega textos de análises ricas em detalhadas dos lugares por onde passou, dos documentos a que teve acesso nas bibliotecas e arquivos que frequentou em Roma, das conversas que teve e presenciou durante sua permanência na cidade. Para tal fim, contou com a salvaguarda de Cipião Emiliano, de quem era tutor. Mediante a essa série de informações, Políbio nos apresenta as características da República Romana sendo forjadas sob as virtudes do *Mos Maiorum*, o símbolo da identidade romana. Observamos que o que é ser romano se tornava mais expressivo conforme as guerras vão sendo travadas. De todos os embates em que esteve envolvida nos séculos da República, o conflito mais duradouro de Roma foi com Cartago, sua grande inimiga e, entre idas e vindas, mais de 100 anos se passaram.

Dessa forma, não tivemos como propósito principal conduzir o trabalho pela expansão romana, mas sim acompanhar a interação dos primórdios do Império Romano com o Império Cartaginês e de como o entendimento da identidade de romana é fortalecido nessa época. Assim, observamos a sociedade romana pelos olhos de Políbio e, tendo em vista que os

tempos eram de guerra, nada melhor que os generais para representarem os vícios e as virtudes de seu povo. Suas condutas, pensamentos e ações fazem emergir uma série de valores que constroem a imagem do general virtuoso, ou seja, aquele que respeita os costumes e a moral romana, os detentores do *Mos Maiorum*, ao mesmo tempo que os vícios os afastavam dessa moral.

Para exemplificar esses valores pertencentes à moral ancestral romana, Políbio descreveu ações e situações nas quais Cipião Emiliano, o romano mais moralmente perfeito que encontrou na sociedade romana, sendo guiado por essas virtudes em suas questões cotidianas ou campo de batalha. Assim, o vemos se deixar conduzir pela *fides*, ao se mostrar leal ao seu povo e ser honesto. Cipião também revela ter *pietas* ao agir com respeito e honradez em relação a sua família. A virtude da *dignitas*, do pretígio político e de ser admirado pelo seu povo, foi retratada por Políbio em diversas passagens da obra em que cita Cipião conquistando vitórias no senado e nas campanhas militares. A *humanitas* era uma das características de Cipião Emiliano, representada pelo não cometimento de excessos, tais como a luxúria, a avareza, o luxo, a gula e o consumo excessivo de álcool. Esse general romano era conhecido pela sua reputação de temperança e nobreza. A falta de moderação era condenada pelos romanos. As virtudes da *clementia*, da *gravitas* e da *virtus* apareceram com mais evidência nos trechos nos quais Cipião foi retratado participando das guerras. A *gravitas*, ou seja, o autocontrole e o domínio sob as emoções no general romano foi narrado em Políbio quando o observamos usando a razão diante de circunstâncias adversas, quando não se deixou dominar pela cólera. Cipião revelou sua *clementia* quando não tratou com crueldade a família de Asdrúbal e os sobreviventes do cerco a Cartago. E, por último, a *virtus* concretiza a imagem do guerreiro romano por excelência, honrado e, como nas palavras de Políbio (XXXI. 28.8-29.3), “magnânimo” e que serviu como modelo a ser seguido por todos que quisessem ser virtuosos.

Porém, Políbio não descreve somente a imagem de homens virtuosos. Ele narra também os erros e fraquezas de outros generais, para que estes não sirvam de exemplo para seus leitores. De maneira didática, o autor mostrou as consequências ruins que os comportamentos imorais trouxeram a governantes que se entregaram à bebedeira, à covardia, à corrupção e a outras imperfeições e desvios morais. Nesse ponto, seu personagem de maior destaque é Aníbal, que, embora fosse reconhecido pelo autor como um exímio guerreiro, excelente estrategista e que possuísse a lealdade de seu exército e de seus cidadãos na época

de seu sucesso político, demonstrava desvios de caráter, dentre eles, a avareza, a crueldade e a cólera. Aníbal era conhecido pelos seus próprios pares como um homem desmedido, que agia dando voz aos seus impulsos. Para Políbio, Aníbal é uma das causas da segunda Guerra Púnica, devido ao seu ódio pelos romanos. Além disso, o cartaginês foi apontado como ávido por dinheiro, portanto, não detinha a *humanitas*. Além disso, Aníbal não possuía *gravitas* e nem *clementia*, como mostraram as cenas narradas por Políbio nas quais vemos seus destemperos. Não era detentor de *pietas*, uma vez que não respeitava as decisões do conselho de guerra de Cartago, agindo ao seu bel-prazer. Sobre a virtude da *fides*, que tratava da lealdade, Políbio narra o momento em que Aníbal traiu seus aliados para que não se prejudicasse diante da necessidade de protegê-los. Por causa desses e de outros episódios, nasceu o termo *fides púnica*, que, de maneira irônica, fazia referência à falsa promessa de lealdade por parte dos cartagineses e era usada para mostrar descridibilidade em algo ou alguém. Contudo, quanto às virtudes relacionadas ao desempenho das atividades militares, Aníbal se destacava. Sua ousadia, sagacidade e estratégias nunca vista antes lhe deixaram um *status* de um dos maiores estrategistas de todos os tempos. Desse modo, era inegável que possuía *virtus*, a excelência guerreira, e a *digntas*, em função de seu prestígio nas campanhas militares, que perdurou até os dias de hoje.

Sabemos que a construção da imagem de um grande inimigo, temível e poderoso, está relacionado ao desejo de se fazer maior ainda ao derrotá-lo. Somente um exército que tivesse soldados corajosos e virtuosos, sendo guiados por generais ainda mais bravos e perspicazes, seria capaz de vencer o invencível Aníbal. Desse modo, podemos compreender a representação da imagem que foi feita do general cartaginês. Portanto, temos dois homens e duas identidades se contrapondo de forma antagônica, assim como na guerra entre os povos que representavam. Cipião Emiliano era o romano virtuoso, que, a todo momento, mostrava suas atitudes sendo inspiradas pelo *Mos Maiorum*. Já Aníbal, era o cartaginês, o lado oposto da moeda. Mesmo que não fosse digno das virtudes preceituadas pelo *Mos Maiorum*, que Políbio tanto apreciava, ele foi enaltecido no papel de um cruel, mas exímio guerreiro, para que a vitória romana fosse ainda mais imponente. De fato, as Guerras Púnicas permaneceram no imaginário romano por séculos e foram sendo rememoradas por diversos autores, até a contemporaneidade.

Esse era um dos intuitos de Políbio ao narrar as *Histórias*. Ele desejava contar como a cidade de Roma se tornou um império em tão pouco tempo e, como era um mestre de

virtudes, almejava deixar sua obra para que servisse de exemplo tanto aos gregos quanto aos romanos, além de engrandecer a família Emílio-Cipião, à qual dedicava seus serviços na condição de prisioneiro. Condição essa que Políbio almejava também sair. Ao longo da leitura das *Histórias*, percebemos que Políbio colocava-se à disposição de Cipião Emiliano para além de sua função de tutor, em troca dispunha de privilégios e contava com o apoio do pupilo para conseguir sua liberdade.

Por isso, Políbio escolheu escrever em grego *koiné*, um dialeto do grego popularizado pelo sistema helenístico e que poderia ser lido com facilidade pela família a qual ele servia. O discurso escolhido pelo autor para escrever sua obra foi o pragmático, subdividido em outros três: o discurso deliberativo, o discurso epidítico e a *paraklesis*. Ainda que contendo diferenças, todos os tipos de discurso utilizado por Políbio tinham a intenção de pensar a história de modo a compreender o passado, o presente e o futuro. Nessas formas de discurso, o autor nos induz o leitor a refletir sobre o que vivemos como causa e consequência, de modo que, por meio dos nossos erros ou acertos, podemos tirar lições para a vida. O autor, ainda, tenta nos induzir a pensar como ele e apresentamos seu ponto de vista por meio de suas digressões. É importante ainda ressaltar em Políbio a busca pela racionalização dos fatos, assim, poucas vezes vemos o autor se render à fortuna, ao acaso ou aos os deuses para explicar os infortúnios de algum personagem ou as adversidades das guerras.

Políbio havia chegado a uma Roma que já estava se concretizando como senhora do mar Mediterrâneo. A República havia derrotado o Império Cartaginês duas vezes, a Macedônia então sofria com sua terceira derrota, o reino selêucida passava pelo seu primeiro embate ainda estava por vir as quedas da Numídia, da Líbia, do Corinto e dos povos Celtibero, todos subjugados pelo poderio do exército e pelos virtuosos generais virtuosos. A fortuna estava do lado de Roma, porém foi devido à competência de generais virtuosos que a cidade se tornou um império.

Desse modo, quando lemos as *Histórias*, podemos compreender um pouco o que sentiu Políbio, um estrangeiro em terras distantes, com a sua necessidade de registrar o que presenciava. O autor foi sensível ao perceber que aquele momento era um ponto-chave na história da ascensão de Roma, da história do Mediterrâneo e do mundo Ocidental. De tão preciso que foi, a memória e o tempo se encarregaram de que recebermos suas lições de virtude. Portanto, o nosso trabalho teve como intenção, para além de ser um esforço de análise que buscou apresentar contribuições à História da Roma Republicana, dar o devido

reconhecimento à importância da vida e obra de Políbio, fonte que, por sua riqueza documental, continuará suscitando questionamentos, debates e enriquecendo a construção dos saberes entre nós, historiadores.

Concluimos que essa dissertação teve como objetivo responder a como Políbio de Megalópolis construiu os preceitos do *Mos Maiorum*, a partir das representações que fez dos principais generais das Guerras Púnicas, Cipião Emiliano e Aníbal Barca. Com essa finalidade, fizemos uma catalogação com o propósito de analisarmos a obra *Histórias* e apontamos os caminhos utilizados pelo autor com o intuito de cumprir seus objetivos. Estudamos os fragmentos em que o autor demonstrava as qualidades e erros dos personagens que incorporou em suas *Histórias*, de modo que pudemos captar as críticas e julgamentos que Políbio elaborava em cada circunstância. Dessa maneira, pudemos elucidar nossa hipótese inicial por meio da análise das representações feita por Políbio do cartaginês Aníbal e do romano, Cipião Emiliano, o general virtuoso e expressão máxima do *Mos Maiorum*.

Análise da catalogação

Ao redigir sua obra *Histórias*, Políbio tinha o intuito de que nela estivessem contidos os ensinamentos que somente a história, como mestra da vida, pode nos deixar. Assim, logo nas primeiras páginas de sua obra, o autor nos deixa a mensagem de que “o conhecimento da história é a educação e o treinamento mais verdadeiro para a prática política; e a recordação das peripécias alheias é mestra única e a mais eficaz para se poder suportar nobremente as oscilações do acaso”. Desse modo, as *Histórias* possuíam um dever de deixar lições para quem as lesse para que se pudesse, por meio dos seus exemplos, aprender com ela. O modo como Políbio escolheu deixar os exemplos foi por meio das experiências de vida dos seus personagens, em que os aspectos morais são o foco que regem as passagens. Foram nos princípios morais elaborados por Políbio que captamos as virtudes do *Mos Maiorum*.

Com isso em mente, fez-se necessário uma técnica para o estudo das passagens das *Histórias*, com a qual encontramos os preceitos moralizantes de Políbio. Sabemos que as palavras possuem sentido intrínsecos. Somente pela escolha da língua, o grego *koiné*, Políbio já nos evidenciou qual era seu público, assim, ao irmos a fundo nos significados dos símbolos eleitos pelo autor, pudemos observar as percepções, concepções e objetivos que ele queria nos deixar. Precisávamos fazer uma análise que pudesse classificar os trechos da obra em cada virtude descrita pelo autor bem como refletirmos sobre as características contidas no significado das palavras, principalmente os adjetivos em grego. Para isso, contando com o apoio das traduções às quais tivemos acesso, de forma a saber o que havia por trás das escolhas de tais símbolos e quais eram as intenções de Políbio.

Desse modo, elaboramos um catálogo para que pudéssemos organizar as informações contidas nos pontos em que Políbio fazia referência a Cipião Emiliano e a Aníbal Barca. O catálogo foi construído sob as normas recomendadas para a realização de uma análise temática qualitativa, compreendidas no livro *Análise de conteúdo*, da autora Bardin (2009).

Dentre as várias técnicas que nos são apresentadas pela obra de Bardin, escolhemos a *análise temática qualitativa*. Esse método de análise consiste em classificar o conteúdo em unidades de estudos, tais como: atributos positivos individuais e atributos negativos individuais; e de tema, no nosso caso, a classificação moral dos trechos em virtudes e vícios. Dessa forma, agrupamos as informações selecionadas nas categorias onde registramos sobre quem era a passagem, Aníbal ou Cipião, e quais eram as virtudes ou os vícios ali contidos.

Para facilitar o entendimento do contexto em que os trechos estavam inseridos quando Políbio os escreveu, adicionamos também, uma categoria que abarca qual era a guerra em voga no momento. Feito isso, conseguimos realçar os conceitos base presentes no *Mos Maiorum* que estão presentes nos excertos sobre Cipião Emiliano e Aníbal, Barca como foi proposto em nossa hipótese.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS

ARISTÓTELES. *Retórica a Alexandre*. Tradução do grego e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

CÍCERO. *Da República*. Tradução de Nelson Jahr Garcia. São Paulo: Ediouro, 1998.

CÍCERO. *De orator*. Edição e tradução de H. Hubbell. Londres: William Heinemann Ltd, 1971.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução do grego e introdução de Frederico Lourenço. Lisboa: Cotovia, 2003.

POLYBIUS. *The Histories*. The Loeb Classical Library (in Ancient Greek). Tradução de W. R. Paton. Chicago: Universidade de Chicago, 2012.

POLÍBIO. *Políbio: História Pragmática. Livros I a V*. Tradução, introdução e notas por Breno Battistin Sebastiani. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2016.

PLUTARCH. *The Parallel lives*. Loeb Classical Library edition. Londres: 1919.

TITO LÍVIO. *História de Roma*. Ab Urbe condita libri. Introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora Paumape, 1990.

DICIONÁRIOS

BERGER, A. *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*. New Jersey: Lawbook Exchange, 2008.

ROBERTS, J. *Oxford Dictionary of the Classical Word*. Oxford University Press, 2007.

HOWARTSON, M. C. *The Oxford Companion to Classical Literature*. 3º ed. Oxford University Press, 2011.

THESAURUS Linguae Graecae. *A digital Library of Greek Literature*. Disponível em <http://stephanus.tlg.uci.edu>. Acesso em 13 set. 2020.

OBRAS E ARTIGOS

ALFÖLDY, G. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ASTIN, A. E. *Scipio Aemilianus*. Oxford: Clarendon Press, 1967

BALOT, R. "Polybius' Advice to the Imperial Republic". *Political Theory*, v. 38, n. 4, p. 483-509, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70 Lda., 2009. 281 p.

- BELTRÃO, C. (Re)Lendo Políbio: Teoria Política e Religião Romana. *Hélade*, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2015.
- BELTRÃO, C. *A visão grega de Roma: Políbio e a tradução dos conceitos romanos*. XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2007. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=16482>.
- BELTRÃO, C. História e teoria política em Políbio. *Hélade*, v. 3, n. 2, p. 26-45, 2002.
- BELTRÃO, C. Texto e tradução: considerações sobre a imagem polibiana da história romana. *Liber intellectus*, v. 2, n. 2, p. 2-15, 2007.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOBBIO, N. *A teoria das formas de governo*. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. Título original: *La teoria delle forme di governo nella storia del pensiero politico: anno accademico*. 1975-76.
- BURKE, P. A História como Memória Social. In: BURKE, P. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 177-193.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. Império Cartaginês, a luta pela hegemonia no Mediterrâneo Ocidental. In: SILVA, F.; CABRAL, R.; MUNHOZ, S. (orgs.). *Os impérios na história*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. p. 15-26.
- CHAMPION, C. B. *Cultural politics in Polybius's Histories*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2004.
- CHARLES-PICARD, G.; PICARD, C. *A vida quotidiana em Cartago no Tempo de Aníbal*. Lisboa: LB Edições Texto e Gráfica, 1964.
- CHARLES-PICARD, G.; PICARD, C. *História de Roma*. Tradução Rita Canas Mendes. Lisboa: LB Edições Texto e Gráfica, 2008.
- CHARTIER, R. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CORASSIN, M. L. O cidadão romano na República. *Projeto História*, v. 33, p. 271-287, 2006.
- CRAWFORD, M. *The Roman Republic*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- CURCHIN, L. A. Career Progression. The Cursus Honorum. In: CURCHIN, L. A. *The Local Magistrates of Roman Spain*. Toronto: University of Toronto Press, 1990. p. 21-57.
- DAVIDSON, J. The gaze in Polybius' Histories, *The Journal of Roman Studies*, v. 81, p. 10-24, 1991.
- DUBY, G. O Historiador Hoje. In: LE GOFF, J.; DUBY, G.; ARIÈS, P. (orgs.). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1994. p.7-21.
- DROYSEN, J. G. *Manual de teoria da história*. Tradução de Sara Baldus Júlio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes. 2009.
- ECKSTEIN, A. M. *Moral vision in the Histories of Polybius*. Berkeley/Los Angeles:

University of California Press, 1995.

ECKSTEIN, A. M. Hannibal at New Carthage: Polybius 3. 15 and the Power of Irrationality. *Classical Philology*, v. 84, n. 1, p. 1-15, 1989.

ERRINGTON, R. M. The Chronology of Polybius' Histories, Books I and II. *The Journal of Roman Studies*, v. 57, n. 1/2, p. 96-108, 1967.

FONSECA, I. B. B. O gênero deliberativo na oratória grega. *Classica*, v. 3, p. 60-67, 1990.

FUNARI, P. P. *A Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. *Historiografia*. Salústio, Tito Lívio e Tácito. São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

GARRAFFONI, R. S. Guerras Púnicas. In: MAGNOLI, D, (org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 47-57.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Tradução de: The interpretation of cultures. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GÉZA, A. *Historia social de Roma*. Tradução de Víctor Alonso Troncoso. Madri: Alianza Editorial, 1987.

GIBBINS, D. Deleta est Carthago? Review Article . *Antiquity* 71: 217-219. [Available electronically through University of Leicester Library], 1997.

GIBSON, B.; HARRISON, T. (orgs.). *Polybius and his world. Essays in memory of F. W. Walbank*. Oxford: OUP, 2013.

GILDENHARD, Ingo. *Cicero, Against Verres*, 2.1.53-86: Latin text with Introduction, Study Questions, Commentary and English Translation. OpenBook Publishers, Cambridge, United Kingdom, 2011.

GOLDSWORTHY, A. *A Queda de Cartago*. Guerras Púnicas. Tradução de Miguel Mata. Lisboa: Edições 70, 2009.

GOLDSWORTHY, A. *The men who won the Roman Empire*. Londres: Phoenix, 2007.

GONÇALVES, A. T. M. Lei e ordem na república romana. Uma análise da obra de Legibus de Cícero. *Justiça & História*, v. 2, n. 3, p. 125-148, 2002.

GRIMAL, P. A civilização Romana. In: *História de Roma*. Tradução de Rita Canas Mendes. Lisboa: Edições 70, 1984.

GRIMAL, P. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1993.

GRUEN, E. S. *Imperialism the Roman Republic*. Nova Iorque: Paperback, 1970.

GUARINELLO, N. *Imperialismo greco-romano*. In: JUNIOR, Benjamim Abdala e CAMPEDELLI, Samira Youssef (dir.). Série Princípios, n. 124. São Paulo: Editora Ática S.A., 1987. 87 p.

GUARINELLO, N. Império Romano e identidade grega. In: FUNARI, P.; SILVIA, M.

- (orgs.). *Política e Identidade no Mundo Antigo*. São Paulo: Fapesp, 2009. p. 147-161.
- GUARINELLO, N. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.
- HARRIS, W. *War and Imperialism in Republican Rome, 327-370 B.C.* Oxford: OUP, 1979.
- HARTOG, F. Ver a partir de Roma. Políbio e a história universal. In: HARTOG, F. *Evidência da história. O que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 93-118.
- HAU, L. I. *Moral history from Herodotus to Diodorus Siculus*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2016. p. 23-72.
- HÖLKESKAMP, K. *Reconstruir a República Romana*. De uma cultura política antiga à moderna pesquisa. Princeton/Nova Jersey: Princeton University Press, 2010.
- HOLSCHER, T. Images of war in Greece and Rome. Between Military practice, public memory and cultural symbolism. *Journal of Roman Studies*, v. 93, n. 07, p. 1-17, 1989.
- HOYOS, D. *Hannibal*. Rome's Greatest Enemy. Liverpool: Liverpool University Press, 2008.
- HOYOS, D. *A Companion to the Punic Wars*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2015.
- HUSKINSON, J. Looking for culture, identity and power. In: HUSKINSON, J. *Experiencing Rome. Culture, identity and power in the Roman Empire*. Londres: Routledge, 2000. p. 3-27.
- JOSÉ, N. *A construção da imagem do imperador Augusto nas obras de Veléio Patérculo, Plutarco e Suetônio*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.
- JOLY, F. D. *A escravidão na Roma antiga: Política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005. p. 102.
- KOSELLECK, R. História magistra vitae. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Ed. PUC Rio/Contraponto, 2006.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- LE MOS, M. S. *Cristãos, Pagãos e Cultura escrita: As representações do poder no Império Romano dos Séculos IV e V d.C.* 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009.
- LIDDELL HART, B. H. *Scipion Africanus*. Greater than Napoleon. Nova Iorque: Da capo Press, 1994.
- MARQUES, J. B. Políbio. In: JOLY, F. D. (org.). *História e retórica*. Ensaio sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2007, p. 45-63.
- MCGING, B. C. *Polybius' Histories*. Oxford: OUP, 2010.
- MILES, R. *Carthage Must be Destroyed*. The rise and Fall of an Ancient Mediterranean Civilization. Londres: Allen Lane, 2010.
- MENDES, N. M. *Roma republicana*. São Paulo: Ática, 1988.

- MOMIGLIANO, A. *Políbio e Posidônio*. Os limites da helenização. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- MOMMSEN, T. *História de Roma*: (excertos). Tradução de Antônio Olinto. Rio de Janeiro: Delta, 1962.
- MONTEIRO, J. M. A expansão no mediterrâneo. In: BRANDÃO, J.; OLIVEIRA, F. (orgs.). *História de Roma Antiga*. Vol. I. Das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017. p. 145-200.
- MORENO LEONI, A. *Entre Roma y el Mundo Griego*. Memoria, autorrepresentación y didáctica del poder em las Historias de Polibio. Córdoba: Brujas, 2017.
- MORLEY, N. Carthage Must Be Destroyed. The Dynamics of Roman Imperialism. In: MORLEY, N. *The Roman Empire*. Roots of Imperialism. Londres/Nova Iorque: Pluto Press, 2010. p. 14-37.
- MULLIGAN, B. Historical Context and Hannibal. In: *Cornelius Nepos, Life of Hannibal: Latin Text, Notes, Maps, Illustrations and Vocabulary*. Cambridge. Open Book Publishers, 2015. p. 21-42.
- MUSTI, D. *Polibio e l'imperialismo romano*. Napoli: Liguori, 1978.
- NEPOS, C. *Aníbal*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- NICOLET, C. Polybe et les institutions romaines. In: GABBA, E. *Polybe entretiens sur l'Antiquité Classique* (Tome XX). Vandoeuvres/Genève: Fondation Hardt, 1974. p. 209-266.
- NICOLET, C. Early Relations between Rome e Carthage. In: HOYOS, D. (org.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden/Oxford/Victoria: Blackwell, 2011. p. 28-38.
- POLÍBIO. *Histoires – Livre XII*. Tradução de P. Pédech. Paris: Les Belles Lettres, 1961.
- PÉDECH, P. *La méthode historique de Polybe*. Paris: Les Belles Lettres, 1964.
- PÉDECH, Paul. Introduction. In: POLYBE. *Histoires*. Tome I. Livre I. *Collection des Universités de France*. Introdução geral, Estabelecimento do original e tradução de Paul Pédech. 3. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003. p. ix-lxx.
- PINHEIRO, C. S. *O percurso de Dido, rainha de Cartago, na literatura latina*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010.
- POLÍBIO. *Histoires – Livre XII*. Tradução de P. Pédech. Paris: Les Belles Lettres, 1961.
- RICHARDS, G. Polybius of Megalopolis the Greek Admirer of Rome. *The Classical Journal* v. 40, n. 5, p. 274-291, 1945.
- ROUMPOU, A. Triumph, Closure, and the Power of the Individual in Silius Italicus's *Punica* 17. *Illinois Classical Studies*, v. 44. p. 385-407, 2019.
- SALEMA, V. *A representação da Pietas, Fides e Virtus na epopéia virgiliana*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- SANT'ANNA, H. M. *História da República romana*. Petrópolis: Vozes, 2015.

- SEBASTIANI, B. Guerra justa e imperialismo na Roma republicana. *Revista de História*, v. 0, p. 35-46, 2003.
- SEBASTIANI, B. Políbio e o imperialismo romano. *Projeto História*, v. 30, p. 197-209, 2005.
- SEBASTIANI, B. Políbio e as causas de uma guerra sem responsabilidade. *Antiguidade Clássica (Apucarama)*, v. 1, p. 42-54, 2008.
- SEBASTIANI, B. O Odisseu de Políbio: leituras da Odisséia na Roma cipiônica. *Calíope*, v. 17, p. 24-37, 2008.
- SEBASTIANI, B. Políbio contra Timeu, ou o direito de criticar. *História, Historiadores, Historiografia.*, v. 41, n. 41, p. 405-427, 2010.
- SEBASTIANI, B. O aniquilamento de Cartago e Numância. *Topoi. Revista de história*, v. 14, p. 132-142, 2013.
- SEBASTIANI, B. O olhar sobre si mesmo, ou fracasso e lucidez nos textos de Tucídides e Políbio. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, v. 24, p. 243-255, 2014.
- SEBASTIANI, B. Historiografia como opção de vida: interpretações da exortação de Aníbal em Plb.3.62-3. *Espaço Plural*, v. 30, p. 11-29, 2014.
- SEBASTIANI, B. A ironia do fracasso: Nícias e Tucídides, Aníbal e Políbio. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, v. 25, p. 15-37, 2015.
- SEBASTIANI, B. Scipio Aemilianus and Odysseus as paradigms of prónoia. In: PENA, A. N.; RELVAS, M.; FONSECA, R.; CASAL, T. (orgs.). *Revisitar o mito, myths revisited*. V. N. Famalicão: Húmus, 2015. p. 483-494.
- SEBASTIANI, B. Verdade, narrativa e retórica em Políbio. In: ANTIGUEIRA, M. (org.). *A escrita da história na antiguidade greco-romana*. Curitiba: Prismas, 2016. p. 105-141.
- SEBASTIANI, B. Alguns livros para conhecer Políbio. In: FARIA, J. (org.). *Guia Bibliográfico da FFLCH*. São Paulo: FFLCH, 2016, p. 1-4.
- SEBASTIANI, B. Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- SCULLARD, H. H. *Scipio Africanus: soldier and politician*. Ithaca: Cornell University Press, 1970.
- SILVA, G.; SILVA, M. *A ideia de história na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Alameda, 2017.
- SILVA, J. G. R. *Roma e a representação de domínio do mundo no contexto das guerras púnica*. Uma leitura das Histórias de Políbio. Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES. 2010.
- SLIM, H.; FAUQUÉ, N. *La Tunisie Antique. de Hannibal à Saint Augustin*. Tradução de Regina H. Rezende. Paris: Éditions Mengès, 2001.
- SMITH, S. Polybius of Megalopolis. *The Classical Journal*, v. 45, n. 1. p. 5-12, 1949.
- SOARES, M. Ekphrasis e enargeia na historiografia de Tucídides e no pensamento filosófico de Paul Ricoeur, *Talia dixit*, n. 6. p. 1-23, 2011.

STARKS, J. The transference of Punic stereotypes in the Aeneid. *The classical journal*, v. 94, n. 3, p. 255-283, 1999.

THORNTON, J. *Lo storico, il grammatico, il bandito. Momenti della resistenza Greca all'Imperium Romanum*. Catania: Prisma, 2001.

THORNTON, J. Oratory in Polybius' Histories. In: KREMMYDAS, C.; TEMPEST, K. (orgs.). *Hellenistic Oratory*. Oxford: Oxford Scholarship Online, 2013. p. 45-76.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora 34, 2016.

VIRGILIO, B. Polibio, il mondo ellenistico e Roma. *Studi Ellenistici XX*. Pisa/Roma: Fabrizio Serra Editore. p. 315-345, 2008.

WALBANK, F. *A historical commentary on Polybius*. Oxford: Clarendon Press, 1967-79.

WALBANK, F. *Polybius*. Berkley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1990.

WALBANK, F. *Polybius, Rome and the Hellenistic world*. Essays and reflections. Cambridge: CUP, 2002.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.; HALL, S.; WOODWARD, K (orgs.). *Identidade e diferença*. A perspectiva de estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2005.